

Marcus Sampaio, Elô Branco, Alarcão,
Igor Vitor, Marcelo, Ferris, Volpe - C&E 1980

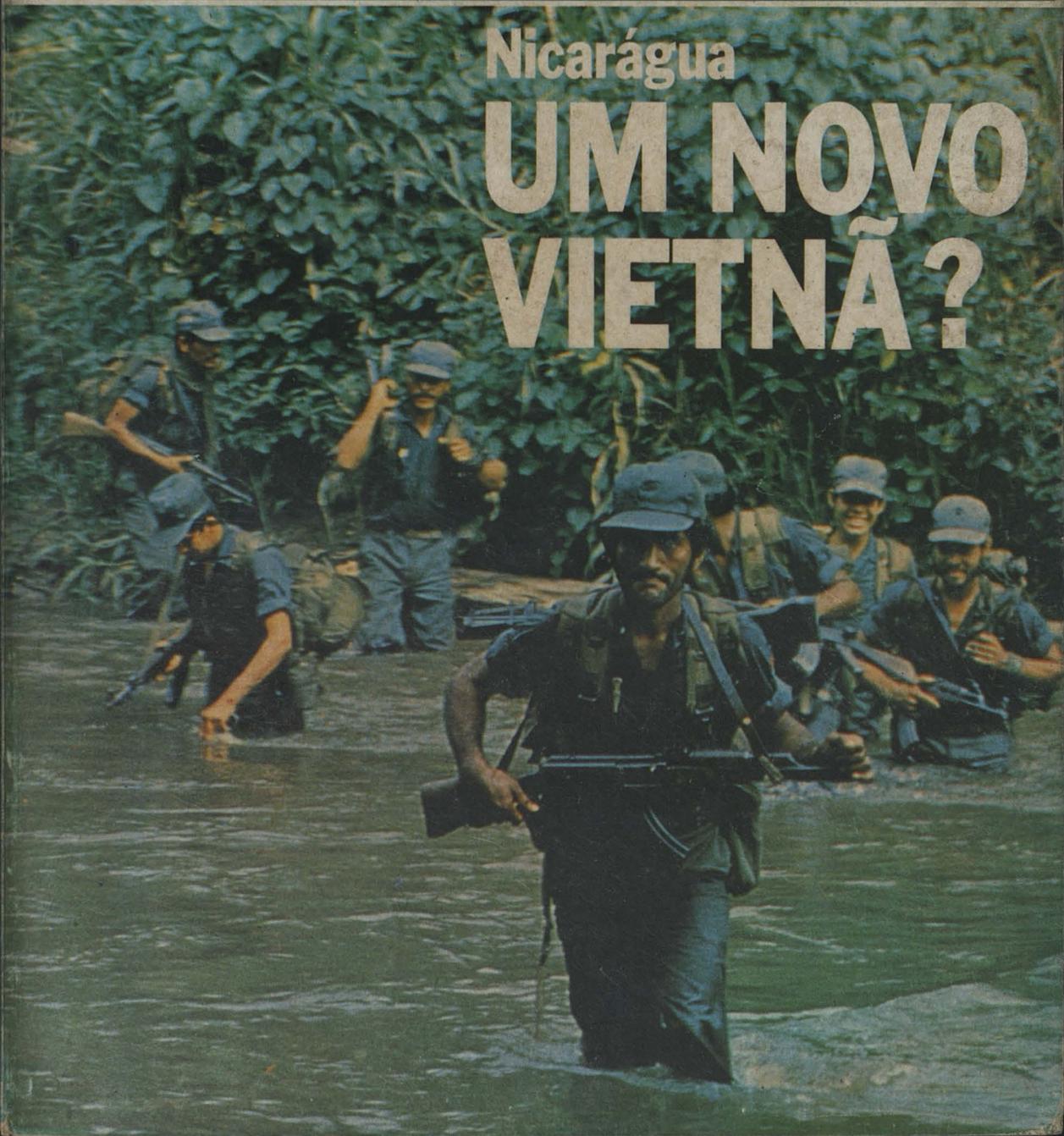
cadernos do

terceiro mundo

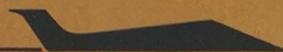
Cz 15,00 • Ano IX • Nº 92

*Não-Alinhados
reúnem-se em Zimbábue*

Nicarágua UM NOVO VIETNÃ?



Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113



TAAG

LUANDA

SAÍDAS

sábado: 09:00h
(hora de Angola)
domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

RIO

CHEGADAS

sábado: 13:00h
(hora do Brasil)
2.^a feira: 05:00h
(hora de Angola)

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263.56.11
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº/Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGOAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

Nosso compromisso
é com a emancipação do
Terceiro Mundo.

Falamos 3 idiomas
em 5 edições para 70 países
de 5 continentes.



Dois terços da humanidade
vivem no Terceiro Mundo.

Você tem que chegar lá.
Venha conosco!

Publicação mensal da Editora Terceiro Mundo
Deptos Comercial e de Circulação:
Rua da Lapa 180 - Grupos 1104 a 1109 - Rio - RJ - CEP 20041
Telefones (021) 222 5771 e 252 7440 - Telex 21-33054 CTMB/BR

Os Não-Alinhados e a ajuda aos "contras"

A Nicarágua volta a ser tema de matéria de capa, desta vez devido à gravidade da situação criada pela aprovação do Congresso norte-americano de uma ajuda aos "contras" no valor de 110 milhões de dólares.

Colaboradores de *cadernos do terceiro mundo* no México e na Nicarágua cobriram as repercussões desta medida destinada a agravar ainda mais o conflito centro-americano, e que está sendo interpretada pelos observadores como um passo decisivo na escalada belicista da administração Reagan contra o governo de Manágua.

Este tema divide as atenções do Terceiro Mundo, com a realização, este mês, da 8ª Reunião de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados. Em Harare, Zimbábue, voltam a se reunir os dirigentes de dois-terços da humanidade para debater, analisar e tomar posição perante os grandes temas da atual conjuntura mundial, em particular o que se refere à dívida externa e aos desafios do regime do *apartheid* à consciência dos povos que lutam pela liberdade.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editores: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somavía, Henry Peace García, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)
Redação Permanente: Artur Poerner, Antonio Aragão, Claudia Neiva (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REDAÇÃO CENTRAL - Rio de Janeiro

Coordenação de Produção: José Carlos Gondim; **Departamento de Arte:** Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Caxias; **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Lídia Freitas, Elizabete Mesquita, Marco Antonio C. dos Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima; **Composição:** Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva; **Revisão:** Cléa Márcia Soares, Sandra Castello Branco; **Departamento Comercial:** Maria Neiva.

EDIÇÕES REGIONAIS

• **Edições em Português**

Brasil
Diretor: Neiva Moreira
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho - São Paulo; Clovis Sena - Brasília. **Circulação, Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa.
Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro. RJ - Telef: 242-1957 - 222-1370 - Telex: 21-33054 CTMB-BR
Fototipo e Impressão: Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799. Tel.: 580-7171.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Editor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/1º - Lisboa - 1200 - Tel.: 32-06-50. Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edições em Espanhol**

Rio de Prata-Cone Sul
Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio
Administração: Hugo Cardoso; **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U.S.A.: Avda. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel: 90-87-13-Montevidéo, Uruguai. **Impressão:** Rosgal S/A, Gral. Urquiza 3090, Montevidéo; **Distribuição no Uruguai:** Berriel e Martínez, Paraná 750 Esq. Ciudadela, Montevidéo/Tel.: 90-51-55; **Distribuição na Argentina:** Kioskos, J. Di Pietro e Cia. Bolfvía 529. Tel: 611-2801, Buenos Aires; **Livrarias:** Hugo Emilio Palacios - Los Patos 2420. Tel: 942-5788 Cod. 1284 - Capital Federal.

México, Caribe e América Central

Editor: Rubén Aguilar
Assinaturas: Berta Arnufe; **Distribuição:** Gustavo Leyva; **Correspondência:** Apartado Postal 20572, 01000, México, D.F. **Impressão:** Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922 México, D.F. **Editorial Periodistas del Tercer Mundo.** California 98A - Colonia Parque San Andrés, Coahuacán. Telef: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

• **Edição em Inglês (bimestral)**

Editor: Carlos Castilho
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbistky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/Cesar Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Mariani, Alice Nicolau, Ana María Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Díaz, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gregorio Selser, Grívia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautín, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marfíez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotônio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP(Angola), AIM(Moçambique), INA(Iraque), IPS(Inter Press Service), ALASEI(México), SALPRESS(EI Salvador), SHIHATA(Tanzânia), Wafa(Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News(Estados Unidos), Nueva(Ecuador), Novembro(Angola), Tempo(Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network(Malásia).

Circulação em 70 países Revista mensal nº 92 - Agosto 1986 - Preço de capa: Cz\$ 15,00
Números atrasados: ao preço do último exemplar

Capa: Abaeté Propaganda

Foto de capa: Agência Keystone

A informática e o Terceiro Mundo

Desde o primeiro número descobri nos cadernos um instrumento de "guerra" contra a (des)informação propalada pelos vários órgãos da comunicação social, os *mass media* cá do burgo que se limitam a transmitir todo o "lixo" veiculado pelas agências internacionais de (des)informação. Em concomitância com as concepções retrógradas e reacionárias, é frequente o estudo dos povos confrontar-se com teorias etnocêntricas como se as realidades intrínsecas, as suas paixões e solicitações de desenvolvimento não se manifestassem diferentemente e fora de uma qualquer padronização "civilizacionista" ocidental.

(...) Desejaria, no entanto, manifestar-lhes a minha preocupação por situações que pertencendo à informação e estudo de cadernos possam ser refletidos e constituir objeto de informação em próximos números.

A primeira questão é referente às tecnologias de informação e às suas possibilidades de ajuda ao Terceiro Mundo. É evidente que esta ajuda só poderá ser profícua se satisfizer os interesses e necessidades dos cidadãos. Apesar de ter lido atentamente o nº 68 (A Nova Ordem Informática), continuo cético quanto às suas potencialidades e desígnios no Terceiro Mundo. Considerada com muita oportunidade pelo "Novo jogo do poder", a inserção da informática nalguns países do Terceiro Mundo poderá transformar-se num instrumento de estrangulamento dos verdadeiros interesses e necessidades dos povos autóctones e obstar a uma verdadeira pedagogia da libertação. Será que não se irá repetir (ou reformular) uma nova constituição histórica a que o pedagogo Paulo Freire chama de "consciência dominada" quando se refere aos povos da América Latina?

Esta solicitação da informática como "necessidade preponderante" faz



me recordar, com enorme consternação, a introdução da televisão em Timor Leste pelo regime fascista e despota de Suharto!

A outra questão é suscitada pelas divergências entre países Não-Alinhados (...). Refiro-me concretamente à invasão indonésia em Timor Leste. É óbvio que atos destes não dignificam os princípios de equidade e justiça defendidos pelo Movimento. É evidente que também a ausência de exigências e denúncias no seio deste Movimento para os prevaricadores de soluções inequívocas e transparentes "doa a quem doar" não lhe confere quaisquer direitos de denunciar situações provocadas pelos habituais inimigos dos povos do Terceiro Mundo.

Abílio José Basílio — Massamá — Portugal.

Vietnã

Sou leitor assíduo desta revista há muito tempo e quero lhes dar as minhas congratulações pelas entrevistas de alto nível.

Gostaria de fazer uma pergunta. Quando farão uma reportagem de fundo sobre o Vietnã? Mas façam-no retratando tudo, abrangendo a maneira de viver do povo. Gostaria também de saber globalmente quantos soldados oficiais norte-americanos vivem em cárceres, etc..

Aceitará a equipe de *cadernos* este desafio de um leitor assíduo.

Abraão Gonçalves — Luanda — Angola.

N. do R.: *cadernos* publicou uma ampla reportagem sobre o Vietnã do nosso enviado especial Carlos Pinto Santos, no seu número 82. Quanto à questão dos oficiais norte-americanos é uma questão sobre a qual não possuímos informação de primeira mão. Faremos o possível para atendê-lo futuramente.

Problemas sul-americanos

Sou leitor de *cadernos* há mais ou menos três anos e desde as minhas primeiras leituras, notei que eram deixados de lado fatos importantíssimos que ocorrem na América do Sul e que *cadernos* vem tendo a infelicidade de dar pouca ênfase, como por exemplo, a seca do Nordeste brasileiro.

Em *cadernos* nº 78 foi editada uma reportagem lindíssima alusiva ao problema da seca no Terceiro Mundo. Comecei a ler e reparei que a maior parte das reportagens era dedicada à África, Ásia e alguns países das Américas. Concordamos que a problemática da seca afeta a todos os países em que os recursos tecno-sociais são quase inexistentes, entre os quais se incluem os países africanos. Agora, não podemos deixar de observar a problemática nordestina.



Oitenta por cento do povo nordestino habitante das áreas afetadas pela seca são afligidos pela miséria, ou seja, não têm nada o que comer ou beber. Fatos recentes comprovam que têm nascido bebês acefálicos (sem cérebro), comprovando que *nutrição* é uma palavra que o nordestino nunca viu ou ouviu. Sugiro-lhes que seja dedicada uma reportagem ao Nordeste brasileiro.

(...) Em *cadernos* nº 87, a revista

teve como matéria de capa o problema colombiano, com uma cobertura exclusiva e muito real. Não podemos deixar que só a África seja a principal ocupante das páginas de *cadernos*. Vejo que certos países como o Brasil e a Argentina não merecem quase destaque. Por que não dar um pouco mais de espaço aos problemas sul-americanos?

Correspondendo-me com amigos/leitores de todas as partes do mundo e muitos deles acham que o Brasil é aquela "figura turística": samba, praia, mulher e futebol. Não compreendem que o povo brasileiro passa por um momento dos mais difíceis de sua história, sendo um dos mais comprometidos com o FMI.

Fernando Magalhães — Rio de Janeiro — Brasil.

Opinião de um leitor

A revista *cadernos do terceiro mundo* tem sido uma alternativa de fonte de informação sobre o que se passa no mundo, especialmente nos países do Terceiro Mundo. Gosto de ler a revista, mas acho que vocês deveriam seguir uma linha mais independente para que pudessem apontar os problemas que acontecem em países Não-Alinhados.

No *Guia do Terceiro Mundo*, a Albânia e a China foram citadas com os erros característicos de muitos outros países como a própria URSS e a Coreia do Norte. Dizer que a URSS foi convidada pelo Afeganistão é um tanto de exagero, pois apesar de não acreditar nas informações vindas das UPI da vida, não posso achar que a situação da URSS lá é natural. Os progressos sociais que foram feitos na Coreia do Norte também foram feitos na Espanha por Franco e nem por isso deixaria de citar os inúmeros defeitos que houve.

Carlos Magalhães — Salvador — Bahia — Brasil.

Intercâmbio

- **Luis Paulo Maria**
Praça do Pioneiro — C. P. 1665 — Benguela — Angola
- **Antônio da Silva Oliveira**
Volta das Calçadas, 199, 3º Dtº — Santa Clara — 1000 Coimbra — Portugal
- **Antônio Pedro (Toni)**
D.N.R.H. dos Correios — Luanda — Angola
- **Joaquim Maonguere**
C. P. 54 — Maputo — Moçambique
- **Agostinho Pedro António (Tinho)**
Faculdade de Economia — C. P. 815 Luanda — Angola
- **Diniz Cachamba**
C. P. 2038 — Beira — Sofala — Moçambique
- **José Luís M. A. Lito**
C. P. 1899 — Benguela — Angola
- **Marcos André R. de Sousa**
R. Ernestina, 12 apt. 402 — Lins — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20710 — Brasil
- **Graça Cardoso Luís**
C. P. 783 — Benguela — Angola
- **Luís Gilardino**
Bvar. Jose Batlle y Ordoñez 3078 — Montevideu — Uruguai
- **Antônio João da Silva Miguel**
C. P. 18784 — Luanda — Angola
- **Ralaievo Bernard**
École Supérieure de la Zandarimarian — Pirena — 514 — Moramanga — Madagascar
- **João Batista da Costa**
Rua Duque de Caxias, 1010 — Cuiabá MT — CEP: 78000 — Brasil
- **Luzia Victor**
C. P. 6995 — Luanda — Angola
- **Rogério Diniz Junqueira**
C. P. 152947 — Brasília — DF — CEP: 70919 — Brasil
- **Victor Castaño**
C. P. 10613 — Distrito 1 — Montevideu — Uruguai

- **Paciente Afonso (Pacy)**
C. P. 1571 — Luanda — Angola
- **Luis Delgado Ramos**
Av. Jesus Menéndez, 92 — Est. Ferrocarril — Sancti Spiritus — Cuba
- **Ricardo Haddad Ribeiro**
Rua Dr. Pinto Ferraz, 243 — Casa 10 Vila Mariana — São Paulo — SP — CEP: 04117 — Brasil
- **Rosa Josefa Luís**
C. P. 1071 — Benguela — Angola
- **Renelfa Rosalia Freitas Guimarães**
Rua Professor Gabizo, 192, apt. 604 Tijuca — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20271 — Brasil
- **Neves Manuel (Bondoso)**
C. P. 1555 — B.C.A. nº 1 — Luanda — Angola
- **Sandra Regina Mapiowski**
C. P. 251 — Canoas — RS — CEP: 92000 — Brasil
- **Simão Salvador de Gouveia Leite**
a/c de Domingos Bento de Azevedo Salvador, C. P. 1383 — Tudor Estrada do Calvaco — Km 4 — Luanda — Angola
- **Fernando Magalhães**
C. P. 40017 — Rio de Janeiro — RJ CEP: 20272 — Brasil
- **Domingos Matateus José J. da Silva**
C. P. 611 — a/c de Maria da Glória Comité Provincial do Partido Benguela — Angola
- **Mario Fumanga Chapéu**
Rua Santo Miguelito, L 6, Q 1 Duque de Caxias — RJ CEP: 25080 — Brasil
- **Ezequiel Tomás Nelito**
a/c de Joaquim Kiloy — C. P. 1001 Telephone: 34 04 — Benguela — Angola
- **Fernando Wilson**
Rua R-6, 134 — S. Oeste — Goiânia Goiás — CEP: 74000 — Brasil
- **Sebastião Oliveira**
Rua dos Guaianazes, 357, apt. 22 Centro — São Paulo — SP CEP: 01204 — Brasil
- **Alberto José**
C. P. 1270 — Luanda — Angola

- **David Alfredo**
a/c de Alfredo David — C. P. 5601 Galeria ML — Luanda — Angola ou a/c da Posta Restante dos C. T. T. da Precol — Luanda — Angola
- **André Martins de Souza**
Rua T-41, 252 — S. Bueno — Goiânia Goiás — CEP: 74000 — Brasil
- **Domingues Claudeu Vannucci**
a/c de Pascoal Pelly — Trib. Judicial da Comarca de Namibe — C. P. 02 Namibe — Angola
- **João Monteiro Mussumba**
Rua Silva Freire nº 16/4 — C. P. 2642 Luanda — Angola
- **Dirceu Casa**
Rua Benjamin Constant s/n — Maria-Marau — RS — CEP: 99155 — Brasil
- **Regina Sylira Pugliero**
Rua Santa Rosa 130/202 A — Niterói RJ — CEP: 24220 — Brasil
- **Carlos Manuel Tavares**
B. Nelito Soares — Rua Portugalia C. P. 18047 — Luanda — Angola
- **Marcos Eustáquio dos Santos**
Rua Manoel Macedo, 685 — casa 2 São Cristóvão — Belo Horizonte MG — CEP: 31130 — Brasil
- **Adriano Miguel Gongo**
C. P. 1561 — Dombe Grande — Via Benguela — Angola
- **Luis Filipe Gomes**
Rua Araken Silva, 333 — Dionísio Torres — Fortaleza — CE CEP: 60000 — Brasil
- **João Guvulo Zacarias (Joanzinho)**
C. P. 212 — Benguela — Angola
- **Gino Severino**
C. P. 1615 — S. João — Benguela Angola
- **Julio Cezar Menta**
Rua Alemanha, 489 — Erexim — RS CEP: 99700 — Brasil
- **Justino Zeferino Gandré**
Rua Vasco da Gama — C. P. 1046 Malanje — Angola
- **Gustavo Coelho Souza**
C. P. 131 — Visconde do Rio Branco MG — CEP: 36 520 — Brasil

cadernos do

terceiro mundo

PARA PREÇOS CONGELADOS PROMOÇÃO QUENTE. APROVEITE!

VOCÊ CONSEGUE: E GANHA DE BRINDE:

3 assinaturas da revista

1 assinatura da revista + 1 assinatura trimestral do Semanário O País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 1 assinatura trimestral do Semanário O País.

2 assinaturas da revista

1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 1 assinatura trimestral do Semanário O País.

1 assinatura da revista

4 semanas do Semanário O País.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

- () 02 parcelas de Cz\$ 90,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal - ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
- () À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

- () 02 parcelas de Cz\$ 90,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal - ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
- () À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

- () 02 parcelas de Cz\$ 90,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal - ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
- () À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ em () cheque nominal ou () vale postal - ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.

Brinde escolhido:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

estante do terceiro mundo

O reembolso com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Código	Quantidade

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

Não-assinante Assinante

Data / /

"Estante" da revista nº 91, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Ass. do Comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 2 livros.
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



OS LUCROS DA FOME
de Miranda Neto

O livro focaliza os principais problemas que afligem a agricultura brasileira, tais como: a modernização agrícola que esquece o homem do campo, a produção de energia em detrimento da produção de alimentos, a concentração da propriedade fundiária e a ineficiência e o abuso da comercialização de gêneros alimentícios. 180 pág.

E-67 Cz\$ 35,00



VIVER EM CUBA – Uma experiência inesquecível
de Josina M. Albuquerque

O livro mostra aspectos do dia-a-dia da autora como participante de uma experiência singular durante 14 anos. Desperta a curiosidade de saber mais, de conhecer essa realidade, de debater sobre ela e de compará-la com a situação do nosso povo. Analisa a evolução do pensamento do homem comum, sujeito e objeto das mudanças que vão se dando. 100 pág.

E-68 Cz\$ 44,00



ATÉ AÍ MORREU NEVES
de Mariano

Neste livro estão cerca de 100 charges que, apesar do título, contam a história do nascimento da Nova República, registrando em traços críticos e bem-humorados seu fantástico enredo e suas incríveis personagens. 112 pág.

E-69 Cz\$ 65,00



NÃO HÁ LIMITES PARA O CRESCIMENTO
de Lyndon H. LaRouche, Jr.

Um livro polêmico porque o autor se coloca como que em "estado de guerra" contra o Clube de Roma, apontado por ele como "uma versão moderna do malthusianismo" criado por uma "elite oligarca com propósitos explicitamente racistas" e finalidades de manter o Terceiro Mundo como "uma colônia produtora de matérias-primas". 318 pág.

E-70 Cz\$ 140,00

8 **Panorama Tricontinental**

16 **Editorial – O desafio dos Não-Alinhados**

18 **Matéria de capa – América Central: A paz cada vez mais distante**

20 A guerra dos Estados Unidos contra a Nicarágua, *Horacio Castellanos Moya*

27 Sergio Ramírez: "Dar ao povo as tarefas de defesa", *Arqueles Morales*

31 Os cento e dez milhões e a frente interna, *H. G. Verzi*

36 Quem são os "contras"?, *Roberto Bardini*

40 Contadora: futuro incerto

42 O Pentágono dá os últimos retoques na invasão, *Víctor Flores García*

44 A reativação do Condeca

47 A crise do Mercado Comum Centro-Americano, *Theo Peters*

Não-Alinhados

50 Um marco na história contemporânea, *A. W. Singham/Shirley Hune*

América Latina

59 Brasil-Cuba: O fim de uma injustiça, *Víctor Bacchetta*

65 Equador: A democracia comprometida, *Eduardo Khalifé*

68 Sikhs: a batalha diplomática

África

71 Senegal: A abertura para a classe empresarial, *Baptista da Silva*

Infância

76 As crianças operárias do Nepal, *Panudda Boonpala*

Meio Ambiente

78 A justiça do lado dos pequenos, *Yap Bing Nyi*

81 Notas

Cultura

82 O povo na tela dos sonhos, *Roberto Remo Bissio*

84 Notas

86 **Especial – Os outros militares**

88 "Obediência à Constituição"

89 Quem são os fundadores?

96 **Humor: Nabil**



Não-Alinhados: a voz do Terceiro Mundo



Brasil-Cuba: enfim, o reatamento



Os militares democratas se organizam

ISRAEL

Um encontro frustrado

□ A renúncia do rei Hassan 2º à presidência da Liga Árabe comprovou o fracasso de sua iniciativa de propiciar um projeto de pacificação para o Oriente Médio junto com Israel e de costas para o mundo árabe. As reações desfavoráveis dos países árabes ao encontro entre Hassan 2º e o primeiro-ministro Shimon Peres em Ifrane (Marrocos), em meados de julho, não se limitaram aos governos mais radicais como o da Síria — que rompeu relações diplomáticas com Rabat — e o da Líbia, que decidiu convocar o tribunal previsto no tratado de Oujda, assinado por ambos os países em 1984. Entre os chefes de Estado moderados o diálogo entre Hassan 2º e Shimon Peres também foi mal recebido e em círculos políticos árabes se comentou que a iniciativa do monarca marroquino até pode lhe custar o mesmo destino trágico que teve Anuar Sadat. Como é sabido, o presidente egípcio faleceu em 1981, vítima de um atentado cometido por elementos do próprio exército, que não perdoavam seu líder por ter selado a paz com o inimigo histórico dos povos árabes.

Anos depois e no momento em que as conversações para uma saída negociada para a questão palestina — o eixo em torno do qual gira a problemática do Oriente Médio — estão paradas, é o monarca marroquino, conservador e alinhado com a política norte-americana, quem assume o papel de mediador numa iniciati-

va de reaproximação entre o mundo árabe e Israel: recebe o primeiro-ministro judeu em seu palácio particular e envolve o encontro no maior mistério. O problema é que os países árabes não haviam lhe delegado essa missão, apesar de que Hassan 2º exercia a presidência da Liga Árabe. Isso ficou claro quando teve que renunciar ao cargo.

Observadores da região calculam que Hassan 2º esperava mais do encontro com o *premier* israelense e por isso optou por



Hassan 2º e Peres em Ifrane

dar esse passo arriscado. Aparentemente havia interpretado a decisão de Peres de visitar o Marrocos — atendendo a um convite indireto que o monarca lhe fez em declarações à imprensa francesa — como uma evidência de que o regime israelense estava disposto a ceder em alguns pontos básicos em prol de uma negociação com os árabes moderados. Hassan esperava de Peres uma proposta concreta de pacificação

e uma maior flexibilidade em relação aos palestinos.

Peres não só não levou a Rabat nenhuma proposta mas também reiterou o que sempre disse a Israel: que não aceita a presença da OLP na mesa de negociações e que não haveria mudanças na situação dos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza.

A interpretação mais aceita nos meios políticos da região é que o encontro entre Hassan 2º e Shimon Peres foi um grande *show* publicitário.

Para Hassan 2º a ocasião lhe serviria para apresentar-se perante o mundo como um dirigente que está no centro da problemática do Oriente Médio e o portavoz do mundo árabe na delicada questão da paz naquela região. Essa imagem é muito necessária para o regime marroquino que está isolado no contexto da Organização de Unidade Africana (OUA) por sua guerra colonial no antigo Saara Espanhol, condenada inclusive pelas Nações Unidas.

Para Shimon Peres a propaganda sobre a reunião poderia significar um reforço na campanha que alguns dos seus seguidores estão organizando para evitar a entrega do governo aos "falcoes" do Likud em outubro próximo, de acordo com os compromissos assumidos nos dias posteriores à última eleição.

O detalhe que escapou a ambos os dirigentes, segundo se comenta na região, é que para uma manobra publicitária produzir algum efeito, teriam que se apresentar resultados concretos. Senão, a iniciativa pode terminar tendo um efeito bumerangue, se voltando contra quem o lançou.

LÍBANO

A luta interminável

Os atentados com carros-bomba no final de julho, que causaram a morte de mais de 60 pessoas e feriram mais de 300 em Beirute Oriental e Ocidental, marcaram o início de uma nova onda de violência no Líbano e o virtual fracasso do plano de segurança promovido pela Síria para tentar restaurar a paz.

A 4 de julho, cerca de 300 soldados sírios se uniram às forças do exército libanês para patrulhar as ruas de Beirute, de acordo com um plano definido pelo governo de Damasco juntamente com os principais dirigentes muçulmanos libaneses. Desta forma se colocava um fim à "guerra dos acampamentos", que durante o mês de junho provocou um elevado número de vítimas entre os palestinos dos campos de refugiados e os milicianos da organização chiíta Amal. Outras unidades especiais sírias tomaram posição na entrada de Beirute e na estratégica região de Khalde, que dá acesso à região montanhosa do sudeste, dominada pelo Partido Socialista Progressista (PSP), da comunidade drusa, aliada dos chiítas da Amal.

Um porta-voz do governo libanês afirmou que o presidente Amin Gemayel, um cristão maronita, opunha-se em princípio à movimentação de tropas sírias no setor muçulmano. Contudo, desistiu de impedir a sua entrada diante da decisão unânime de apoiar o acordo de Damasco por



Soldados sírios junto de um carro, alvo de um atentado

parte de todos os membros muçulmanos do gabinete, inclusive o primeiro-ministro Rashid Karamé.

O objetivo imediato da entrada das tropas sírias era evitar novos conflitos no seio da comunidade islâmica, mas a meta a médio prazo seria, segundo se comenta nos círculos diplomáticos de Beirute, restabelecer a unidade entre as diferentes facções muçulmanas e fortalecer a campanha pela destituição de Gemayel.

O presidente se opõe ao plano de paz estabelecido em Damasco e, o que é considerado mais grave para a estabilidade e integridade política do país, é terminantemente contrário a qualquer

proposta que vise conferir maiores poderes administrativos e políticos à comunidade muçulmana, que atualmente é majoritária no Líbano. Um acordo nesse sentido tinha sido aprovado em dezembro passado entre as milícias maronitas, os drusos e os chiítas; porém nunca pôde entrar em vigor pela negativa do presidente Gemayel.

De acordo com uma partilha do poder estabelecida na década de 40, quando o Líbano ficou independente, a comunidade cristã maronita tem a maior cota de poder político (inclusive o cargo de presidente) e este é o ponto nevrálgico dos conflitos que na última década assolaram o país.

Guiné-Bissau: fuzilado ex-vice-presidente

O ex-vice-presidente Paulo Correia e mais cinco pessoas condenadas à morte por crime de traição foram fuziladas, no dia 21 de julho passado, na Guiné-Bissau. Outros seis sentenciados à morte tiveram suas

penas comutadas e transformadas em trabalho perpétuo.

Os 12 acusados participaram de uma tentativa de golpe de Estado no dia 17 de outubro de 1985 contra o presidente Bernardo Vieira, "pondo em perigo de maneira flagrante a segurança do Estado e ferindo os legítimos interesses do povo", segundo a nota oficial sobre a execução.

BOLÍVIA

Repúdio à presença militar dos EUA no país

□ No melhor estilo "Missão Impossível" ou de outros seriados do gênero muito em voga na TV norte-americana, seis helicópteros e 160 militares dos Estados Unidos desembarcaram em julho na Bolívia para destruir 50 laboratórios clandestinos de produção de cocaína. Mas, ao contrário dos heróis televisivos, a chamada operação "Blast Furnace" teve resultados bem modestos e teria posto fora de combate apenas um centro produtor

da droga nas selvas bolivianas. Mas se o balanço estatístico foi considerado paupérrimo, os resultados políticos foram ainda piores.

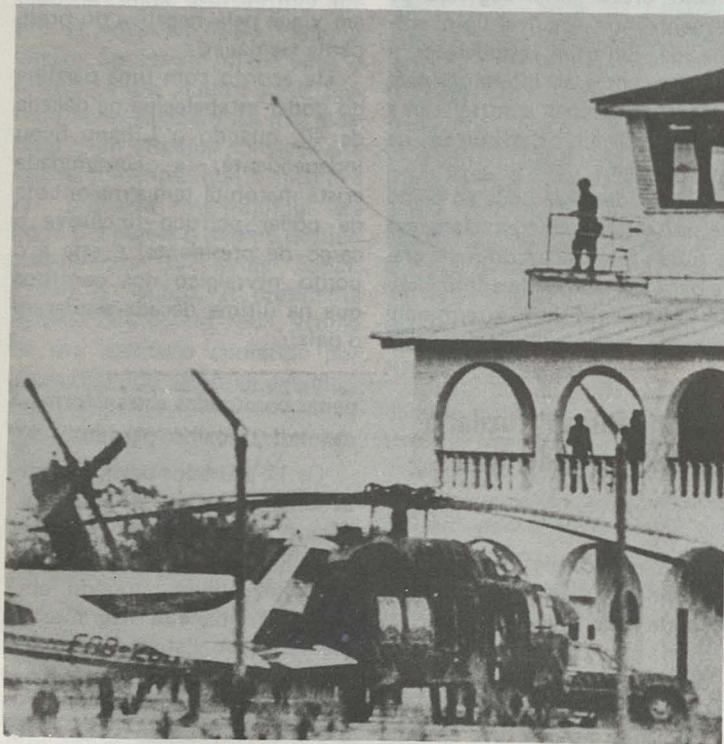
A *blietrieg* anticocaína foi duramente criticada tanto em La Paz como em Washington. Para os bolivianos, especialmente os partidos políticos de oposição e os sindicatos, a operação violou a Constituição nacional e caracterizou uma indisfarçada intervenção estrangeira. Nos Estados Unidos, o FBI, o Drug Enforcement Agency (DEA), o Departamento de Estado, jornais e porta-vozes da Casa Branca jogaram uns sobre os outros a culpa pelos pálidos resultados da guerra contra os traficantes bolivianos.

"Se o presidente Reagan pretendeu caracterizar a 'Blast Fur-

nace' como uma ação exemplar destinada a colocar os Estados Unidos como uma espécie de superpotência do hemisfério, foi um mau começo. Dificilmente outros países latino-americanos se sentirão tentados a arcar com o pesado ônus da impopularidade como aconteceu na Bolívia", afirmou o *El Día*, um dos mais importantes jornais mexicanos.

O presidente boliviano Paz Estenssoro terá agora pela frente acusações de violação da Constituição levantadas por partidos de oposição. Os camponeses da região de Santa Cruz levantaram suspeitas de que a brigada antidroga mandada pela DEA tenha espalhado substâncias químicas nas plantações de coca, tornando o terreno impróprio para qualquer outro tipo de cultivo.

Nenhum dos chamados "reis" da cocaína no altiplano boliviano foi preso. Todas as instalações capturadas eram toscas, dando a impressão de serem provisórias. Assim, segundo jornais de La Paz, é possível que tudo seja reconstruído tão logo os 160 norte-americanos deixem o país, o que foi exigido pelos partidos de oposição, no Congresso. Há informações de que depois da Bolívia, a polícia norte-americana pretendia estender o seu *big stick* até a Colômbia, Equador e Venezuela, com o objetivo de tentar reduzir drasticamente o próspero negócio da cocaína, que rende por ano cerca de 20 bilhões de dólares nos Estados Unidos. Caso seja confirmada esta intenção, fica claro que o Departamento de Estado dá cada vez menos importância a questões como a da soberania nacional nas suas relações com os países latino-americanos.



Reuters

Operação Blast Furnace: uma intervenção indisfarçada

10 - terceiro mundo

PANAMÁ

Campanha dos Estados Unidos contra Noriega

□ Numa reação à ofensiva lançada por meios de comunicação da imprensa norte-americana, o presidente do Panamá, Eric Delvalle, afirmou que não permitirá uma campanha de descrédito de seu país, do governo e do exército e confirmou seu apoio ao general Manuel Noriega, comandante da Guarda Nacional panamenha.

De forma simultânea, a rede de televisão NBC e o jornal *The New York Times*, citando fontes da CIA confirmadas na Casa Branca e no Departamento de Estado, disseram que o general Noriega é traficante de drogas e armas, além de estar vinculado com Cuba, Lfbia, a OLP e movimentos guerrilheiros de outros países.

O objetivo claro da campanha norte-americana é desprestigiar o general Noriega e a Guarda Nacional sob seu comando, com o propósito de enfraquecer a unidade entre o povo do Panamá e suas forças armadas na luta pelos direitos soberanos sobre a Zona do Canal e justificar o não-cumprimento do Tratado Torrijos-Carter.

Existem sérias divergências entre os Estados Unidos e o Panamá quanto à interpretação do Tratado a nível da Junta Diretiva da Comissão Administradora do Canal, onde a representação norte-americana continua se negando a proporcionar informação financeira detalhada sobre



Canal do Panamá: um dos motivos da campanha lançada pelo governo norte-americano para desprestigiar Noriega

suas atividades.

Por outro lado, e segundo denúncias do governo panamenho, os Estados Unidos estão utilizando suas instalações militares na Zona do Canal para apoiar ações intervencionistas em outros países, principalmente na América Central, em aberto descumprimento ao Tratado e contra a posição do Panamá, que só admite essa presença para fins de prote-

ção do canal.

O governo, os militares e a maioria da opinião pública panamenha reagiram frente às acusações norte-americanas contra o general Noriega por considerar que as mesmas visam a desestabilizar o sistema político herdado da administração do general Omar Torrijos, quando se firmou o acordo para a devolução da Zona do Canal ao Panamá.

El Salvador: nova central sindical

Em resposta ao pacote de medidas econômicas antipopulares recentemente aprovado pelo governo de José Napoleón Duarte, cem organizações sindicais de El Salvador decidiram reafirmar a unidade de todos os setores operários, agrupando-se em uma central trabalhadora de nível nacional.

A nova organização, Unidade Nacional dos Trabalhadores Salvadorenos (UNTS), foi classificada pela "Rádio Venceremos", a emissora da FMLN, como uma nova "arma para derrotar os planos norte-americanos". Os rebeldes assinalaram que a UNTS representa a confluência de um "poderoso movimento de massas" em busca de um projeto nacional que atenda às necessidades populares diante da crescente intervenção norte-americana".

Bolívia: 100 mil títulos de terra a camponeses

O governo da Bolívia pretende entregar, durante este ano, cerca de 100 mil títulos de propriedade de terras aos camponeses, conforme anunciou o presidente do Conselho Nacional da Reforma Agrária (CNRA), Luis Antezada Erqueta, que reconheceu um atraso de quase 30 anos no tratamento do problema.

Antezada Erqueta declarou que a demarcação das terras foi feita de forma lenta, chegando a menos da metade da quantidade prevista. Para ele o fato não tem justificativa, porque o conselho contava com meios e pessoal necessários para a execução do plano.

Chile: proibida circulação de "Análisis"

A revista *Análisis*, de oposição, teve sua circulação suspensa até setembro, no Chile, por ordem de um juiz civil, Lionel Beraud, que examina, também, um processo contra 27 jornalistas da publicação, entre eles o editor Juan Pablo Cardenas, acusado de difamar o general Augusto Pinochet. O número do semanário que foi recolhido das bancas pela polícia, apresentava uma reportagem, com uma caricatura, afirmando que o presidente chileno estaria isolado de seus partidários.

O editor Pablo Cardenas responde a inquérito pela terceira

vez e esta é a sexta vez, em menos de dois anos, que a revista é alvo de processo aberto pelo governo. A subeditora de *Análisis*, Maria Monkeberg — também diretora do Colégio de Jornalistas do Chile —, afirmou que a apreensão da publicação "é uma nova forma de perseguição contra o semanário, um atentado contra a liberdade de expressão, além de causar um enorme prejuízo financeiro".

Moçambique tem primeiro-ministro

Pela primeira vez desde a independência em 1975, Moçambique tem um primeiro-ministro. O presidente Samora Machel nomeou para o cargo o até então ministro do Planejamento, Mário da Graça Machungo.

A criação do cargo de primeiro-ministro foi decidida após discussões realizadas durante a Quinta Sessão Ordinária do Comitê do Partido-Frelimo, de 30 de junho a 8 de julho. A reunião da Frelimo resolveu, ainda, que o chefe de Estado, na sua condição de comandante supremo das Forças de Defesa e Segurança, dirigirá o setor de defesa. Segundo comunicado do presidente Samora Machel, o primeiro-ministro prestará contas de sua ação ao chefe de Estado e à Assembléia Popular. Os ministros e secretários de Estado serão nomeados pelo chefe de Estado.

Os governadores provinciais

continuarão a representar o presidente, conforme estabelece a Constituição. A partir de agora, no entanto, sua ação estará subordinada ao primeiro-ministro. O presidente dirige as Forças de Defesa e Segurança e o Conselho Nacional de Segurança, e o primeiro-ministro controlará a ação das forças policiais.

Peru: Alan García demite policiais

Dando prosseguimento ao plano de depuração dos quadros policiais do país, o presidente Alan García demitiu mais 930 oficiais da polícia, dos quais 301 tinham patente de coronel, major ou capitão. Desde agosto do ano passado, quando iniciou a reorganização das forças policiais, o governo já afastou — incluindo os acima mencionados — 1.299 oficiais.

Alan García decidiu também a unificação da Guarda Civil, Guarda Republicana e a Polícia de Investigações, que passarão a ter um comando único. Ficou estabelecido que o posto de coronel será o de maior grau na hierarquia das três forças policiais, reservando-se para o chefe geral a patente de general.

As três forças policiais mencionadas foram objeto de crítica por parte de diversos setores da sociedade peruana, que as acusam de corrupção e de tráfico de drogas. Alguns ex-generais da Polícia de Investigações e da Guarda Civil estão sendo processados por sua vinculação com uma poderosa rede de traficantes.

HAITI

Condenado à morte chefe da polícia secreta de Duvalier

□ O ex-chefe da polícia secreta do Haiti, Luc Desir — um dos principais colaboradores do regime ditatorial de François Duvalier e de seu filho, Jean-Claude Duvalier —, foi condenado à morte pela justiça de seu país, por crimes de assassinato, sequestro e torturas. Desir, de 61 anos, terá que pagar, também, 3 milhões e 400 mil dólares de indenização às famílias de duas de suas vítimas: Jacques Dessalines e Lucette Lafontant.

O veredito, emitido por um júri de 12 pessoas, foi aplaudido por uma multidão que lotava os corredores do Palácio da Justiça de Porto Príncipe, aos gritos de "criminoso" e "assassino". Desir, que poderá recorrer da sentença junto à Corte Suprema, de acordo com as leis haitianas, está preso desde fevereiro, quando milhares de pessoas impediram que fugisse do país pelo aeroporto internacional da capital.

Luc Desir foi acusado por Emmanuel Ambroise, sobrevivente de suas torturas, que contou ao júri como seu irmão, o professor Jean-Jacques Ambroise, e a mulher deste, Lucette Lafontant, então grávida, foram torturados e mortos pela polícia secreta de Duvalier. Alix Ambroise, um outro irmão da vítima, viajou de Nova Iorque, onde mora, a Porto Príncipe, para também testemunhar.

O ex-chefe da polícia secreta dirigiu o Haiti com Simone Duvalier, viúva de François Duvalier, "Papa Doc", desde a morte do ditador, em 1971, até 1981, quando Jean-Claude Duvalier,

"Tonton Macoutes" (polícia secreta) deixaram o país. O ex-chefe da polícia de Porto Príncipe, coronel Albert Pierre, está no Brasil, preso em Brasília, enquanto é decidido o pedido de sua



Luc Desir (à dir.): assassinatos, torturas e sequestros

"Baby Doc", assumiu o poder como "presidente vitalício".

Desde que Jean-Claude fugiu do Haiti, a 7 de fevereiro passado, com cerca de 20 de seus aliados mais chegados, vários chefes de corpos paramilitares e dos

extradição para o Haiti. A condenação de Luc Desir é uma das primeiras ações do governo do general Henry Namphy contra membros do antigo regime, depois da nacionalização das propriedades da família de Duvalier.

Afeganistão: EUA aumentam ajuda aos "contras"

O governo dos Estados Unidos dará este ano cerca de 470 milhões de dólares em ajuda aos contra-revolucionários do Afeganistão, de acordo com o anunciado em Washington por Andrew Eiva, chefe da chamada Federação pelas Ações Norte-Americanas no Afeganistão, organização vinculada à CIA.

Andrew Eiva, que até recentemente era oficial das tropas especiais dos Estados Unidos, considera essa ajuda insuficiente para o treinamento e armamento dos grupos afegãos, cu-

jos "santuários" estão em território paquistanês. Em sua opinião, seria necessária a criação de uma ponte aérea, controlada pelo Pentágono, para o envio direto de armamento aos grupos dirigidos por ele.

Segundo informações da imprensa norte-americana, a CIA entregou só no ano passado 280 milhões de dólares para a manutenção dos contra-revolucionários afegãos, prevendo-se para o corrente ano a entrega de outros 600 milhões.

Apoiado pela China, Israel e Paquistão, o governo norte-americano empregou mais de 1 bilhão e 200 milhões de dólares na guerra não-declarada do Afeganistão, desde 1979 até agora.

SUDÃO

A ameaça da guerra no sul

□ Embora a eleição e posse do novo governo civil no Sudão tenham acabado com um longo reinado político dos militares, o primeiro-ministro Sadiq el Mahdi só conseguirá manter-se no poder se a guerra civil na região sul do país terminar rapidamente. O Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA) pediu a renúncia do governo de Mahdi e sua substituição por um regime provisório, no qual uma Assembleia Constitucional daria maiores poderes e maior autonomia para as províncias do sul, garantindo uma pacificação definitiva.

O SPLA fez a exigência através de uma declaração de seu líder, o coronel Kohn Garang, logo após uma reunião realiza-

da na Etiópia com enviados especiais do governo de Cartum. Garang e seus guerrilheiros controlam a maior parte do sul do Sudão, onde cerca de 12 mil homens em armas mantêm as guarnições do governo sob cerco permanente. Para muitos observadores, a situação atual no sul do Sudão é quase tão séria quanto a reinante durante a longa guerra civil entre 1956/72, quando o país esteve virtualmente dividido em dois.

O estado de guerra existente nas províncias de Bahr el Ghazal, Alto Nilo e Equatoria impediu que os eleitores da região votassem na eleição geral de abril passado. O pleito acabou restrito à região norte e central do Sudão, onde foram preenchidas 264 das 301 cadeiras do Parlamento. As 37 vagas restantes deveriam ser ocupadas por políticos da região sul.

O partido de Mahdi, o UMMA, ficou com 99 cadeiras, seguido pelo Partido Democrático Unionista (DUP) com 64 deputados.

Ambos formaram uma coalizão e adquiriram o direito de organizar o novo governo, onde o UMMA indicou 8 ministros num total de 18. O DUP escolheu seis membros do ministério, enquanto as vagas restantes ficaram com partidos menores.

Aproximadamente um terço dos 12 milhões de sudaneses vive em áreas onde é forte a influência da guerrilha. Um acordo entre Garang e Mahdi parece pouco provável, enquanto a liderança do SPLA insistir na tese da formação de um governo provisório e na mudança da Constituição sudanesa. Se a paz não vier rapidamente, o novo regime civil terá poucas condições de recuperar a economia nacional. A produção de petróleo no sul, uma das grandes esperanças de Mahdi para melhorar a situação econômica, está praticamente paralisada porque as empresas estrangeiras não querem assumir riscos. A agricultura também sofreu grandes prejuízos, especialmente a cultura do algodão e outros produtos destinados à exportação ou consumo nos grandes centros urbanos. Somente os cultivos de auto-subsistência permanecem, mas mesmo assim se mostram insuficientes para alimentar um número cada vez maior de refugiados de guerra.

Outra séria ameaça à estabilidade do governo de Mahdi é uma possível internacionalização do conflito no sul. Os países árabes de tendência conservadora se mostram interessados em apoiar os esforços de islamização prometidos pelo novo regime de Cartum, o que empurraria os rebeldes para uma aproximação cada vez maior com o regime revolucionário da Etiópia.



Combatentes do SPLA: exigindo a renúncia de Mahdi

Panorama Tricontinental

BARBADOS

Partido Trabalhista vence eleições

□ Barbados têm um novo governo. Com uma esmagadora vitória, o Partido Trabalhista Democrático (PLD), de oposição, venceu as eleições no país, derrotando o partido governista, Partido Trabalhista de Barbados (PLB). Errol Barrow é o novo primeiro-ministro e o PLD conseguiu 24 das 27 cadeiras do Parlamento. O então primeiro-ministro Bernard St. John sequer foi reeleito como deputado, um fato inédito na história do Caribe Oriental.

Já no poder, Barrow anunciou que seu governo terá uma linha nacionalista e que Barbados pedirá uma revisão do Tratado Regional de Segurança do Caribe feito em Washington, para cortar os laços militares com os Estados Unidos.

"Em Barbados — disse — são bem-vindos os norte-americanos turistas, mas não como agentes da CIA ou do Departamento de Estado". Barrow afirmou, ainda, que não manterá as estreitas relações militares e políticas com os Estados Unidos desenvolvidas durante os 10 anos de governo do Partido Trabalhista de Barbados, mas que não romperá suas tradicionais relações com os países ocidentais.

A vitória do PLD é considerada como uma demonstração de repúdio popular à política conservadora dos governos anteriores do PLB, primeiro com Tom Adams e, depois, com St. John na última década (1976-85). Barrow, de 66 anos, participou

da campanha pela independência do país, em 1966, quando governou Barbados. Ele esforçou-se para forjar a integração regional como caminho para alcançar a independência econômica. Barbados ajudou a criar a Associação de Livre Comércio do Caribe (Carifta), que em 1973 transformou-se na atual Caricom, integrada por 12 ilhas da região.

No seu primeiro mandato Barrow aproximou-se do Movimento dos Países Não-Alinhados e votou na OEA pelo fim de sanções contra Cuba. Em no-

vembro de 1975, permitiu que os aviões de transporte cubanos se reabastecessem de combustível a caminho de Angola (mas revogou a permissão após o protesto de Washington).

Após a vitória de Barrow nas eleições, o porta-voz do Departamento de Estado, Charles Redman, disse que seu governo espera manter as excelentes relações bilaterais com Barbados e que os Estados Unidos esperam trabalhar junto com o novo governo da ilha.

A política de venda de medicamentos

O Senado norte-americano aprovou recentemente uma decisão que proíbe a venda de numerosos medicamentos no país e, ao mesmo tempo, autorizou sua exportação. Cerca de 61% dos remédios vendidos na América Central são perigosos para a vida humana.



A denúncia foi feita pelo médico e químico farmacêutico hondurenho Pedro Portillo, catedrático da Faculdade de Medicina de seu país, com diploma de mestrado em Farmacologia Clínica em Londres.

Também realizou estudos sobre política de medicamentos para os países subdesenvolvidos com o professor inglês Desmond Lawrence, um dos mais prestigiados consultores sobre esse tema na Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para Portillo, a decisão do Senado norte-americano representa uma "violação dos direitos humanos". Lembrou que desde 1967 a OMS vem denunciando a introdução de medicamentos não-examinados, ineficazes e perigosos nas nações subdesenvolvidas. Como exemplo, citou o caso de uma vacina contra o sarampo que foi aplicada maciçamente em seu país entre 1969 e 1970, antes do seu uso ser aprovado nos Estados Unidos.

Um caso parecido aconteceu em países africanos, onde a "cimetidina", um citostático que provocou vítimas fatais, foi experimentado em hospitais. Atualmente em Honduras se vende o "Farlital", um anti-conceptivo de ação prolongada proibido nos Estados Unidos.

O desafio dos Não-Alinhados

A Oitava Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados terá pela frente em Harare, no começo de setembro, um outro desafio além da questão do *apartheid* sul-africano. A crise na América Central será colocada diante dos delegados que forem à capital do Zimbábue, em cores bem dramáticas, como um novo e urgente problema a exigir uma tomada de posição dos 109 países membros do movimento fundado há 30 anos.

Harare foi escolhida como sede da reunião de chefes de Estado por sua localização geográfica e pela posição do governo de Robert Mugabe. A simples indicação do local, durante o encontro de ministros das Relações Exteriores, realizado em Luanda, em setembro do ano passado, revelou a disposição dos Não-Alinhados em relação à crise sul-africana. O movimento como um todo mostrou que estava decidido a usar o peso de sua influência para pressionar não só o regime racista de Pretória como seus aliados internacionais, ao realizar num país vizinho à África do Sul, e frequentemente hostilizado pelo regime racista, a sua oitava conferência de cúpula.

Agora em Harare, a candidatura da Nicarágua para servir de sede à Nona Conferência de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados representa um novo desafio para o movimento, que desde a sua fundação se comprometeu com a solução negociada dos conflitos, com a

não-intervenção nos assuntos internos, com a busca da paz e com a defesa do direito de cada país de escolher o seu próprio modelo de desenvolvimento econômico e social. Segundo vários diplomatas do Terceiro Mundo, a escolha da capital nicaraguense representaria uma definição política num momento em que o governo sandinista enfrenta uma ameaça concreta de invasão militar por parte dos Estados Unidos e seus aliados centro-americanos.

No caso do *apartheid*, os Não-Alinhados deram sequência prática a condenações ao racismo de Pretória, feitas em todas as conferências dos países membros do movimento, realizadas até agora. De Harare devem sair posições bem mais nítidas e definidas em favor de sanções globais contra o governo sul-africano da minoria branca. Nunca antes o regime de Pretória viu tão perto de suas fronteiras geográficas uma reunião de cúpula destinada a condenar o *apartheid* e apoiar as vítimas internas e externas da prepotência branca sul-africana. Em situações muito menos importantes no passado, os *afrikaaners* usaram a arma da intimidação militar para tentar diminuir a solidariedade internacional aos movimentos anti-racistas. Quando chegarem ao Zimbábue dirigentes de todo o Terceiro Mundo, muitos deles terão um primeiro contato direto com os refugiados e exilados políticos sul-africanos. Eles estarão

convivendo também durante alguns dias com a realidade brutal de um país cujas veias econômicas estão permanentemente estranguladas pelo garrote do *apartheid*. Os países não-alinhados que defendem a indicação de Manágua para sede da Nona Conferência de Cúpula do movimento acham que esta escolha é uma questão de coerência política com os princípios da organização. Eles estão convencidos de que o movimento deve ter uma presença física nas áreas mais tensas do Terceiro Mundo, onde estejam em jogo interesses imediatos de países não-alinhados. Este princípio orientou a escolha do local de várias reuniões de cúpula no passado e também prevaleceu na eleição de Harare. Esta última decisão adotada em Luanda, em setembro do ano passado, foi unanimemente encarada como um gesto de solidariedade e apoio aos países limítrofes da África do Sul que sofrem os efeitos da política intervencionista de Pretória. No momento em que o Zimbábue apresentou a sua candidatura, no ano passado, tornou-se impossível ignorar os compromissos do movimento na luta contra o racismo. Recusar Harare para sede da Oitava Conferência de Cúpula teria significado virar as costas a um dos princípios mais tradicionais do não-alinhamento. O caso nicaraguense surge agora em circunstâncias muito parecidas, ainda segundo alguns diplomatas do Terceiro Mundo. Esta pequena nação centro-americana está ameaçada pelos Estados Unidos e por contra-revolucionários financiados e dirigidos pela CIA e pelo Pentágono. A pressão de

Washington está dirigida contra o direito de um país escolher o seu próprio modelo político e econômico. A disparidade de forças entre a primeira potência militar do planeta e um exército popular que tem pouco mais de seis anos de existência, mostra bem o caráter do conflito. Trata-se de opor a lei do mais forte ao princípio da autodeterminação e igualdade entre nações, defendido pelos Não-Alinhados desde a conferência de Bandung, há 35 anos. Se o *apartheid* é uma afronta à igualdade entre os homens, a agressão contra a Nicarágua atenta contra a igualdade entre os povos. A rejeição da prepotência racial dos *afrikaaners* encontra correspondência na recusa da prepotência do *big stick* de Reagan.

A Nicarágua já teve no passado o apoio da esmagadora maioria dos países do Terceiro Mundo quando o governo de Manágua disputou uma das vagas no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, a América Latina se situa agora na linha natural de rotatividade na presidência do movimento dos Não-Alinhados. O último país latino-americano a ocupar a presidência foi Cuba em 1979. Depois seguiram-se a Índia (Ásia) em 1983 e agora será a vez da África, com o Zimbábue, cujo chefe de governo liderará os Não-Alinhados até 1989. Caso o governo sandinista venha a ser efetivado como anfitrião da Nona Conferência de Cúpula, esta decisão representará um poderoso apoio a um país que tem na solidariedade internacional a sua mais importante arma para enfrentar a opressiva mobilização bélica e econômica posta em marcha por Ronald Reagan. ●

AMÉRICA CENTRAL

A PAZ CADA VEZ MAIS DISTANTE





O inacreditável está se tornando realidade no estreito e convulsionado istmo que separa a América do Sul da do Norte. A partir de julho, a possibilidade de uma guerra na região voltou a surgir de forma concreta, no momento em que os Estados Unidos fecharam o cerco militar e diplomático à Nicarágua. As gestões de paz do grupo de Contadora foram bloqueadas pela Casa Branca. Reagan conseguiu arrancar do Congresso norte-americano uma ajuda de 110 milhões de dólares aos contra-revolucionários nicaraguenses, fazendo com que os aliados centro-americanos de Washington revivam um velho conselho militar (o Condeca) usado na "guerra fria", que agora pode ser a peça chave num possível ataque direto aos sandinistas. Há pelo menos três anos, Reagan prepara o cenário para uma nova intervenção norte-americana numa região que o Pentágono considera "seu quintal". Os latino-americanos ainda costumam acreditar que a 30ª aventura militar dos Estados Unidos na América Central acabará se concretizando. Apesar da perplexidade geral, Washington já tem os seus peões prontos para o inacreditável xeque-mate, que, ao que tudo indica, vai custar aos Estados Unidos mais caro que o Vietnã. É o que revelam os nossos correspondentes e colaboradores na América Central, nesta reportagem de capa coordenada pelo escritório mexicano de "cadernos".

AMÉRICA CENTRAL

A guerra dos Estados Unidos contra a Nicarágua

A decisão do Congresso norte-americano de apoiar a política belicista de Reagan contra o governo sandinista trará consequências dramáticas para toda região e afetará as relações com os governos democráticos latino-americanos

O governo de Ronald Reagan enfrentou a sua mais difícil campanha em matéria de política externa a 25 de junho passado: o Congresso norte-americano, dominado pelo Partido Democrata, deu o braço a torcer e aprovou o pedido presidencial de 110 milhões de dólares em ajuda militar e econômica para os grupos contra-revolucionários que tentam derrubar o governo da Nicarágua.

Foi uma campanha árdua e contra a correnteza, na qual Reagan recorreu a incontáveis pressões, chantagens e táticas desinformativas, que finalmente conseguiram dobrar a resistência de um considerável setor de legisladores adversários da política belicista de Reagan para a América Central.

Reagan e sua equipe ignoraram o Grupo de Contadora, a Internacional Socialista (IS), a Comunidade Econômica Européia (CEE), o Movimento dos Países Não-Alinhados, entre outros que se manifestaram contra a entrega de recursos aos grupos mercenários e defendem uma solução negociada para a crise da América Central. Para a Casa Branca, porém, a única forma de conseguir a pacificação da região é provocar a queda do governo sandinista.

20 — terceiro mundo



Gamma

Daniel Ortega: Reagan é “um novo Hitler, um verdadeiro fascista”

A decisão do Congresso de apoiar a guerra de Reagan contra a Nicarágua terá profundas consequências para o futuro da região, bem como para as relações entre Washington e os governos democráticos da América Latina. O chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda, afirmou que a decisão da Câmara de Representantes constitui “um erro histórico, que pode prejudicar as relações americanas”, já que o princípio da não-intervenção “é não somente uma questão legal, mas também política”.

O governo de Manágua, por sua vez, afirmou que a aprovação da ajuda aos “contras” levará à vietnamização do conflito centro-americano e terminará por envolver tropas norte-americanas nos combates. O presidente nicaraguense, Daniel Ortega, chamou Reagan de “um novo Hitler, um verdadeiro fascista”, que assassina quem não esteja de acordo com ele.

Para convencer o Congresso, Reagan pôs em prática uma campanha composta de três eixos fundamentais: transformar o conflito da área num confronto Leste-Oeste, no qual a Nicarágua desempenharia o papel de ponta-de-lança da União Soviética; neutralizar os esforços de negociação do Grupo de Contadora e, finalmente, limpar a imagem somozista dos “contras” para transformá-los em “lutadores da liberdade”.



A guerra verbal

As acusações de Washington contra a Nicarágua assumiram o caráter de uma verdadeira guerra verbal. A cada instante os funcionários norte-americanos esgrimiam “o fantasma do comunismo” e deixavam claro que não se deteriam até conseguir a ajuda para os “contras”.

O próprio presidente Reagan prometeu, em diversas ocasiões, lutar sem trégua para evitar a derrota dos anti-sandinistas, pois esta seria “um desastre estratégico que abriria as portas para a instalação de bases soviéticas em terra continental”. De acordo com Reagan, a diplomacia sem uso da força é inútil no caso da Nicarágua.

O presidente norte-americano insistiu num discurso repetitivo, segundo o qual a União Soviética e Cuba poderiam tornar-se “o poder dominante” na América Central, usando como base de apoio os sandinistas, o que limitaria a liberdade de movimento dos Estados Unidos no continente, ameaçaria o canal do Panamá e cortaria vias de comunicação marítima fundamentais para Washington.

Pelo menos em três ocasiões Reagan reuniu-se com os líderes da União Nicaraguense de Oposição (UNO), fachada civil dos “contras”, aos quais ga-

rantiu que não permitiria o estabelecimento de outro regime comunista na América Latina. Indicou, além disso, que qualquer retrocesso na luta contra o governo da Nicarágua provocará “um julgamento histórico vergonhoso para os Estados Unidos”.

O secretário de Estado George Shultz, por sua vez, pronunciou um violento discurso, em 2 de março, no qual acusava o governo sandinista de ter vínculos com os terroristas do Oriente Médio, da Europa e da América do Sul, além de negociar com traficantes de entorpecentes latino-americanos. Tanto Reagan como Shultz acusaram várias vezes a Nicarágua de ser uma Lfbia ao lado dos Estados Unidos. Shultz chegou a afirmar que “a Nicarágua é um câncer e devemos extirpá-lo”.

Em termos equivalentes manifestou-se também o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Elliot Abrams, segundo o qual a posição do Grupo de Contadora, no sentido de procurar uma solução política para o conflito é errônea, pois só a força das armas levará o governo da Nicarágua a negociar com os “contras”. Foi Abrams quem garantiu, a 8 de junho, que de acordo com os relatórios dos serviços de inteligência norte-americanos, Moscou teria retomado o envio de armamento para o governo sandinista. A idéia do subsecretário é que a

Hélio Santos



A Internacional Socialista: sua posição em favor de uma solução negociada foi ignorada pelos EUA

AMÉRICA CENTRAL

pressão militar sobre Manágua pode levar à desintegração interna do regime.

A obsessão da administração republicana em destruir o governo nicaraguense é bem sintetizada pelas palavras do chefe da Casa Civil, Donald Regan, que declarou: "Temos que nos livrar desse governo, seja como for".

À medida que o debate dentro dos Estados Unidos sobre a ajuda aos "contras" recrudescia, Reagan e os seus colaboradores recorriam a medidas extremas de desinformação. O presidente manifestou, a 15 de março, que os sandinistas violam os direitos humanos, "mutilando e assassinando a população civil". Reagan, naturalmente, não apresentou nenhuma prova disso.

A campanha desinformativa chegou a tal ponto que, enquanto as nações latino-americanas pediam a Washington que apoiasse uma solução negociada para o conflito, Reagan afirmava que esses mesmos países respaldavam sua política de dar assistência militar aos "contras".

Na guerra verbal contra a Nicarágua, o secretário da Defesa, Caspar Weinberger, foi quem fez as declarações mais contundentes. Ele reconheceu que se os anti-

sandinistas fracassarem na luta armada, os *marines* poderiam ser obrigados a ir para a Nicarágua. Aliás, três meses antes da votação final no Congresso, a 24 de março, o secretário já informara que assessores militares norte-americanos deveriam treinar os "contras".

Da mesma forma, foi o Pentágono quem divulgou os documentos oficiais mais importantes em apoio à solicitação dos 110 milhões de dólares. *The New York Times* publicou, a 20 de maio, uma análise do Pentágono segundo a qual um tratado de paz na América Central, semelhante ao proposto pelo Grupo de Contadora, levaria os Estados Unidos a uma caríssima política de contenção da Nicarágua, sendo portanto mais recomendável aumentar o apoio aos "contras".

A maior parte dos governos da América Latina, por meio dos Grupos de Contadora e de Apoio, se pronunciou contra a ajuda de Washington aos anti-sandinistas. A atitude latino-americana foi firme e, de todas as reuniões dos grupos mediadores realizadas no corrente ano, saíram comunicados e declarações nos quais figura uma separata opondo-se a que potências de fora da região apoiem forças irregulares que tentem derrubar qualquer de seus governos.

Deste modo, as gestões de paz do Grupo de Contadora se tornaram o principal obstáculo para que a administração Reagan conseguisse os recursos solicitados para os "contras". Por isso mesmo, o estancamento das gestões

do Grupo se traduzia em valioso capital político para a campanha de Washington.

A maioria dos países dos Grupos de Contadora e de Apoio, no entanto, enfrentou em diferentes níveis a administração republicana. O presidente colombiano Belisário Betancur censurou o pedido de recursos para os "contras" em meados de março. De imediato, a Casa Branca acusou o governo de Bogotá de fazer concessões a Manágua.

O chanceler colombiano, Augusto Ramírez Ocampo, que desempenhou um papel preponderante no confronto com Washington, encarregou-se de es-



O secretário de Defesa Caspar Weinberger (à direita) e o chefe da Casa Civil Donald Regan (abaixo) encarnam a obsessão de Reagan em destruir o governo sandinista



clarecer a situação: "Os Estados Unidos e a América Latina divergem sobre a questão da Nicarágua e a oposição de Betancur à ajuda aos 'contras' é majoritária no continente".

Declarações semelhantes foram dadas pelo mexicano Bernardo Sepúlveda e pelo panamenho Jorge Abadía. Em Buenos Aires, o presidente Raúl Alfonsín criticou, em 1º de abril, o plano de Reagan de fornecer ajuda militar aos anti-sandinistas. O Senado argentino propôs, inclusive, que os 110 milhões fossem entregues ao Grupo de Apoio a Contadora.

A nível de organismos internacionais, as 125 nações do Movimento dos Países Não-Alinhados pediram ao Congresso norte-americano o fim do financiamento dos "contras" e condenaram a escalada de agressões e ataques militares contra a Nicarágua. Da mesma forma pronunciou-se o Conselho Latino-Americano de Igrejas, que classificou de "nefasta" a atitude de Reagan em relação à Nicarágua.

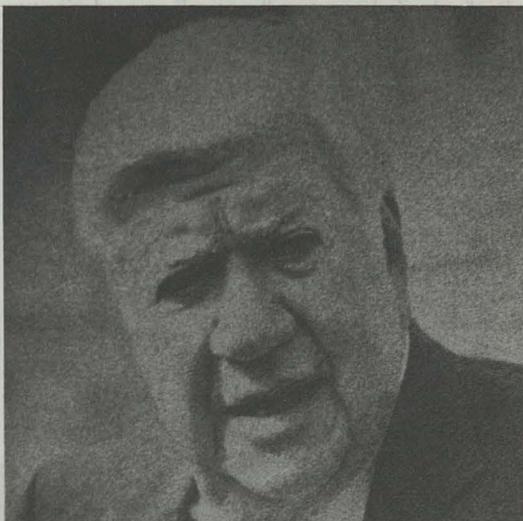
Mesmo entre os aliados centro-americanos de Washington houve posições contrárias à concessão de ajuda militar aos "contras". Esse foi o caso do novo governo da Costa Rica, presidido por Oscar Arias Sánchez que, apesar de suas críticas ao governo da Nicarágua, se opôs à entrega de recursos aos grupos mercenários.

As críticas no Congresso

Thomas O'Neill, presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, foi um dos principais adversários da política de Reagan para Manágua. Um setor do Partido Democrata defendeu posições que oscilavam entre um terminante repúdio à solicitação presidencial e uma atitude que pedia o congelamento da ajuda aos "contras" enquanto se realizassem as negociações na América Central.

O'Neill, à testa deste setor democrata no Congresso, afirmava que os grupos anti-sandinistas são, na verdade, "selvagens e incontroláveis facções terroristas, cujas lideranças são compostas de ex-oficiais somozistas". Destacou também que a política do presidente Reagan "segue exatamente o modelo que adotamos no Vietnã: depois do dinheiro mandamos assessores militares e em seguida, os soldados norte-americanos".

Os legisladores contrários à ajuda desmentiram repetidamente as afirmações de Reagan, insistindo em que os governos democráticos da América Latina



Thomas O'Neill: "é o modelo que seguimos no Vietnã"

se opunham à entrega de recursos aos mercenários e que estes, mesmo recebendo 110 milhões de dólares, não têm nenhuma possibilidade de derrotar o governo de Manágua.

Na oposição interna ao plano da administração Reagan, a Conferência Episcopal dos Estados Unidos desempenhou um papel de primeira linha. Mais de 200 bispos tornaram público o seu repúdio ao financiamento dos "contras" e mandaram cartas a Reagan, com o objetivo de dissuadi-lo de sua política para aquela região.

Cabe salientar também as manifestações públicas de protesto pela agressão de Washington contra Manágua, realizadas em várias cidades norte-americanas. Destas manifestações participaram os mais variados setores, desde grupos religiosos até ex-combatentes do Vietnã.

A campanha de oposição à política de Reagan conquistou uma vitória quando a Câmara de Representantes votou, a 20 de março, contra a petição presidencial. No entanto, uma semana mais tarde, o Senado pronunciou-se a favor da mesma. Este impasse fez com que o pedido do Executivo fosse submetido a nova votação.

Foi nessa ocasião que O'Neill armou uma cilada parlamentar para Reagan, manobrando no sentido de incluir os 110 milhões de dólares na lei de fundos adicionais para o orçamento em curso. O presidente já tinha anunciado que vetaria essa lei e, assim, a so-

AMÉRICA CENTRAL

licitação de ajuda para os "contras" se perderia num labirinto de trâmites legislativos.

Essa armadilha dos democratas, porém, não teve êxito porque os parlamentares republicanos preferiram votar contra a solicitação de Reagan a permitir que ela fosse incluída na lei de dotações complementares. Assim, os republicanos conseguiram que o pedido de ajuda fosse levado à Câmara de Representantes dois meses depois, a 25 de junho.

Para esta votação final Reagan lançou mão de todos os meios ao seu alcance para convencer os legisladores que ainda não tinham posição definida. Falou pessoalmente com eles, fez pressões e promessas e conseguiu a vitória por 221 votos contra 209. A Casa Branca obteve não somente os 110 milhões de dólares, mas também a autorização para que a Agência Central de Inteligência (CIA) dirija as operações dos mercenários e para que o Pentágono lhes ofereça treinamento militar.

A posição dos sandinistas

O governo de Manágua já afirmou que, independentemente dos 110 milhões de dólares, os grupos mercenários estão derrotados estrategicamente. O ministro do Interior, comandante Tomás Borge, afirmou inclusive que a Nicarágua está preparada para enfrentar uma intervenção direta dos Estados Unidos.

Por sua vez, o presidente Ortega denunciou, em várias ocasiões, que o Congresso norte-americano trata a Nicarágua como se fosse uma colônia sua e advertiu que, se Washington enviar assessores para treinar os "contras", eles "vão morrer".

A posição dos sandinistas no sentido de conseguir uma solução para a crise regional foi colocada por Ortega numa entrevista divulgada pela cadeia norte-americana de televisão CBS. O presidente nicaraguense afirmou que se deve transformar a América Central numa zona neutra, por meio de um acordo bilateral entre seu país e os Estados Unidos, para retirar todos os assessores militares estrangeiros. Ortega reiterou sua disposição de dialogar com Reagan, o verdadeiro chefe dos "contras", por meio do Gru-

po de Contadora, e destacou que os Estados Unidos estão bloqueando as possíveis soluções pacíficas e desestabilizando completamente a região.

O presidente nicaraguense afirmou que seu país não quer uma guerra contra Washington, mas sente que Reagan adotou a decisão política de eliminar por meios militares o governo sandinista. No final de abril, depois dos ataques norte-americanos à Líbia, Ortega denunciou a intenção do Pentágono de bombardear o seu país.



Presidente Ortega: "vão morrer"

Tanto o presidente como o ministro da Defesa, comandante Humberto Ortega, disseram que nenhum país centro-americano ameaça a Nicarágua, mas quem realmente o faz são os Estados Unidos. Assim sendo, disse o chefe do Executivo, Manágua não vê perspectivas de paz na região.

Uma vez aprovada a ajuda para os mercenários, o governo nicaraguense adotou uma série de medidas destinadas a garantir a segurança da nação. Entre elas, que fazem parte de uma rígida imposição do estado de emergência, estão o fechamento do jornal *La Prensa* e a recusa de permitir o ingresso no país de sacerdotes

católicos que apóiam as atividades contra-revolucionárias. Apesar disso, os dirigentes sandinistas esclareceram que permanecerão em sua proposta de pluralismo político, economia mista e não-alinhamento.

Reações internacionais

Dois dias depois de aprovada a ajuda aos "contras" pela Câmara de Representantes, mais precisamente a 27 de junho, a Corte Internacional de Justiça de Haia condenou as agressões dos Estados Unidos contra a Nicarágua e exigiu que Washington indenizasse o país centro-americano pelos danos causados em virtude dos ataques da CIA.

O repúdio à entrega de recursos aos "contras" foi generalizado, desde a União Soviética, o Movimento de Países Não-Alinhados até a Organização Democrata-Cristã da América (ODCA). Esta última salientou que Washington havia optado definitivamente "pelo caminho da violência e da guerra, que já



O povo nicaraguense e as forças progressistas da região se preparam para resistir à agressão norte-americana se mostrou ineficaz e contraproducente”.

Em Bonn, o líder da bancada parlamentar social-democrata alemã, Hans Jochen Vogel, classificou de “lamentável” o desprezo de Reagan à Corte Internacional de Haia. No Conselho de Segurança da ONU houve discussões sobre a política dos Estados Unidos contra a Nicarágua, e a maior parte dos países integrantes desse organismo condenou a atitude de Washington.

Na América Central, os governos de Honduras e de El Salvador foram os únicos que se manifestaram a favor da ajuda da Casa Branca aos anti-sandinistas. Cabe destacar também o “silêncio” que o papa João Paulo 2º manteve a respeito da aprovação da ajuda e da decisão do Tribunal de Haia. O pontífice só reagiu quando o governo nicaraguense impediu a entrada no país dos sacerdotes Bismarck Carballo e Pablo Antonio Vega, que mantêm estreitas ligações com os mercenários.

É fora de dúvida que, com a entrega de novos recursos aos “contras”, os espaços para buscar uma solução política para a crise centro-americana reduziram-se de maneira drástica. A opção militar se torna assim predominante, o que dificulta notavelmente as já intrincadas negociações do Grupo de Contadora.

Roberto Remo



Com o apoio do Poder Legislativo, sem levar em conta a opinião pública internacional nem os protestos de seus aliados, utilizando a ampla infra-estrutura militar construída em Honduras e com a obsessão de destruir o governo sandinista, o presidente Reagan tem agora as mãos livres para levar a fundo sua política belicista na América Central.

O povo nicaraguense e as forças progressistas da região se preparam para resistir. Para a América Central e sobretudo para a Nicarágua, a hora das grandes definições está chegando. ●

Horacio Castellanos Moya

terceiro mundo - 25

CHEGOU O GUIA DO TERCEIRO MUNDO 86!



São 616 páginas com informação atualizada, objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • O movimento dos países Não-Alinhados, informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade.

**ENTREGA
IMEDIATA**

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a jornalistas, professores, parlamentares, estudantes, administradores, consultores e outros grupos profissionais • Necessário para industriais e comerciantes, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, salas de aula e mesa de trabalho.

Formas de pagamento: (assinale com um "X" sua opção): () 1 pagto. antecipado de Cz\$ 225,00. () Em 2 parcelas de Cz\$ 120,00. () pagto. por reembolso postal a Cz\$ 250,00.

Observações: 1—No pagamento antecipado remeta junto com o cupom cheque nominal ou vale postal (ag. central) 2—No caso de pagto. parcelado remeta a 1ª parcela junto com o cupom; a 2ª será paga no correio quando da retirada do Guia 3—Na entrega do Guia por reembolso postal ou 2ª parcela será cobrado o porte.

Segundo minha opção estou remetendo juntamente com este cupom (menos no caso do Guia por reembolso postal) o valor correspondente a Cz\$. por cheque nominal ou vale postal (ag. central) para Editora Terceiro Mundo Ltda. — Depto. Comercial, Rua da Lapa, 180 grupos 1105 a 1110 — Rio de Janeiro RJ — CEP 20021 — Tels.: (021) 222-5771 para a compra de Guia(s)/86.

Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Data: / /

Comprador

**Atenção! Só a edição brasileira
contém 110 páginas de Brasil.**

LU
RIO

Sergio Ramírez: "dar ao povo as tarefas de defesa"

Escritor e advogado, o vice-presidente Sergio Ramírez Mercado, um dos responsáveis pela área do planejamento econômico do seu país, concedeu a Arqueles Morales uma entrevista exclusiva para a agência *Alasei*, que *cadernos do terceiro mundo* reproduz devido à importância do seu conteúdo. Ramírez Mercado define a posição do governo sandinista perante a decisão do Congresso dos Estados Unidos de apoiar com grandes recursos os "contras" e explica as medidas adotadas para evitar que "a contra-revolução consiga criar um espaço político e consequentemente militar e terrorista dentro do país".

A Câmara norte-americana de Representantes aprovou, recentemente, uma verba de 110 milhões de dólares para financiar os grupos contra-revolucionários que atuam no seu país. Que significado tem para a Nicarágua esta aprovação por parte do Congresso norte-americano?

— Significa, antes de mais nada, um recrudescimento da política de agressão da administração Reagan contra a Nicarágua. Significa que os mercenários vão, numa primeira fase, receber armas ligeiras; armas pesadas a partir de outubro, incluindo certamente um grande número de mísseis e radares; apoio logístico, em comunicações, e entrega de informações secretas por parte da CIA e do Pentágono. Significará, também — o que é muito grave —, a presença de assessores militares norte-americanos no teatro de guerra. Isto tudo nos deixa à beira de ações muito mais agressivas de envolvimento direto da CIA e dos aparelhos de segurança e defesa dos Estados Unidos e é mais um passo na escalada de confrontação da



Helio Santos

"O apoio aos 'contras' não alterará o curso da guerra"

administração Reagan contra a Nicarágua.

No entanto, estamos certos de que, em termos militares, este apoio logístico e material à contra-revolução não poderá alterar o curso da guerra. Temos derrotado as forças mercenárias. Mas esta ajuda vai reativar as ações terroristas, como a que massacró recentemente 35 pessoas devido à explosão de uma mina.

A introdução desses meios sofisticados a que fez referência poderia significar uma alteração das táticas militares nicaraguenses?

— A Nicarágua tem uma estratégia de defesa muito bem definida. É o povo em armas quem se encarregou da guerra, tanto através da mobilização permanente do Exército Popular Sandinista, como da capacidade de defesa dos próprios camponeses nas suas aldeias, cooperativas e comunidades rurais. Vamos reforçar a nossa capacidade de segurança interna, o que significa não dar espaço ao inimigo para que se organize internamente através do apoio a este tipo de ação terrorista. Consequentemente, vamos fortalecer o estado de emergência nacional entregando ao povo a tarefa da defesa já que qualquer um pode empunhar uma arma.

Têm sido treinados, ultimamente, vários batalhões de reservistas. Serão estes batalhões uma resposta à massificação da contra-revolução?

— Nós estamos preparados para duas circunstâncias. Em primeiro lugar, para a realidade concreta da guerra contra os mercenários, onde quer que ela se apresente, seja nas zonas fronteiriças, seja contra os focos existentes no interior montanhoso do país. Mas a nossa capacidade de reserva também está destinada a fortalecer a defesa da capital, do Pacífico, das ci-

terceiro mundo — 27

AMÉRICA CENTRAL

dades do interior, perante a eventualidade de uma intervenção militar direta norte-americana. Também temos que nos preparar para isso, agora, de forma acelerada.

Que significado teria para a aviação civil de toda a região centro-americana a entrega de mísseis terra-ar aos "contras"?

— Desde a derrubada de um helicóptero de transporte militar por um desses mísseis temos advertido que a entrega deste tipo de armamento a forças mercenárias implica riscos para a segurança de toda a América Central. São armas sofisticadas que o governo Reagan, de forma irresponsável, põe nas mãos de assassinos, traficantes de drogas, contrabandistas

e criminosos comuns, e nada garante que eles não usarão essas armas para fins criminosos.

A administração Reagan teve uma atitude totalmente irresponsável que pode ter graves consequências para toda a região centro-americana.

Em resposta, a Nicarágua estaria disposta a armar-se mais?

— Nós não podemos, sob circunstância alguma e no atual estado da escalada da guerra, renunciar à defesa. A nossa aspiração é que todo o nicaraguense apto tenha meios para defender a sua casa, o seu bairro, a sua comunidade frente à agressão mercenária e perante a eventualidade de uma agressão direta dos Estados Unidos. De forma que vamos con-

Celebrações tensas do 7.º aniversário da vitória sandinista

No dia 19 de julho passado, foi comemorado o 7.º aniversário da revolução sandinista, com mobilizações populares em todo o país, além de um ato central na cidade de Estelí, a 149km ao norte de Manágua, na zona onde a contra-revolução, com base em Honduras, vem atacando insistentemente nos últimos tempos.

Estelí foi escolhida para ser o cenário das principais comemorações por causa do seu papel na luta contra a ditadura somozista, por ter sido protagonista de três das principais insurreições anteriores à vitória da revolução. Foi em Estelí também que atuou o exército comandado pelo general Augusto César Sandino, que expulsou os *marines* norte-americanos entre 1927 e 1933.

Enquanto a população local assistia ao ato — que contou com a presença do presidente Daniel Ortega e do comando nacional da Frente Sandinista —, os outros habitantes do norte do país estavam vigilantes, mobilizados em posições estratégicas, para garantir a defesa da região e evitar provocações ou atentados por parte dos "contras".

O espaço aéreo foi fechado e havia ordens de derrubar qualquer avião que, sem autorização

prévia, sobrevoasse território nicaraguense. Entre o trabalho desenvolvido pela população para preparar os festejos, estava o de limpeza das comunidades. O fortalecimento do exército, com a incorporação de um importante número de homens da reserva, foi outra medida adotada nesses dias, para assegurar as necessidades de defesa.

Segundo o delegado do governo, Carlos Manuel Morales, a região de Estelí contribuiu para a economia nacional com 10 mil toneladas de café, este ano, e mantém 50% da produção que tinha em 1978. Nos povoados fronteiriços, como Jalapa, as ações sistemáticas dos "contras" obrigaram nos últimos anos muitos habitantes a abandonar suas colheitas. No entanto, a partir de 1985, os camponeses começaram a voltar, com a disposição de defender suas terras. A partir daí, a produção voltou a crescer: em relação ao tabaco — um produto determinado mais pela qualidade do que pela quantidade —, fontes oficiais informam que no período de 84 e 85, apenas 16% da produção eram exportáveis. Atualmente, passou-se a exportar 46%.

No que se refere ao milho, em 1980 a região produzia 30 mil toneladas, mas como consequência da agressão externa, essa quantidade reduziu-se a 120 toneladas. As principais áreas produtoras do cereal são, justamente, as mais visadas pelos grupos contra-revolucionários.



tinuar usando o nosso direito de nos armarmos, de nos defendermos enquanto a agressão de que somos vítimas não acabar e não se consiga um clima global de paz através de uma negociação abrangente, como a do Grupo de Contadora, o qual o mesmo governo dos Estados Unidos tem se dedicado a boicotar.

A propósito, como fica Contadora depois que o Departamento de Estado se negou a receber os ministros das Relações Exteriores da organização, quem iam lhe apresentar a Ata e, principalmente, depois da votação da Câmara de Representantes?

— A atitude do governo dos Estados Unidos é um boicote permanente à ação negociadora do Grupo de Contadora. Da nossa parte, vamos lutar com todas as

nossas forças para evitar os ditames dos Estados Unidos e para que o Grupo de Contadora continue a trabalhar neste processo de negociação.

Juntamente com o pacote dos 110 milhões para a contra-revolução, foi também aprovada uma soma de 300 milhões de dólares para os governos centro-americanos. Como a Nicarágua interpreta este gesto?

— Trata-se de uma chantagem para comprar dos governos centro-americanos uma posição contrária à Nicarágua. Pretende-se provocar um isolamento da Nicarágua na América Central. Acreditamos, no entanto, que há um espaço para que os governos centro-americanos beneficiados com este dinheiro

Quanto ao feijão, a produção deste ano chegará às 40 mil toneladas, quase o dobro do que em 1985 (22 mil). Em relação ao café, a produção prevista é de 14 mil toneladas.

A mobilização em torno dos festejos do sétimo aniversário não foi um fato isolado. Desde que se começou a analisar no Congresso norte-americano o problema da possível ajuda aos "contras", na Nicarágua o povo passou a se organizar para resistir à escalada bélica que se preparava. O repúdio da população à intransigência da administração republicana traduziu-se num aumento da vigilância, do trabalho e das manifestações de solidariedade para com o processo revolucionário sandinista. Merece particular menção a importante participação de religiosos em todas essas atividades.

Pouco depois da aprovação da ajuda norte-americana, um grupo contra-revolucionário destruiu um veículo civil onde viajavam mais de 30 pessoas, a maioria mulheres e crianças; outros civis foram mortos (totalmente despedaçados) por uma mina colocada pela FDN, que opera no norte do país a partir de suas bases em Honduras.

Os partidos políticos condenaram no Parlamento as ações dos "contras" ao mesmo tempo em que as comunidades eclesiais de base tiveram uma ativa participação de denúncia e condenação dos elementos que, dentro do clero, apóiam a contra-revolução, fazendo críticas,



Há sete anos, o povo luta pela paz

inclusive, a posições da conferência episcopal da Nicarágua, que até esta data não se pronunciou diante da situação criada pelos grupos contra-revolucionários.

Religiosos de todo o país se mobilizaram para condenar as atitudes dos hierarcas, como Vega, pedindo, inclusive, sanções contra ele.

Em declarações à imprensa no dia do sétimo aniversário da revolução, o ministro do Interior, Tomás Borge, afirmou que o governo tinha tomado todas as medidas possíveis para evitar atos de sabotagem: "Os mais perigosos estão presos", disse Borge.

*De um relatório da agência ANN, exclusivo para o programa "Tome Ciência Internacional", da Rádio Roquete Pinto, Rio de Janeiro.

AMÉRICA CENTRAL

reflitam, recusem-no e assim ajudem a criar um clima propício à paz. A aceitação por parte destes governos do pacote de ajuda amarraria as suas posições às dos que estão dando o dinheiro, a eles e aos mercenários. Isto só faria aumentar a tensão na região centro-americana.

Frente à vontade manifestada pelos Estados Unidos de isolar a Nicarágua, que medidas ou iniciativas vai tomar o seu país?

— Vamos continuar trabalhando dentro dos objetivos do Grupo de Contadora e fortalecendo as nossas posições na Assembléia das Nações Unidas, no Conselho de Segurança, no Movimento dos Países Não-Alinhados. Vamos continuar usando todas as relações que temos conseguido fortalecer com diferentes comunidades do mundo, como a comunidade dos países socialistas, da Europa Ocidental, da América Latina. No âmbito centro-americano, vamos continuar o trabalho dentro do processo de negociação de Contadora e participaremos no projeto do Parlamento Centro-Americano.

O senhor é um dos responsáveis pelo planeamento econômico do país. Qual é a repercussão do prolongamento da guerra na economia nacional?

— Em consequência da agressão de que temos sido vítimas, a economia nacional tem sofrido um processo de tensões, de desajustamentos e de deteriorações que vão influir diretamente na capacidade de produção do país e no funcionamento normal dos seus serviços. E não só devido às destruições provocadas todos os dias pela contra-revolução em cooperativas e em outros centros de produção rural, mas pela influência que a guerra tem no funcionamento normal da economia.

Dentro deste quadro de guerra e com o apoio que a contra-revolução vai receber do governo dos Estados Unidos, não podemos aspirar a normalizar a situação econômica. O que pretendemos agora é poder administrar esta difícil situação, reunir as forças populares fundamentais num governo popular e usar os recursos morais e políticos em mãos do nosso povo e a nossa capacidade de organização para poder seguir em frente. Enquanto não conquistarmos uma situação de paz não conseguiremos uma normalização da economia. Teremos que administrar uma economia de guerra.

30 - terceiro mundo

No dia 4 de julho foi anunciada a expulsão do bispo Pablo Antonio Vega. A que se atribui essa decisão do governo?

— Nós tínhamos advertido, assim como fez o presidente Ortega depois da aprovação do apoio à contra-revolução pelo Congresso dos Estados Unidos, de que era necessário fortalecer a aplicação da Lei de Emergência, não deixar à contra-revolução a possibilidade de criar um espaço político e consequentemente militar e terrorista dentro do país. Contra esta vontade demonstrada pelo governo da Nicarágua de manter o espaço pluralista e de economia mista dentro das circunstâncias tensas criadas pela agressão, começaram a conspirar uma série de dirigentes da extrema-direita nicaraguense ligados aos interesses da administração Reagan, entre eles alguns bispos.

Avisamos. Não fomos ouvidos. O bispo Vega dedicou-se a promover uma campanha difamatória contra a revolução, contra o país, justificando o apoio do governo dos Estados Unidos às forças mercenárias, desconhecendo como legítima a resolução do Tribunal Internacional de Haia, justificando os crimes cometidos pela contra-revolução na Nicarágua através dos seus métodos terroristas. Esta situação tornou-se intolerável. E se temos responsabilidades é para com o povo da Nicarágua. A direção revolucionária tem que se basear na confiança do povo e essa confiança estava sendo violentada pelo bispo Vega. Por isso tomamos a decisão de expulsá-lo do país. Em Honduras poderá integrar-se e servir da forma que quiser às forças contra-revolucionárias que atacam o país a partir da fronteira daquele país.

Que consequências poderá ter internacionalmente essa medida?

— Sabemos que isso vai ser objeto de grandes polémicas, que os nossos inimigos vão apontar as suas armas para atacar em tom cada vez mais alto a revolução. Estamos preparados para isso. Sabemos que a revolução tem no mundo um espaço firme, que as medidas que estamos tomando são uma resposta às constantes ações de desestabilização realizadas pelos Estados Unidos contra a Nicarágua. E estamos confiantes de que estas medidas, com o passar do tempo, serão entendidas.

Arqueles Morales/Alasei

SE 2n - atzqA - 8881



Os cento e dez milhões e a frente interna

O recrudescimento das ações militares nas zonas fronteiriças e a crescente agressividade da hierarquia do clero caracterizam a ofensiva posterior à aprovação da ajuda aos "contras"

A milionária ajuda aprovada pela Câmara de Representantes dos Estados Unidos para os anti-sandinistas, o fechamento do jornal de oposição *La Prensa*, a proibição da volta ao país de monsenhor Bismarck Carballo e a expulsão do bispo Pablo Vega sintetizam o apogeu de uma das etapas mais dramáticas do confronto entre as forças direitistas e o governo da Nicarágua.

Como ponto culminante de uma campanha sem precedentes conduzida pela Casa Branca, a Câmara de Deputados do Congresso finalmente cedeu às pressões do presidente Reagan e aprovou, por 221 votos contra 209, 110 milhões de dólares em ajuda militar para os contra-revolucionários nicaraguenses, dividida da seguinte forma: 80 milhões para armamento e 30 milhões para questões logísticas.

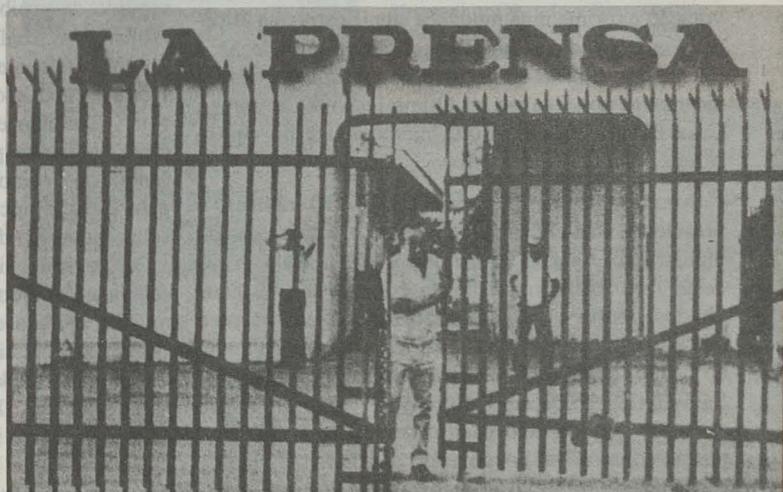
Após a aprovação pelo Senado do projeto de lei conhecido como Skelton-Edwards, os "contras" receberam imediatamente 30 milhões de dólares; 20 milhões em

setembro; mais 20 milhões em outubro; e 27 milhões em fevereiro de 1987. Cinco milhões serão destinados ao grupo conhecido como "bloco opositorista do sul", outros cinco para os grupos indígenas "Mirusasata" e "Kisan Guerreirista" e três milhões para uma suposta "investigação" das atrocidades cometidas pela contra-revolução.

Cronologia de uma escalada

Esta nova concessão de recursos supera toda a ajuda oficial anteriormente prestada, desde 1981 até o presente. Os Estados Unidos já concederam ajuda oficial à contra-revolução em quatro ocasiões: em novembro de 1981, o Conselho de Segurança aprovou a quantia de 19 milhões e 950 mil dólares para realizar "ações encobertas"; em dezembro de 1982 foram concedidos outros 30 milhões; em dezembro do ano seguinte 24 milhões foram destinados pelo Congresso a "apoiar direta ou indiretamente as ações militares dentro da Nicarágua" e finalmente, em junho de 1985, o Congresso concedeu 27 milhões em ajuda "humanitária".

A atual concessão de 110 milhões implica na suspensão da proibição que pesava sobre o Departamento de Estado e a Agência Central de Inteligência (CIA) de envolver-se em operações dos "contras". Uma vez terminada a votação, a reação de muitos parlamentares foi de consternação pelo resultado. Thomas O'Neill disse que Reagan estava arrastando



Jornal *La Prensa*, fechado por se transformar em porta-voz dos "contras"

AMÉRICA CENTRAL

os Estados Unidos a "algo parecido com o Vietnã", acrescentando: "Ele não ficará satisfeito enquanto não vir nossos soldados lá". Gerry Studs comparou o resultado com a resolução sobre o golfo de Tonkin, em 1965, que provocou a generalização da guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã. Studs disse que o resultado da votação aterrorizaria os norte-americanos nos próximos anos e acrescentou: "Pode haver sangue nas mãos desta Câmara".

Durante os debates foram rejeitadas duas emendas, uma delas apresentada pelo democrata Michael Barnes, exigindo que o destino dos recursos fornecidos aos "contras" fosse definido previamente, e outra apresentada pelo também democrata Lee Hamilton, inócua se fosse comparada com as anteriores, que pretendia que a ajuda fosse destinada aos "refugiados nicaraguenses".

Numa manobra para derrotar a oposição e dar a idéia de que os Estados Unidos estavam atendendo a necessidades regionais, a ajuda aos "contras" foi incluída no mesmo pacote que votou um aumento de 300 milhões de dólares de assistência econômica para a Costa Rica, El Salvador, Honduras e Guatemala, excluindo, naturalmente, a Nicarágua.

Observadores locais consideraram que a atual votação exprime uma mudança significativa na atitude dos legisladores norte-americanos em relação à Nicarágua. Muitos deles foram pressionados telefonicamente por Reagan no último instante, levando a Casa Branca a uma vitória momentânea não que se refere à sua política exterior.

Minutos depois de aprovados os 110 milhões, o presidente Daniel Ortega condenou a política da administração Reagan e afirmou que "o mais grave deste fato foi a imposição do governo dos Estados Unidos, contra a opinião do povo norte-americano e dos povos e governos da América Latina e do mundo". Ele destacou que esta decisão constitui um "gravíssimo golpe em Contadora", lembrando que cada vez que o grupo pacificador apresentou "propostas construtivas, o governo dos Estados Unidos respondeu com saídas destrutivas e ações desestabilizadoras do processo de negociação na América

Central". Daniel Ortega advertiu, no entanto, que nem com um bilhão de dólares as forças mercenárias poderiam provocar a derrota da revolução nicaraguense nem a rendição da Frente Sandinista.

Os debates permitem perceber que "tudo se encaminha para uma vietnamização do conflito e para a intervenção de tropas norte-americanas na Nicarágua", acrescentou Daniel Ortega. Ele afirmou também que a decisão do Congresso deixava claro que o conflito não é um problema interno, mas sim "um confronto direto do governo dos Estados Unidos com a Nicarágua". O presidente nicaraguense preveniu também que seriam tomadas medidas concretas em menos de 24 horas: "Quem supuser que este confronto é um conflito interno estará sendo cúmplice da política terrorista dos Estados Unidos".



Monsenhor Bismarck Carballo

A votação no Congresso norte-americano acabou às 11 horas da noite de 25 de junho (hora de Manágua). Ortega fez essas declarações às 11:25 e na manhã do dia seguinte o jornal *La Prensa* foi fechado por tempo indeterminado pelo governo sandinista, por

ter-se transformado em "porta-voz dos contra-revolucionários", como dizia o comunicado oficial.

O fechamento do jornal pró-norte-americano foi seguido da proibição de volta ao país de monsenhor Bismarck Carballo – porta-voz oficial do arcebispo de Manágua e braço direito do cardeal Obando y Bravo – acusado de "difamar o governo no exterior". Carballo estava nos Estados Unidos fazendo uma campanha propagandística contra a revolução sandinista, como parte das atividades promovidas pela Casa Branca para obter um parecer favorável sobre a questão dos 110 milhões.

O governo nicaraguense anunciou que o Estado estava assumindo uma série de medidas para a defesa militar, política e econômica da nação. Um de seus comunicados assinalava que estava encerrada a "excessiva flexibilidade" que tinha caracterizado o período anterior. Imediatamente após essas declarações, a imprensa internacional começou a fazer especulações, o que levou o governo a explicar que as decisões adotadas não significam uma "radicalização do processo sandinista nem uma mudança nos



rumos estratégicos da revolução, mas sim um fortalecimento da defesa do país”.

A direita, sem perda de tempo, lançou uma ofensiva provocadora que, de acordo com outro comunicado oficial, confirmava a denúncia do governo sandinista sobre a formação de uma “frente interna” da contra-revolução.

Bispo apóia invasão norte-americana

As declarações do bispo Pablo Vega contra a revolução, pronunciadas a 2 de julho, demonstraram que ele se tornara a parte visível da citada frente interna. Com suas permanentes campanhas na Europa, nos Estados Unidos e no interior da Nicarágua, Vega passou a ser o pilar ideológico dos grupos contra-revolucionários, uma semana depois de aprovada a ajuda aos “contras”.

Numa conferência de imprensa que ofereceu aos correspondentes estrangeiros em Manágua, o bispo considerou “legítima e válida” a ajuda e justificou uma eventual invasão de tropas norte-americanas ao país. Não ficou nisso, porém. Censurou também a Corte Internacional de Justiça de Haia, classificando de “parcial” o veredito que declarou ilegal a política belicista da administração Reagan contra a Nicarágua e determinou a obrigação de indenizar o país centro-americano pelos danos causados.

Poucas horas depois da entrevista, uma mina antitanque de fabricação norte-americana acionada pelos contra-revolucionários numa estrada do norte da Nicarágua provocou a morte de 12 crianças, 12 mães e oito homens, todos camponeses que viajavam num caminhão civil. Ao mesmo tempo, na zona sul da costa atlântica, outro grupo atacou o navio “Rfo Escondido”, que faz a rota fluvial entre a cidade de El Rama e o porto de Bluefields. Morreram dois civis e houve 12 feridos.

1986 - Agosto - nº 92

Durante os dias seguintes, a Nicarágua viveu, literalmente, um estado de guerra. Os dois jornais locais, *Barricada*, órgão oficial da Frente Sandinista, e *El Nuevo Diario*, dedicaram seus editoriais e manchetes às ações criminosas que custaram a vida de 34 civis. Quanto à morte das crianças vitimadas pela mina, o editorial de *Barricada* perguntava: “Isto pode ser chamado de ‘direito de insurreição’, como reivindicou Vega para os mercenários em sua insolente provocação de quarta-feira passada?” Mais adiante, o editorial assinalava: “Há um autor intelectual, um autor material e os Vega, que não desembolsam dólares nem apertam gatilhos, mas com sua falsa identidade, agindo em nome de um povo católico que não lhes pertence e do qual usurparam a legitimidade, fazem mais mal do que o mercenário que detonou a mina”. E termina: “Instrumento político dessa agressão diária, Vega colocou-se ao lado daqueles que todos os dias assassinam nicaraguenses cujo

único delito é querer viver em paz e com justiça social”.

Muitos órgãos de comunicação centro-americanos responderam em uníssono. *La Prensa*, do Panamá, disse que as medidas do governo sandinista confirmavam “as piores suspeitas sobre a natureza totalitária e repressiva do re-

Monsenhor Obando y Bravo critica duramente as medidas de Manágua, mas não condena o massacre de civis pelos “contras”



AMÉRICA CENTRAL

gime nicaraguense". O jornal homônimo de Honduras clamou: "O governo leninista da Nicarágua aumentou o já asfíxiante nível de repressão interna".

O papa, que estava na Colômbia, bispos da França, Canadá e Estados Unidos uniram-se ao repúdio com declarações públicas que os meios de comunicação repetiam diariamente. O cardeal Miguel Obando encerrou a missa com uma homilia na qual, com sua característica linguagem esotérica, parafraseava frases da Bíblia para criticar com dureza as medidas de Manágua. Nenhuma palavra foi dita sobre o massacre de civis ocorrido dois dias antes.

A oposição militante do clero

Em abril de 1984 os bispos nicaraguenses publicaram uma pastoral sobre a "reconciliação", propondo um diálogo com os "nicaraguenses que se levantaram em armas contra o governo".

Em julho do mesmo ano, em resposta a uma manifestação convocada por monsenhor Obando em solidariedade ao sacerdote Amado Pena, o governo cancelou o visto de permanência no país de dez sacerdotes estrangeiros que trabalhavam na arquidiocese de Manágua. Amado Pena tinha sido denunciado aos tribunais populares anti-somozistas por associação ilícita e por ligações com o grupo contra-revolucionário FDN.

À medida que se aproximavam as eleições de novembro de 1984 e com o início da campanha eleitoral, começou-se a falar cada vez mais de uma carta que os hierarcas eclesiásticos estavam preparando. Entre outros pontos, ela refletiria todo o ceticismo que até então tinha sido manifestado nas declarações públicas de Obando e Vega, que sempre questionaram a legitimidade das eleições alegando "falta de condições".

34 - terceiro mundo



Bispo Vega: a agressão dos EUA é "legítima e válida"

A carta nunca foi divulgada mas em inúmeras declarações públicas sobre as eleições tanto monsenhor Obando como monsenhor Vega mostravam suas afinidades com as posições da Coordenadoria Democrática Nicaraguense (CDN), justificando sua decisão de se abster de participar do pleito justamente pela mesma "falta de condições".

A partir de então, o núcleo eclesiástico composto de Obando, Vega e Carballo voltou a desempenhar um papel de

primeira linha na oposição militante e organizada contra a revolução sandinista, como já ocorrera em 1981, 1982 e 1983.

Vega, bispo de Chontales e vice-presidente da Conferência Episcopal da Nicarágua, multiplicou suas atividades nos dois últimos anos, sintetizando em sua pessoa a posição política da alta hierarquia religiosa do país.

Em setembro de 1985, Vega viajou à Alemanha Federal, onde opinou sobre a ajuda oficial e privada recebida pelos "contras": "Um povo que não tem garantidos os seus direitos civis e sociais - disse ele - tem o direito de buscar ajuda onde puder". Seu depoimento foi determinante para o êxito da campanha feita na República Federal da Alemanha a favor da suspensão definitiva da ajuda à Nicarágua.

A 6 de março de 1986 realizou-se na Fundação Heritage, em Washington, um seminário quase secreto como parte da campanha do presidente Reagan para obter a aprovação do Congresso para a ajuda aos mercenários. Vega compareceu junto aos chefes contra-revolucionários Adolfo Calero, Enrique Bermúdez e Arturo Cruz, declarando que "antes, o problema fundamental da Nicarágua era o subdesenvolvimento, enquanto que agora é encontrar a forma de escapar ao bloco soviético".

Naquela ocasião, Vega denunciou a "perseguição" dos sandinistas contra a igreja, acusando-os de

SE 80 - 0100A - 3881

“matar três sacerdotes, prender outros e impedir os demais de falar pelos meios de comunicação”, afirmações falsas em todos os sentidos.

Ao lado de vários políticos da direita nicaraguense que apóiam a contra-revolução, a 5 de junho passado Vega participou de uma conferência em Washington patrocinada pelo Prodemca, organização privada ligada à CIA, que tem fornecido abundante ajuda financeira à contra-revolução, ao jornal *La Prensa* e aos partidos reacionários. Nessa conferência, Vega declarou: “Na Nicarágua existe um regime totalitário, marxista-leninista (...) A luta armada é um direito humano. Que solução resta para um povo que está reprimido não só política mas também militarmente?”

O discurso de Vega foi resgatado pelo próprio presidente Reagan em 24 de junho, numa dramática fala televisionada na véspera da votação da ajuda mercenária pelo Congresso. Reagan citou Vega: “Ele disse que os camponeses humildes reconhecem os seus direitos de agir e defender-se. Pablo Vega disse que na Nicarágua (os ‘contras’) defendem o direito do homem à existência”.

A conferência de imprensa concedida por Vega aos correspondentes estrangeiros foi a gota d’água que fez transbordar o copo. Ignorando as reais necessidades de segurança e defesa da revolução nesta etapa crítica da agressividade norte-americana, ele reivindicou com urgência um diálogo de “reconciliação nacional” com as forças mercenárias e afirmou que a hierarquia eclesiástica, com sua atitude de oposição política, “só está defendendo os direitos humanos na Nicarágua”.

Recrudescem as ações militares

A expulsão de Vega pode ser considerada como o fim de um capítulo, mas não da história. Outros fatos indicam o capítulo seguinte, entre os quais a recusa de Honduras, El Salvador e Costa Rica de assinar a última versão da Ata de Paz proposta pelo Grupo de Contadora, que em princípio tinha sido aceita. Esta decisão, tomada depois da aprovação dos 110 milhões, volta a tensionar as relações entre os países da área.

Ao mesmo tempo, recrudescem as ações militares no norte da Nicarágua, no território que faz fronteira com Honduras, onde estão localizadas as bases



As ações terroristas ganharam um novo estímulo

dos “contras”. Na região da Mosquitia nicaraguense, na costa atlântica, estão ocorrendo novas ações terroristas depois de um ano de calma relativa.

Os 110 milhões significam a presença de inúmeros assessores militares diretamente no palco de guerra. A eventualidade de uma intervenção direta dos Estados Unidos obriga a Nicarágua a continuar fazendo uso do direito de armar-se para a defesa. O pacote financeiro e militar que os “contras” receberão inclui não só treinamento e armas leves, mas também armamento pesado e foguetes, radares, apoio logístico e equipamento de comunicações, além da entrega de informações pela CIA e pelo Pentágono.

Contadora parece incapaz de modificar este panorama. Há algum tempo, apareceu num jornal de Nova Iorque uma matéria humorística com a data de pouco depois do ano 2000, na qual se descrevia um reencontro de veteranos da “Guerra da Nicarágua”, desencadeada por um incidente no golfo de Fonseca. Os ex-combatentes analisavam as causas da derrota norte-americana e, no final da reunião, o atual secretário de Estado George Shultz, que no ano 2000 trabalharia como professor numa universidade (como Kissinger e Kirkpatrick), dá sua opinião. Ele explica aos presentes que a invasão foi um acerto, apesar de ter sido derrotada depois de longa luta, porque senão não teria sido possível evitar a chegada do comunismo... ao Haiti.

Foi, sem dúvida, uma demonstração de criatividade do jornalista, embora a possibilidade da invasão torne terrível qualquer brincadeira sobre o tema. ●

H. G. Verzi

AMÉRICA CENTRAL

Quem são os "contras"?

O presidente Reagan comparou-os, em 1982, com os pioneiros da independência dos Estados Unidos e batizou-os com o nome de "paladinos da liberdade". Na Nicarágua, porém, são chamados simplesmente de "bestas" ou de "cães"

Reunidos na Força Democrática Nicaraguense (FDN), os "contras" têm sua base no sul de Honduras e no norte da Costa Rica. A maioria deles pertenceu à Guarda Nacional somozista.

A formação da Força Democrática Nicaraguense (FDN) está estreitamente ligada à história da Guarda Nacional, criada em dezembro de 1927 por iniciativa dos Estados Unidos, durante a ditadura de Anastasio Somoza García. Tacho Somoza, fundador da chama-

da "estirpe sangrenta", criou depois a Academia Militar, dirigida por oficiais norte-americanos, a Escola de Pilotos Militares e o Clube de Suboficiais. Seu filho, Anastasio Somoza Debayle - Tachito - inaugurou a Escola de Treinamento Básico da Infantaria (Eebi), em princípio de 1970, dirigida pelo filho deste último, Anastasio Somoza Portocarrero - Tacho 3º ou El Chigüín (filhote) - que possuía a patente de major da Guarda Nacional aos 22 anos de idade.

Quando a Frente Sandinista tomou o poder, a 19 de julho de 1979, cerca de dez mil guardas nacionais fugiram para Honduras e se instalaram nas províncias sulistas de Choluteca, El Paraíso e Danlí, onde formaram grupos para fustigar o novo governo, dedicando-se também a roubar gado e mantimentos nas aldeias camponesas nicaraguenses. Os somozistas não tinham recursos para operar como um exército e por isso organizaram-se em diferentes grupos: a Frente Revolucionária Nicaraguense (Frenica), a Aliança Democrática Revolucionária Nicaraguense (Adren) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), antes chamado Legião 15 de Setembro.

Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos em janeiro de 1981 e ordenou uma revisão da



Os chefes civis dos "contras", Arturo Cruz, Alfonso Robelo e Adolfo Calero, fazendo campanha nos Estados Unidos



política da Casa Branca em relação aos "contras". Pouco depois, por recomendação da Agência Central de Inteligência (CIA), os diferentes grupos se uniram numa única organização: a Força Democrática Nicaraguense (FDN).

Em novembro do mesmo ano, o governo norte-americano aprovou uma ajuda secreta de 19,5 milhões de dólares e criou campos de treinamento na Flórida e na Califórnia, além de aperfeiçoar os já existentes em Honduras. Atualmente, a FDN conta com estruturas militares (grupos táticos, forças-tarefa, destacamentos e esquadras) e instalações de apoio (escolas, armazéns e pistas aéreas).

De acordo com o *US News & World Report*, semanário que normalmente publica informações vazadas do Pentágono, entre 1981 e 1985 a administração Reagan forneceu aos "contras" mais de 130 milhões de dólares. Além disso, a FDN recebe recursos de entidades "privadas", como a Causa Internacional (ver matéria sobre a Ordem de Malta, **cadernos do terceiro mundo** nº 88), ligada à seita Moon, a revista *Soldier of Fortune*, órgão dos mercenários de todas as nacionalidades, editada em Boulder, Colorado, pelo ex-tenente-coronel dos "Boinas Verdes" Robert K. Brown e a Liga Anticomunista Mundial (LAM). Esta última organização, com 19 anos de experiência, foi fundada em 1967 em Taiwan por iniciativa da China Nacionalista e da Coreia do Sul. Ela reúne grupos conservadores e fascistas de 100 países e é presidida pelo major-general reformado John Singlaub. A LAM já entregou aos "contras" entre 20 e 30 milhões de dólares.

A principal entidade de ajuda à contra-revolução, no entanto, é a *National Humanitarian Office*, dependente do Departamento de Estado e dirigida por Robert Werner Duemling. Sua sede semi-



Os ex-guardas de Somoza, travestidos agora de "guerrilheiros"

clandestina está situada em um edifício de doze andares com vista panorâmica para o rio Potomac, a poucos minutos do centro do Distrito Federal de Columbia.

Uma imagem "civil". . . mas nem tanto

Em dezembro de 1981, a CIA prescreveu uma reestruturação da FDN para dar a esta uma imagem "civil". Assim, foi criado um diretório político composto por Adolfo Calero, comandante-em-chefe e chefe supremo da organização, e pelo ex-coronel da Guarda Nacional Enrique Bermúdez, chefe do comando estratégico e do estado-maior. As funções de "chefe", no entanto, repetiam-se várias vezes.

O restante do diretório estava integrado por Indalecio Rodríguez, chefe do centro de serviços civis; Marco Zeledón, chefe de comunicações; Alfonso Callejas e Aristides Sánchez, encarregados de relações internacionais, e Lucía Cardenal, chefe dos porta-vozes. Seu marido, Jorge Salazar, foi homem de negócios e presidente do Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep), e morreu num confronto com soldados sandinistas quando transportava armas.



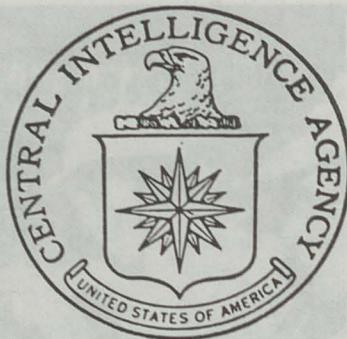
"Tacho" Somoza, o pai do "clã"

AMÉRICA CENTRAL

A FDN está organizada em nove comandos regionais que, de acordo com seus porta-vozes, reúnem entre 18 e 20 mil homens. O principal desses comandos, dirigido pelo ex-guarda nacional Juan Ramón Rivas, apelidado *El Quiché*, foi fundado em 1984 e compõe-se de 2.500 homens, tendo a seu cargo a força-tarefa independente "Kirkpatrick". Esse comando leva o nome de Jorge Salazar.

Adolfo Calero era gerente da Coca-cola quando a Frente Sandinista saiu vitoriosa, em 19 de julho de 1979. De acordo com investigações efetuadas pelo ministério do Interior nicaraguense, foi recrutado pela divisão da CIA em Manágua em 1961, quando era diretor da Câmara da Indústria e membro da Fundação Nicaraguense para o Desenvolvimento.

Durante 1979 e 1980, Calero foi secretário do



1956, fez cursos de infantaria na Escola das Américas, na zona do Canal do Panamá, e em 1965 participou da invasão da República Dominicana. Em 1971 e 1972 planejou as operações denominadas "Águia Negra 1" e "Águia Negra 2", organizadas pelo Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca) e mais tarde, de junho de 1976 a julho de 1979, foi adido militar em Washington.

A 12 de junho de 1985 – no mesmo dia em que o Congresso norte-americano aprovou a "ajuda humanitária" de 27 milhões de dólares para os "contras" – foi fundada em El Salvador a União Nicaraguense Opositorista (UNO), dirigida por Adolfo Calero, Alfonso Robelo e Arturo Cruz, conhecidos como "Tríplice A".

Nos últimos cinco anos, a população civil constituiu-se no principal alvo dos "contras". Da mesma forma, a maioria das ações armadas, atentados e sabotagens foram realizadas contra objetivos civis: estradas, pontes, centros de produção, pequenos povoados camponeses, cooperativas agrícolas, escolas e postos de assistência médica.

O *The New York Times*, em sua edição de 20 de janeiro passado, afirmou que "os relatórios fornecidos por grupos privados mostram, no ano passado, uma agenda de ataques selvagens contra civis realizados pelos 'contras' nicaraguenses: a resposta da administração Reagan foi difamar os autores dos relatórios".

Christopher Dickey, enviado do *The Washington Post* à América Central, permaneceu com os contrarrevolucionários desde janeiro de 1980 até setembro de 1983, escrevendo um livro de 327 páginas intitulado "Com os contras". Dickey afirma: "São homens dados à violência. Sua brutalidade é indiscriminada. Suas vítimas podem ser funcionários do governo (trabalhadores da saúde, especialistas em agricultura, professores e outros bem escolhidos alvos para a



Os "contras" exibem, com orgulho, armas norte-americanas

Partido Conservador, integrou a direção do Cosep e continuou trabalhando para a CIA, organizando células clandestinas para realizar ações terroristas. No final de 1982, foi descoberto pela Segurança do Estado e fugiu para Miami, onde proclamou sua adesão à FDN e assumiu a chefia dessa organização. O coronel Enrique Bermúdez, por sua vez, entrou para a Academia Militar em 1948, saindo de lá em 1952. Estudou engenharia militar no Brasil, em



Chamorro: "sofreram lavagem cerebral"

□ "A volta dos 'contras' significaria muitas mortes; há um exagerado fanatismo anti-comunista e eles sofreram lavagem cerebral", declarou em dezembro de 1985 o ex-sacerdote jesuíta Edgar Chamorro.

Durante exatamente dois anos – de novembro de 1982 a novembro de 1984 – Chamorro foi um dos líderes da FDN, seu porta-voz nos Estados Unidos, chefe de relações públicas em Honduras e agente pago pela CIA (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 83). Apesar disso, atualmente ele denuncia as atividades de seus antigos cúmplices e é dos principais críticos da política norte-americana para a Nicarágua.

"Seria como voltar ao passado. São múmias

que querem retornar como se nada tivesse acontecido. Não têm um programa político democrático, seria uma ditadura de direita. Eles só querem recuperar o que perderam em propriedades e privilégios", disse Chamorro.

Em novembro de 1982, o ex-jesuíta foi procurado nos Estados Unidos por um agente da CIA que lhe garantiu que "entrariam vitoriosos na Nicarágua em julho de 1983", oferecendo-lhe um salário de dois mil dólares.

Sobre Adolfo Calero, comandante-em-chefe da FDN, o dissidente dos "contras" afirma: "É um ditador. É um Somoza. Tem o mesmo estilo. Não é uma pessoa que vai respeitar a Constituição e as leis". E acrescenta: "É o novo procônsul ianque. Os ianques nos vêem como uma *banana republic*, na qual deve-se instalar um gerente da Coca-Cola. Querem uma sucursal que não cause problemas. Querem ter um *yes man*. E é isso que são FDN e Calero".

tortura, violação e assassinato), soldados rasos das forças armadas e camponeses nativos suspeitos de simpatizar com os sandinistas".

Uma onda de indignação percorreu a Nicarágua em 27 de julho do ano passado, em vista do assassinato pela FDN de nove mães procedentes da cidade de León, as quais viajavam pela estrada que leva à escola militar de Mulukuku, na departamento de Zelaya Norte, que fica a uns 300 quilômetros de Manágua. Elas iam visitar os filhos, que faziam o serviço militar.

De acordo com dados do Ministério da Defesa, a ação contra-revolucionária em terra, mar e ar durante o período 1981-85 deixou o saldo de 3.346 crianças e adolescentes sequestrados, feridos ou assassinados e cerca de 6.300 órfãos de guerra. No mesmo período, ocorreram quase mil assassinatos de civis, 232 sequestros de habitantes da zona rural, 345 emboscadas visando veículos particulares e do Estado e 640 sabotagens contra objetivos econômicos.

Entre janeiro e maio de 1985, os "contras" assassinaram, feriram ou sequestraram 27 membros das brigadas da saúde e 246 professores primários e alunos. Destruíram 20 postos médicos e 14 escolas e forçaram o fechamento de 359 locais de ensino pri-

1986 – Agosto – n.º 92



População civil: alvo principal dos "contras"

mário e 840 centros de educação para adultos.

Calcula-se que esta "guerra suja" não declarada custou à população nicaraguense, até o momento, sete vezes mais vítimas anuais do que o conflito do Vietnã (1960-1975).

Roberto Bardini

terceiro mundo – 39

Contadora: futuro incerto

A posição oscilante dos Estados Unidos e a resistência dos países centro-americanos alinhados com a política da administração Reagan em apoiar o acordo de paz provocam incertezas e obstruem o caminho do diálogo

As negociações de paz promovidas pelo Grupo de Contadora se parecem com uma longa corrida na qual o ponto de chegada vai se distanciando cada vez mais, à medida que os participantes se aproximam dele.

Com o objetivo de interromper esse círculo vicioso, os oito chanceleres dos Grupos de Contadora e de Apoio, depois de uma reunião realizada de 5 a 7 de abril no Panamá, resolveram dar um ultimato aos cinco países centro-americanos para que concluíssem em dois meses a etapa de negociações e assinassem, a 6 de junho, a Ata de Contadora para a Paz e Cooperação na América Central. Essa data limite marcaria o encerramento das gestões daqueles grupos.

As discussões entre os chanceleres de Contadora e seus colegas centro-americanos foram muito tensas. Não se chegou a um acordo quanto a três pontos da Ata: o controle e redução de armamentos, a suspensão das manobras militares internacionais e os mecanismos de verificação do tratado.

O principal fator de tensão para a conferência de cúpula foi a decisão da Nicarágua de não assinar um comunicado conjunto estabelecendo uma data definitiva para firmar a Ata de Paz. O governo de Manágua alegou que não poderia “desativar seu exército no momento em que está sendo agredido pela primeira potência econômica e militar do mundo”.

É significativo que tenham participado do encontro como observadores três legisladores democratas dos Estados Unidos e um representante da Comunidade Econômica Européia (CEE). Assim, o Grupo de Contadora dirigiu uma petição formal ao Con-

gresso norte-americano para que pelo menos fosse adiada a votação sobre os 110 milhões de dólares solicitados pelo presidente Reagan para os “contras”.

Entre 7 de abril e 25 de maio – data em que terminou a reunião de cúpula de presidentes centro-americanos – se evidenciaram duas posições em relação ao ultimato de Contadora: por um lado, a Guatemala, El Salvador, Honduras e Costa Rica manifestaram sua disposição de assinar o tratado em 6 de junho; por outro, a Nicarágua afirmou que só assinaria o documento se Washington parasse de agredir.

O presidente guatemalteco, Vinicio Cerezo, disse que se a Nicarágua não assinasse a Ata de Paz estaria liquidando com os esforços da América Latina. O presidente da Costa Rica, Oscar Arias, no discurso de sua posse, a 8 de maio, também garantiu que a única alternativa para a América Central era a assinatura da Ata de Contadora “ou uma guerra apocalíptica destruirá todos nós”. De forma parecida pronunciou-se o presidente hondurenho, José Azcona.

A disposição de assinar a Ata mudou depois da conferência presidencial de Esquipulas. A 27 de maio, o vice-presidente e chanceler salvadorenho, Rodolfo Castillo Claramount, informou que seu governo pediria a Contadora uma prorrogação do prazo estipulado. No dia seguinte, a Costa Rica declarou considerar “utópica” a assinatura da Ata a 6 de junho.

A mudança de posição do governo nicaraguense foi o elemento determinante para que os países centro-americanos aliados de Washington interpussem novos obstáculos à assinatura da Ata. Em Esquipulas, os sandinistas não só aceitaram o tratado como também apresentaram uma lista de armamentos e medidas de segurança que estariam dispostos a “reduzir, limitar, regulamentar e prescindir”.

Uma posição oscilante

A atitude de Washington, por outro lado, oscilou entre declarações de apoio ao Grupo de Contadora e a aberta contestação das suas gestões. Em princípio, o enviado especial de Reagan para a América Central, Philip Habib, afirmou suas gestões. Em princípio, o enviado especial de Reagan para a América Central, Philip Habib, afir-



mou que Washington suspenderia a ajuda aos "contras" se Manágua assinasse a Ata de Paz. Durante a posse do presidente Oscar Arias Sánchez, em San José da Costa Rica, o vice-presidente George Bush garantiu que os Estados Unidos acatariam o acordo de Contadora se ele fosse "global e verificável".

Apesar disso, uma semana depois, a 14 de maio, o porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, disse que Washington não retiraria o apoio aos "contras" mesmo que a Nicarágua assinasse a Ata de Paz. No dia seguinte, o próprio presidente Reagan se encarregou de reafirmar isso. No entanto, analistas de Washington indicavam que dentro do governo estava ocorrendo uma séria disputa quanto à posição oficial que se deveria assumir em relação a Contadora.

As divergências vieram a público quando o *The New York Times* publicou, em sua edição de 20 de maio, um documento do Pentágono no qual se afirmava que a Ata de Paz levaria os Estados Unidos a uma caríssima política de contenção da Nicarágua e ao risco de uma guerra generalizada na região (ver artigo "O Pentágono boicota Contadora", nesta edição). O Departamento de Estado imediatamente desautorizou o documento. O conflito foi superado, aparentemente, quando a Casa Branca ratificou a posição oficial: só se apoiaria um tratado de paz sob a condição de que a Nicarágua se democratize, deixe de apoiar a subversão, corte seus vínculos militares com os países socialistas e reduza seu aparelho militar.

Nestas condições, aproximava-se o dia 6 de junho. Quatro dias antes, porém, o presidente da Guatemala, Vinicio Cerezo, informou que as cinco nações centro-americanas não firmariam a Ata de Paz no dia programado e explicou que essa decisão tinha sido tomada durante a conferência presidencial de Esquipulas. Assim, chegou-se a 6 de junho e não houve tratado.

O que houve foi uma nova reunião, na qual os chanceleres dos Grupos de Contadora e de Apoio discutiram com seus colegas centro-americanos os aspectos pendentes do tratado. Ao final da reunião foram divulgados dois documentos: a versão definitiva da Ata de Paz e a Declaração do Panamá. O chanceler panamenho, Jorge Abadía, declarou a respeito que "o tempo para negociar modificações da Ata acabou, pois só falta a vontade política dos países interessados para instrumentá-la e executá-la".

Reuters



Cerezo: posições contraditórias em relação à Ata de Paz

A Declaração do Panamá, por sua vez, estabelece três compromissos fundamentais: nenhuma nação centro-americana deve ceder seu território para forças irregulares, nem apoiá-las; nenhum país deve tornar-se membro de alianças militares ou políticas que ameacem a paz e a segurança da região e nenhuma potência deve apoiar militar ou logisticamente as forças irregulares ou os grupos subversivos, nem ameaçar usar a força como meio de depor qualquer governo da região.

As críticas de El Salvador e Costa Rica

As reações diante da versão definitiva da Ata de Paz e da Declaração do Panamá foram diferentes. Em Manágua, o jornal sandinista *Barricada* publicou que os documentos eram "uma bomba política para os Estados Unidos". Por outro lado, o chanceler guatemalteco Mario Quiñones declarou que a nova proposta de Contadora "em vez de aproximar as posições dos países centro-americanos, em alguns pontos afastou-as".

As críticas mais pesadas vieram de El Salvador e da Costa Rica, cujos governos anunciaram um novo plano elaborado em conjunto com Honduras e a Guatemala para resolver o conflito regional. O ministro de Relações Exteriores da Costa Rica, Rodrigo Madrigal, acusou Contadora de ter construído um círculo de tolerância em volta do governo sandinista. "Abandonamos o foro da complacência para ingressar no foro da exigência", explicou Madrigal.

AMÉRICA CENTRAL

Alguns analistas da região acham que a política da administração Reagan de apoio aos grupos sandinistas continua sendo o "elemento crucial" que dificulta o acordo de Contadora.

Não foi por acaso que no mesmo dia em que o secretário de Estado George Shultz afirmava que os

países centro-americanos provavelmente rejeitariam a versão definitiva da Ata de Paz, o governo de José Napoleón Duarte convocou uma reunião, sem a participação da Nicarágua, na qual proporia a formação de uma instância alternativa para Contadora.

H.C.M.

O Pentágono dá os últimos retoques na invasão

A invasão da Nicarágua já está calculada em seus mínimos detalhes: cem mil soldados norte-americanos; 8,7 bilhões de dólares para o primeiro ano; um aumento anual de pelo menos 9,1 bilhões de dólares para cada ano subsequente; provisões logísticas incluindo vários contratorpedeiros e lanchas ultra-rápidas, com aviões de apoio; diversas frotas de transporte de tropas; esquadrilhas de bombardeiros; plataformas de lançamentos de longo alcance e um sistema de interceptação em terra incluindo radar, equipamentos de comunicação etc.

Tudo está previsto pelo Departamento da Defesa dos Estados Unidos à espera do iminente fracasso da missão pacificadora do Grupo de Contadora, que lembra "o fracasso de tratados e acordos anteriormente estabelecidos com os comunistas".

Enquanto o Grupo de Contadora se esmerava na preparação da "última" versão da Ata de Paz e Cooperação na América Central, depois de intensas e exaustivas negociações que se prolongam por mais de três anos, o Pentágono deixava vaziar para a opinião pública um documento no qual antecipava que "os nicaraguenses burlariam e violariam o acordo" depois que este fosse assinado por todos os interessados centro-americanos.

Com base em tal premissa, o Pentágono adverte que "os Estados Unidos e algumas nações centro-americanas, ou todas elas, chegariam à conclusão de que já não estavam comprometidas pelo acordo violado pela Nicarágua e tomariam represálias". A invasão seria uma delas.

42 - terceiro mundo

O documento de 12 páginas, intitulado "Perspectivas para conter o governo comunista da Nicarágua", parte do pressuposto que "os Estados Unidos e outras nações centro-americanas acatarão totalmente as regras do acordo, durante dois ou três anos", para depois verem-se na contingência de "pôr em prática um programa para conter o avanço nicaraguense, que precisaria da decisão da Costa Rica e de Honduras de permitir o aquartelamento em massa de tropas norte-americanas em seus territórios e de aceitar uma reestruturação importante nas suas forças armadas".

O tratado de paz proposto pelo Grupo de Contadora - integrado pelo México, Panamá, Venezuela e Colômbia - e respaldado pelo Grupo de Apoio - formado pelo Uruguai, Argentina, Brasil e Peru - inclui a retirada dos assessores militares estrangeiros, a proibição da importação de armas, o fechamento das bases militares, restrições aos exercícios militares estrangeiros, a suspensão do contrabando de armas e o fim do apoio aos grupos subversivos que atentem contra governos legitimamente constituídos.

A virtual aceitação do acordo pacificador proposto por Contadora acaba sendo, portanto, o principal motivo de preocupação dos estrategistas militares norte-americanos.

Rejeição cláusula por cláusula

Sem meias-palavras e deixando de lado as sutilezas diplomáticas, o relatório preparado pelo Pentágono sob a direção do secretário da Defesa para assuntos políticos, Fred Ikle, vai descartando uma por uma as cláusulas mais importantes da Ata de Contadora.

O tratado de paz prevê a "eliminação das bases militares estrangeiras", o que é inaceitável para Washington, já que isso "poderia obrigar os Estados Unidos a abandonar muitas das operações de apoio no campo da espionagem na região, bem como o

apoio constituído por exercícios militares em Honduras”.

Sobre a retirada dos assessores estrangeiros, proposta pelo grupo pacificador, o Pentágono acha que “anularia todos os esforços praticados pelos Estados Unidos na América Central no que se refere a treinamento e assessoramento, exceto quanto aos especialistas dedicados à instalação e manutenção de equipamentos militares”. Por isso mesmo, trata-se de uma cláusula inaceitável para seus interesses.

A Ata exige “a suspensão do abastecimento de todo material bélico, exceto de peças de reposição, e a conservação do poderio militar nos termos atuais enquanto estejam sendo negociados os limites das forças militares”. A análise do Pentágono lamenta que essa exigência “deteria nossa ajuda militar a El Salvador, Honduras e Costa Rica e proibiria a ajuda militar à Guatemala”.

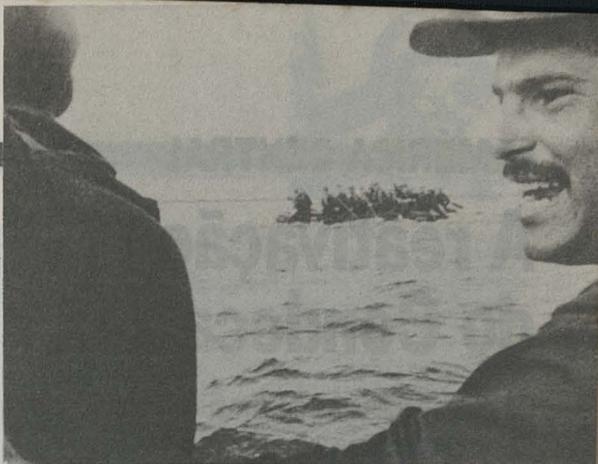
Contadora propõe também “abster-se de dar ajuda política, militar ou financeira a indivíduos, grupos, forças irregulares ou grupos armados que procurem a queda ou a desestabilização de outros governos”. Simplesmente impensável para a política de Reagan, que conseguiu do Congresso a aprovação de uma ajuda no valor de 110 milhões de dólares para a contra-revolução nicaraguense.

Outra cláusula descartada é a que propõe desarmar e afastar das zonas fronteiriças qualquer grupo de forças irregulares. O documento adverte que isso seria uma “perda” para a causa norte-americana, pois “seria necessário que Honduras e a Costa Rica dispersassem as Forças Democráticas de Resistência (*sic*)”, ou seja, os “contras” nicaraguenses.

Sobre as manobras multinacionais, a Ata sugere sua redução com o objetivo de eliminar completamente as manobras militares que impliquem em participação de outros Estados. O descontentamento do Pentágono é evidente, já que isso “teria um efeito imediato sobre as nossas atuais práticas militares em Honduras”, como afirma o documento.

Finalmente, sobre a recomendação de Contadora no sentido de “abster-se de implantar novos sistemas de armas que possam causar mudanças qualitativas ou quantitativas nos atuais estoques”, o Pentágono adverte que teria um “efeito negativo sobre a força aérea de Honduras - a mais poderosa da região - que necessita da reposição imediata de alguns aviões de combate muito antigos. Os aviões novos seriam ta-

1986 - Agosto - nº 92



A 101ª Airborne Division, peça-chave numa possível invasão da Nicarágua por tropas dos EUA

chados de progresso qualitativo”. Isto significaria um impedimento a qualquer melhora na estratégia contra-insurrecional na América Central.

Ao conhecer o relatório do Pentágono, a Nicarágua reagiu imediatamente, considerando-o “uma violação aberta dos princípios fundamentais do Direito Internacional” e uma evidência de que “o governo do presidente Ronald Reagan nunca esteve interessado na assinatura da Ata de Paz e Cooperação na América Central”.

Por intermédio do chanceler Miguel D’Escoto, o governo de Manágua denunciou que “as afirmações contidas no documento do Departamento da Defesa tornam claro que não há garantias de que o governo dos Estados Unidos interrompa sua agressão contra a Nicarágua, mesmo que se assine a Ata de Contadora”.

O desprezo pelas iniciativas de paz por parte dos estrategistas militares do Pentágono é evidente. “Durante a vigência do tratado de Contadora - afirma o documento - as restrições impostas por ele significariam uma notável redução da capacidade dos vizinhos da Nicarágua (verdadeiros aliados dos Estados Unidos). Aumentarão as pressões sobre esses países para que se reconciliem com a Nicarágua. Os Estados Unidos obedecem estritamente ao acordo (...) mas Manágua começa a violá-lo e Honduras e Costa Rica pedem a ajuda norte-americana para conter os esforços comunistas de subverter seus vizinhos”.

Resumindo, Contadora é inútil. O destino dos Estados Unidos é conter a agressão “comunista” da Nicarágua. O último degrau da escalada é a intervenção militar. Caro e arriscado, na opinião do Pentágono, mas os planos aí estão e os preparativos avançam a todo vapor.

Víctor Flores García
terceiro mundo - 43

AMÉRICA CENTRAL

A reativação do Condeca

Os chefes militares da América Latina pretendem ressuscitar a sua aliança regional, ao mesmo tempo que os seus governos perdem o interesse pelo futuro de Contadora

Durante a realização da reunião de cúpula de presidentes, na qual se decidia a criação de um parlamento centro-americano “para incentivar a cooperação entre os países da região” (ver cadernos nº 91), na mesma cidade guatemalteca de Esquipulas, a poucos metros do local onde estavam reunidos os presidentes, confabulavam os chefes militares dos exércitos dos mesmos países – com exceção do da Nicarágua – que pretendiam ressuscitar o Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca).

Qual seria seu objetivo? Criar “uma doutrina tática e estratégica para enfrentar a Nicarágua”. O general Adolfo Onecffero Blandón, chefe do estado-maior do exército salvadorenho e um dos defensores mais entusiastas da reativação da aliança militar, afirma: “Temos na região uma ameaça, que é a Nicarágua, e por isso pensamos que a experiência de El Salvador nestes cinco anos de conflito (guerra civil) deve ser útil aos demais exércitos de tendência democrática (*sic*), para enfrentar o governo sandinista”. O Condeca seria, de acordo com o militar salvadorenho, o instrumento idóneo para esse fim.

Fundado em 1964 sob a liderança do ex-ditador nicaraguense Anastacio Somoza, por sugestão dos Estados Unidos, o Condeca definiu como objetivo estratégico “fortalecer os exércitos da região contra qualquer eventual ameaça de países ou movimentos comunistas”.



Anastacio Somoza Debayle

O general Humberto Regalado Hernández, chefe do exército de Honduras e talvez o mais ativo partidário do restabelecimento do tratado militar, visitou os chefes das forças armadas da Guatemala, El Salvador e Panamá antes da conferência presidencial de Esquipulas e justificou a exclusão da Nicarágua citando “o conceito jurídico dos documentos do organismo militar regional, depositados na ONU e na OEA, que estão projetados para enfrentar a ideologia comunista”. A Nicarágua não pode participar “porque é comunista”, afirmou.

O Condeca sofreu no passado dois golpes fatais, que o deixaram fora de combate. Em 1969, depois de 100 horas de guerra entre Honduras e El Salvador (ambos signatários do tratado militar), provocada por um conflito limítrofe, entre outras razões, Honduras retirou-se do pacto provocando a sua primeira grande crise. Depois, em julho de 1979, após a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua e a conseqüente queda da ditadura de Anastacio Somoza, coluna vertebral do órgão militar, sobreveio a segunda e definitiva crise do Condeca, que desde então ficou desativado.

A Nicarágua, por sua vez, declarou estar “alarmada pelas tentativas de excluí-la do Condeca”. Manuel Cordero, funcionário da embaixada nicaraguense em Washington, disse que seu país mandou o chefe do estado-maior do exército, comandante Joaquín Cuadra, e o chefe de operações, Oswaldo Lacayo, à reunião de Esquipulas “para garantir que a Nicarágua não fosse excluída dos planos” e também porque “essa aliança só serviria para aumentar as tensões, se a Nicarágua for excluída”.

Os militares dos demais países centro-americanos, porém, entendem a questão de outra maneira. Blandón garante que “dadas as circunstâncias, seria romântico pensar que neste momento a Nicarágua poderia fazer parte do Condeca”. Para ele, “este é o momento mais oportuno para pôr em funcionamento o Condeca, pois temos na região uma ameaça, que é a Nicarágua”.

Apesar de negar sua participação na reativação



do Condeca, funcionários do Pentágono reconheceram que “estão acompanhando o desenrolar dos acontecimentos com muito interesse”. De acordo com a agência de notícias IPS, um funcionário do Departamento de Defesa norte-americano declarou que “se os países da região levarem a sério essa questão (...) nós estaremos, certamente, dispostos a ajudar”.

Seria curioso notar que a última tentativa de reativar o tratado militar tenha sido feita no final de 1983, depois da invasão norte-americana a Granada. Mais ainda: o principal tópico na agenda dos estrategistas centro e norte-americanos passou a versar sobre uma ação militar contra a Nicarágua.

Para Regie Norton, do Escritório de Washington sobre a América Latina (Wola) e para William Leogrande, da Universidade Americana de Washington, não há dúvida de que o Condeca “pode servir como o órgão que solicite uma intervenção militar dos Estados Unidos contra a Nicarágua”. Eles lembram que “em outubro de 1983, a Organização dos Estados do Caribe (Oeco) pediu a Washington a intervenção militar em Granada”. Para os especialistas, o Condeca poderia desempenhar um papel parecido ao da Oeco.

A posição da Guatemala, enquanto isso, continua ambígua. Depois que seu ministro da Defesa serviu como diligente anfitrião da controversa reunião militar, o presidente Marco Vinicio Cerezo garantiu que a Nicarágua “não se retirou do Condeca, mas retirou somente seus delegados” após a derrota da ditadura somozista.

A proposta sandinista

Dois dias antes da conferência de cúpula da Guatemala, a Nicarágua apresentou uma proposta de limitação de armamentos ofensivos e de proscrição de manobras militares internacionais. Desta forma, Manágua pôs sobre a mesa o tema crucial das negociações de paz do Grupo de Contadora, ou seja, a questão militar.

A Ata de Paz e Cooperação na América Central 1986 - Agosto - nº 92



A vitória sandinista na Nicarágua fez o Condeca entrar em crise

proposta por Contadora entrou num impasse precisamente por causa do conteúdo de seu terceiro capítulo, que diz respeito às questões do armamentismo, às manobras militares extra-regionais e aos mecanismos de verificação e controle da própria Ata.

A proposta do presidente Daniel Ortega diz que a Nicarágua estaria disposta a reduzir todo o tipo de aviões, helicópteros, aeroportos militares, tanques de guerra, morteiros pesados de mais de 120 milímetros, canhões antiaéreos autopropulsados, lança-projéteis múltiplos, barcos de guerra, artilharia a autopropulsão, lança-projéteis de superfície instalados em navios de guerra, manobras militares internacionais, bases militares estrangeiras e assessores estrangeiros. Tudo isso é considerado armamento ofensivo, pois em relação ao armamento defensivo Ortega declarou que “não é negociável”.

A resposta dos aliados de Washington na região não deixa dúvidas quanto a suas intenções belicistas: “A proposta da Nicarágua é confusa, incompleta, armamentista, ilógica e insuficiente”, vociferou o chanceler salvadorenho, Ricardo Acevedo Peralta, em declarações ao jornal mexicano *La Jornada*. Peralta classificou a proposta de “propagandística” e afirmou que seu país não aceitará essas condições.

Por sua vez, um alto funcionário da chancelaria hondurenha manifestou que “a proposta da Nicarágua, detalhando armamento ofensivo, não é séria

AMÉRICA CENTRAL



Depois da queda de Somoza, os EUA transferiram para Honduras a prioridade de assistência militar na região

porque Manágua não possui a maior parte desse armamento". Honduras, portanto, rejeitou a proposta. Não pôde responder, no entanto, à pergunta do vice-chanceler nicaraguense, Victor Hugo Tinoco: "Então, por que a administração Reagan afirma que temos todas essas armas?" Tinoco acrescentou que "a Nicarágua propõe limitar e reduzir o número de helicópteros, dos quais o próprio Departamento de Estado se queixou, e propõe reduzir seus tanques, dos quais os próprios países centro-americanos se queixaram".

A proposta alternativa da Guatemala e da Costa Rica

A Guatemala e a Costa Rica, por sua vez, optaram por apresentar uma proposta alternativa à da Nicarágua, que foi prontamente apoiada por Honduras e El Salvador.

O que existe realmente por trás de ambas as propostas?

A agência de notícias ANN divulgou uma matéria na qual dizia que "a proposta dos quatro países cen-

tro-americanos defende abertamente a realização de manobras militares internacionais na região, com o objetivo de lançar uma ofensiva contra o projeto estratégico da revolução sandinista, garantir a manutenção da capacidade militar instalada pelo governo dos Estados Unidos na área e criar um espaço político para as forças que se opõem ao governo sandinista, dentro e fora da Nicarágua".

O despacho acrescenta que "a acirrada defesa da continuidade das manobras militares internacionais feita por esses países se justifica pelo fato dessas manobras terem servido para depositar em território hondurenho milhares de toneladas de equipamento bélico, construir bases, pistas de pouso e estradas, além de estabelecer instalações complexas de radares e comunicações, constituindo assim um verdadeiro trampolim para qualquer operação militar de vulto".

Os observadores militares assinalam que desde 1983 até agora as manobras militares em Honduras serviram para "aclimatar" mais de 60 mil soldados norte-americanos e que um número equivalente deles receberá treinamento até 1989.

V. F. G.



A crise do Mercado Comum Centro-Americano

A guerra e as tensões entre os países da América Central dificultam a execução de medidas de integração econômica

A decisão da Costa Rica, anunciada a 17 de junho passado, de retirar-se da Câmara de Compensação Centro-Americana – organização por meio da qual são efetuados os pagamentos referentes ao comércio regional – pode constituir-se no golpe de misericórdia no já moribundo Mercado Comum Centro-Americano (MCCA).

Com esta medida, o governo costarrriquenho preparou o caminho para chegar a um objetivo estabelecido pela administração anterior do presidente Monge: conseguir a substituição do MCCA por um novo órgão de cooperação regional que conte com a participação de El Salvador, Honduras e Guatemala, excluindo significativamente a Nicarágua.

Ao concretizar-se este projeto, estaria consolidada a tendência predominante na evolução das relações regionais, que é o isolamento da Nicarágua por parte de El Salvador, Honduras e Costa Rica, países alinhados com a política da atual administração republicana dos Estados Unidos.

No plano político, esta estratégia isolacionista contra a Nicarágua vem se delineando há bastante tempo. Ela se manifesta com clareza na posição conjunta dos três países citados, à qual a Guatemala tende a aderir, e que consiste em combater os esforços do Grupo de Contadora para conseguir um

acordo de paz na América Central, iniciativa que parece contar apenas com o apoio da Nicarágua.

Na esfera militar, esses países vêm realizando consultas com o objetivo de reativar o Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca), marginalizando novamente a Nicarágua e aumentando as ameaças de confronto armado a que está exposta essa nação.

A crise em que aparentemente está entrando o processo de integração econômica centro-americana é indissociável da crise política e dos conflitos bélicos que dilaceraram a região nos seis últimos anos, criando divisões que bloqueiam todo esforço no sentido de estabelecer uma base sólida de cooperação entre os cinco países que a compõem.

A solução dos problemas político-militares, portanto – que só a aceitação de um acordo de paz por meio de Contadora tornará possível – se apresenta como condição prévia de qualquer tentativa de revitalização do processo de integração econômica, sem exclusão de nenhum país da área, como o que iniciou-se há 25 anos com a criação do Mercado Comum Centro-Americano.

As origens do MCCA remontam a 1949, quando a recém-criada Comissão Econômica para a América



O presidente Monge

Os conflitos bélicos desorganizam a economia da região



AMÉRICA CENTRAL



Raul Prebisch: em defesa da integração latino-americana

Latina (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU), começou a preocupar-se com a situação centro-americana e a analisar as possibilidades de desenvolvimento econômico integrado das nações da região. O então secretário-geral e fundador da Cepal, Raul Prebisch, afirmava que "as pequenas dimensões do mercado são um obstáculo para o desenvolvimento econômico e, nas repúblicas centro-americanas, constituem-se no maior empecilho a seu progresso".

Depois que a organização econômica regional da ONU para a América Latina recomendou aos governos centro-americanos incentivar a integração de suas economias e constituir um mercado ampliado, em 1950, foi assinado um convênio bilateral entre a Guatemala e El Salvador, cujos termos serviriam de base, mais tarde, para o estabelecimento do MCCA. Acordos parecidos, instituindo objetivos tais como a eliminação das barreiras alfandegárias para certos produtos, foram assinados posteriormente entre outros governos centro-americanos.

Como antecedente direto da criação do MCCA formalizou-se, em 1958, um convênio multilateral no qual se apontava a necessidade de dar um tratamento

especial ao capital estrangeiro, criar indústrias integradas e implantar uma política industrial coerente, bem como uma política agrária vinculada à indústria.

Em dezembro de 1960, em Manágua, a Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua (a Costa Rica só aderiu dois anos mais tarde) assinaram finalmente o tratado geral de integração econômica, por meio do qual ficou instituído o MCCA, cujo objetivo geral era a unificação das diversas economias e o esforço conjunto de desenvolvimento da região.

De acordo com os termos do tratado, a criação do mercado comum deveria acontecer dentro de um prazo de cinco anos, mediante a liberação do comércio de produtos considerados prioritários pelos governos da região. Ficou decidido o estabelecimento de uma tarifa alfandegária comum e uniforme e a eliminação das regulamentações de comércio, das concessões de direitos alfandegários à importação de produtos fabricados na região e dos subsídios à exportação de mercadorias, matérias-primas e insumos.

Um outro acordo previa a adoção da liberdade de trânsito e transporte e a contratação livre de empresas para operar em qualquer ponto dos respectivos territórios. Da mesma forma, foram outorgados incentivos fiscais ao desenvolvimento industrial e os bancos garantiram a conversibilidade monetária.

Auge e decadência

Os anos áureos do MCCA foram os do período 1961-69, no qual o intercâmbio regional aumentou de 36,2 para 286,3 milhões de dólares, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) tinha um crescimento de 5,6%, cifra que no setor industrial chegou a 11,8%. Quase todos os países elevaram substancialmente suas exportações regionais.

O período dinâmico da cooperação econômica centro-americana terminou de maneira abrupta em 1969 como resultado da guerra entre Honduras e El Salvador, pondo fim ao intercâmbio entre ambos ao serem instituídas barreiras alfandegárias para o comércio dos dois países. Foram fechadas as rodovias entre eles, o que afetou o transporte de mercadorias para a Nicarágua e Costa Rica, pelo sul, e para a Guatemala pelo norte. As vendas de El Salvador dentro do MCCA diminuíram naquele ano para 11,9% e despencaram para 4,5% dois anos mais tarde.



O processo de decadência e desativação do MCCA agravou-se drasticamente no princípio da atual década e culminou em 1982, quando os governos, frente ao aprofundamento da recessão econômica e à intensificação dos conflitos político-militares, resolveram ampliar as medidas protecionistas e começaram a descumprir muitos dos acordos de liberalização do comércio.

Entre outras medidas, foi regulamentada a concessão de divisas para importação, foi instituído um controle à transferência de capitais na região, foram aplicados impostos sobre as diferenças de câmbio para as exportações tradicionais do mercado comum, foram estabelecidas tarifas alfandegárias diferentes da tarifa comum vigente, se determinaram isenções tributárias unilaterais e se outorgaram subsídios para a importação de matérias-primas e insumos.

Nos últimos anos, os conflitos bélicos sofridos pela maioria dos países da área e a incidência da crise econômica internacional originaram uma forte retração das economias centro-americanas e praticamente anularam as perspectivas de desenvolvimento a curto prazo. O PIB do conjunto das cinco nações caiu, em 1984, em 12,5%. Os índices de desemprego se ele-



O PIB na América Central caiu em 12,5% durante 1984

varam, a indústria manufatureira retraiu a produção e sua capacidade instalada diminuiu, em alguns casos, em até 50%.

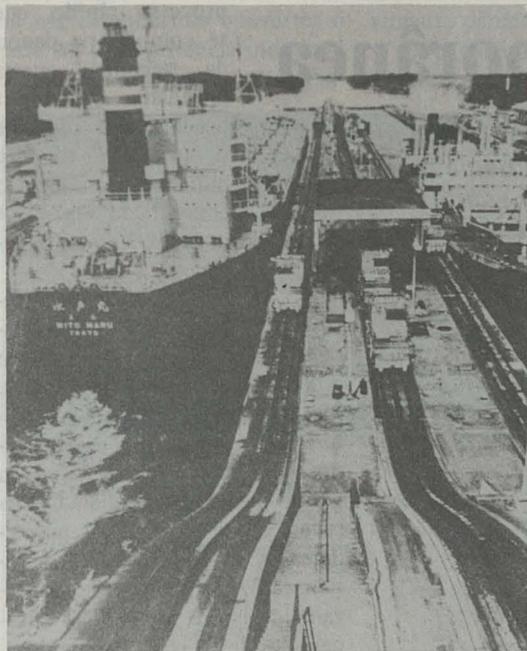
O comércio diminuiu de 1,2 bilhão de dólares em 1980 para 780 milhões em 1982, superando com dificuldade os 690 milhões em 1985. A dívida externa e privada da região aumentou, no final de 1984, para 14,41 bilhões de dólares, enquanto o investimento estrangeiro reduziu-se por causa da grande instabilidade política e social da região.

De acordo com especialistas da Secretaria de Integração Centro-Americana (Sieca), com sede na Guatemala, para restabelecer em 1990 o nível de renda per capita registrado em 1980, será necessário que as economias centro-americanas cresçam a um ritmo acumulado anual de 5,2%, em termos reais, durante o resto desta década. Esse objetivo será inatingível, porém, se persistirem os atuais fenômenos de recessão econômica, crise política e conflitos bélicos, como tudo leva a crer.

Todos estes problemas bloqueiam o caminho que leva à reativação do Mercado Comum Centro-Americano. Para conquistá-la, é imprescindível que os cinco países demonstrem sua boa-vontade política, chegando a um acordo sobre a Ata de Contadora de Paz e Cooperação na América Central. ●

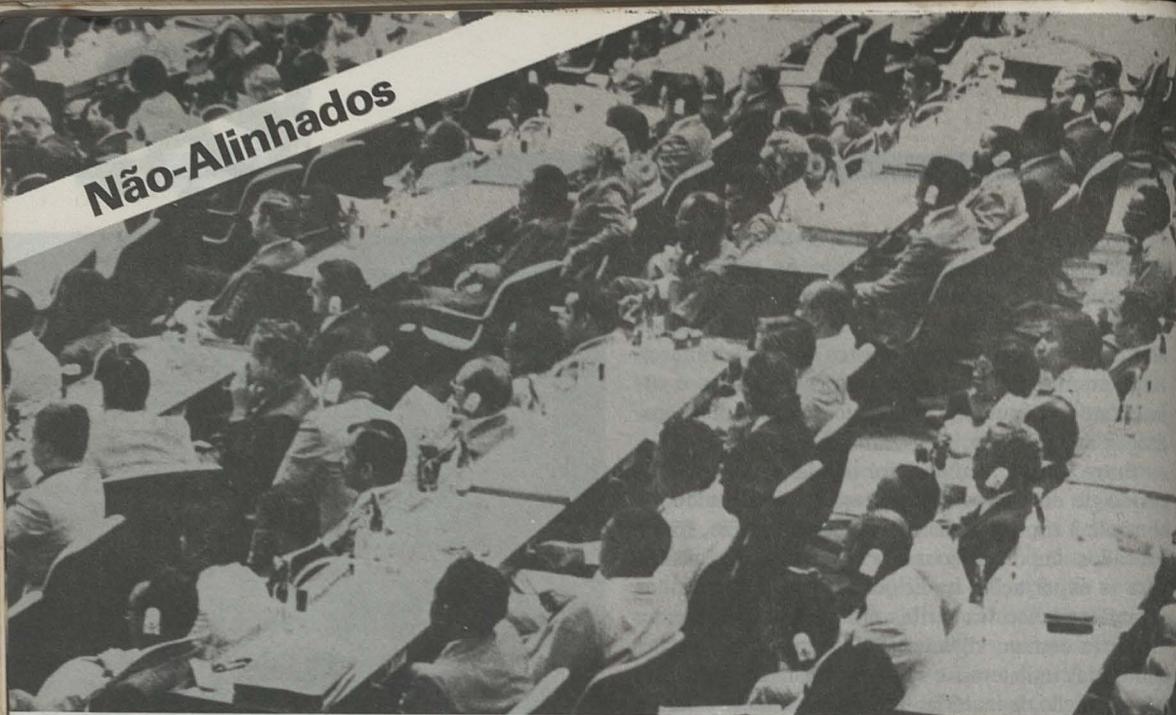
Theo Peters

terceiro mundo - 49



Impostos e tarifas reduziram o comércio regional

1986 - Agosto - nº 92



Não-Alinhados

A 6ª Conferência de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Não-Alinhados (Havana, 1979)

O Movimento dos Países Não-Alinhados, a mais poderosa coalizão de Estados do Terceiro Mundo formada na época contemporânea, realizará a sua 8ª Reunião de Cúpula em setembro próximo em Harare, capital do Zimbábue. O crescimento do movimento, que já conta com 102 Estados-membros, a evolução dos princípios do não-alinhamento e suas atividades na comunidade internacional o transformaram no fenômeno mais importante de nosso tempo. Por ocasião de seu 25º aniversário, cabe relembra as raízes do não-alinhamento.

O Movimento considera como data de sua fundação a primeira conferência de chefes de Estado e de governo de países não-alinhados realizada em Belgrado,

50 - terceiro mundo

Um marco na história contemporânea

Durante os últimos 25 anos, o movimento que reúne os países do Terceiro Mundo ganha crescente importância internacional e ergue a voz em defesa da causa da autodeterminação dos povos

Iugoslávia, em setembro de 1961. O encontro de Belgrado, além de marcar o começo formal deste movimento de nações descolonizadas, iniciou os esforços no Terceiro Mundo para trabalhar coletivamente em prol de metas específicas a nível regional.

O primeiro pós-guerra

A primeira guerra mundial al-

terou o sistema internacional, determinando o início do desmontamento do sistema colonial europeu, um processo rápido, que se completaria depois da segunda guerra mundial. Os ideais proclamados durante o primeiro conflito mundial escondiam a competição entre os poderes imperiais europeus.

Apesar de seus problemas, a Europa esperava sair da guerra mantendo o controle sobre as suas colônias. Mas a sua hegemonia havia se deteriorado seriamente e os Estados Unidos passaram a ser a maior potência mundial. Começavam a cair as barreiras que separavam os continentes; intelectuais da Ásia e da África trocavam idéias nas metrópoles européias, onde estavam a passeio, estudo ou trabalho.

Os movimentos panafricano e panasiático — de onde surgiria o embrião do Movimento dos Não-Alinhados — foram fortalecidos na época pelos encontros entre Félix Houphouët-Boigny, Jomo Kenyatta e Kwame N'krumah na África, Ho Chi Minh, Jawaharlal Nehru e Krishna Menon na Ásia, entre outras figuras notáveis.

Enquanto isso, centenas de milhares de homens das colônias, que haviam sido conduzidos à guerra junto com seus "amos", perceberam que os discursos a favor da autodeterminação não se aplicavam a eles. Essa tomada de consciência, a experiência de guerra e os contatos internacionais tiveram profunda influência em muitos asiáticos e africanos que voltaram a suas terras para transformarem-se em líderes nacionalistas.

Mas o acontecimento mais importante que alterou o curso da História foi a Revolução Russa. Suas metas de transformar a curto prazo a estrutura social agrária e feudal, de converter o país em uma potência industrial e militar, mudaram a política in-

ternacional, causando profunda impressão no Terceiro Mundo. É este fato que marca o verdadeiro começo da "guerra fria".

No período entre guerras, intensificam-se no Terceiro Mundo as lutas nacionalistas e desenvolvem-se alianças regionais. Em alguns países árabes, organizam-se atividades políticas como conferências, manifestos, greves e outros atos de desobediência civil. Paralelamente, desenvolvem-se também formas de ação armada contra a dominação britânica e francesa, para chamar a atenção para as reivindicações árabes de autodeterminação e independência política. O futuro da Palestina, em particular, serviu para unir o mundo árabe a um ponto em que, em finais da década de 30, a cooperação e a solidariedade árabes haviam se transformado em um princípio fundamental compartilhado pelas numerosas organizações políticas da região. A formação da Liga Árabe, em 1945, foi resultado deste movimento panárabe.

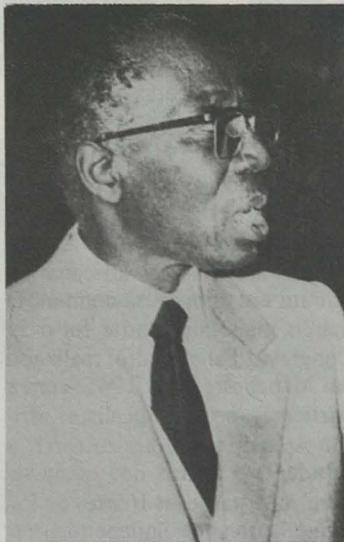
O panafricanismo, um movimento caracterizado pelo orgu-

lho racial e comprometido com a libertação do continente africano do colonialismo, nasceu em Londres já em 1900. O primeiro congresso panafricano se reuniu em Paris em 1919; depois de uma série de encontros durante as décadas seguintes, personalidades da Europa, Ásia e América, de ascendência africana, se uniram em uma causa comum. O marco mais importante foi o 5º Congresso Panafricano, realizado em Manchester, em 1945, com a participação de sindicalistas africanos, políticos, agricultores e estudantes, alguns dos quais seriam mais tarde os líderes de Estados africanos independentes: Kwame N'Krumah e Jomo Kenyatta, entre outros.

O Congresso se opunha à discriminação racial na Grã-Bretanha e ao *apartheid* na África do Sul, condenando energicamente a colonização da África e apoiando as reivindicações independentistas dos povos, tanto na África negra como em toda a América e no Caribe. Em sua declaração às potências coloniais, o Congresso assinalou o profundo desejo dos



Uma foto histórica: Nehru (Índia), N'Krumah (Gana), Nasser (Egito), Sukarno (Indonésia) e Tito (Iugoslávia)



Leopold Senghor

povos africanos de viver em paz. Sob a liderança de N'Krumah foi organizado o Secretariado Nacional para a África Ocidental, prevendo o estabelecimento de futuras organizações panafricanas.

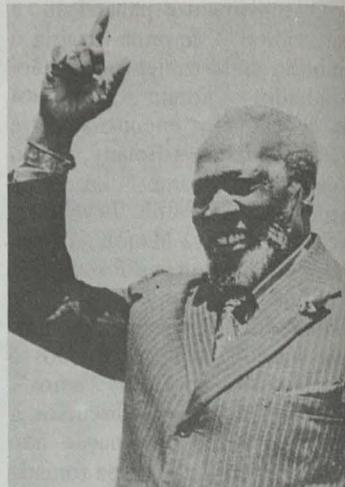
O irrompimento dos movimentos asiáticos

Na Ásia, a agitação nacionalista conduzia por toda parte a grandes lutas de resistência e também a revoluções. Os acontecimentos da China, Índia, Indochina, Coréia e Indonésia passaram a desempenhar papéis importantes na perda de controle e de influência do Ocidente. O continente asiático foi a primeira região de novos países independentes depois da segunda guerra mundial e levou adiante a iniciativa de promover alianças regionais e internacionais.

Embora o Movimento dos Países Não-Alinhados possa ter se inspirado nos movimentos panasiático, panafricano e panárabe, ele é qualitativamente diferente de todos eles. Foi, basicamente, devido à visão e ao inter-

nacionalismo de Jawaharlal Nehru que o Movimento dos Não-Alinhados se estruturaria mais tarde com um caráter global e natureza militante. Sob a direção de Mahatma Gandhi, a Índia tinha se transformado em um modelo de nacionalismo asiático e em inimigo do colonialismo ocidental. Foi com Nehru e seu Partido do Congresso que a Índia começou a desenvolver relações de cooperação com outros países asiáticos e a comprometer-se com as lutas nacionalistas de seus vizinhos.

Em 1927, no Congresso Internacional contra o Imperialismo, Nehru conheceu líderes nacionalistas e revolucionários da Ásia, África, América do Norte e do Sul e Europa, tais como Ho Chi Minh, Mohammed Hatta, mais tarde vice-presidente da Indonésia, e Leopold Senghor, que depois seria presidente do Senegal. O encontro de Bruxelas estimulou o interesse de Nehru em conhecer melhor o socialismo. Além disso, fez com que ele entendesse a importância de manter contatos com outros repre-



Jomo Kenyatta

sentantes do Terceiro Mundo e chegasse à conclusão de que a luta pela liberdade e contra o imperialismo exige "discussão comum e, se possível, ação comum".

O fascismo e a segunda guerra mundial contribuíram também para o descrédito do colonialismo e do racismo. A destruição maciça, que culminou no uso de armas atômicas contra os habitantes de Hiroshima e Nagasaki,



Nehru e Gandhi: precursores do não-alinhamento

modificou profundamente o sistema internacional. Em 1945 os Estados Unidos emergiram da guerra como detentores do máximo poder militar e econômico do Ocidente. A Europa tinha ficado profundamente enfraquecida. Questionava-se o próprio conceito de império. Milhões de pessoas do Terceiro Mundo foram diretamente afetadas pela guerra; haviam servido sob diversas bandeiras, em diferentes partes do mundo e voltavam para encontrar o seu país em ruínas e suas famílias separadas ou destruídas. Esta experiência fortaleceu os movimentos de resistência e as reivindicações de independência e autodeterminação dos países do Terceiro Mundo.

Uma era de transformações

O segundo pós-guerra foi um período de mudança nas relações internacionais e nas relações de poder. Já havia na Europa muitos países socialistas. O amadurecimento dos processos de luta anticolonial no Terceiro Mundo se deu sob o comando de uma nova geração de líderes nacionalistas, geralmente treinados e educados no Ocidente. Movimentos independentistas vitoriosos, deflagrados no continente asiático, contribuíram para a queda dos impérios coloniais europeus. No Extremo Oriente, a revolução chinesa de 1949, com a vitória do Exército Popular de Libertação de Mao Tsé Tung, criava um novo marco na história da Humanidade. Foi a primeira revolução no Terceiro Mundo que abriu uma brecha no sistema capitalista mundial.

A estrutura do poder mundial passou por profundas transformações com o aparecimento no cenário internacional de uma série de novos Estados indepen-



O marechal Tito, da Iugoslávia

dentos. O predomínio da Europa Ocidental nos assuntos mundiais foi substituído por um sistema bipolar dominado pelos Estados Unidos e a União Soviética.

Por outro lado, paralelamente à consolidação do socialismo na URSS e seu papel em apoio às lutas de libertação nacional, os



Ho Chi Minh (à esq.) participou do Congresso Internacional contra o Imperialismo

Estados Unidos produziram um novo sistema de pressões através de sua política de contenção do comunismo no mundo. Esta chamada "guerra fria" levou a numerosos pactos militares, ao aumento dos armamentos, à polarização do mundo em dois blocos e, com o advento da era nuclear,

à possibilidade de aniquilação do gênero humano.

A Índia, um dos primeiros países a obter a independência depois da segunda guerra, assumiu a liderança na defesa da soberania dos novos Estados, convocando à cooperação entre eles e promovendo a solidariedade com outras regiões. A Índia desenvolveu também uma política externa no sentido de ajudar os novos países a ter uma vida autônoma na comunidade internacional.

A permanente tensão entre o Leste e o Oeste acabou se manifestando também na guerra da Coreia, que constituiu uma prova para as Nações Unidas. Preocupados com a possibilidade de que o conflito se estendesse, a Índia e outros países asiáticos e africanos procuraram mediar e depois obter um cessar-fogo. Na época, membros do Conselho de Segurança da ONU, a Índia, Iugoslávia e Egito mantinham frequentes reuniões de consulta fora da organização internacional. A necessidade da paz e sua própria vulnerabilidade se tornaram evidentes para os Estados asiáticos, sobretudo quando se soube que o presidente Truman considerava a possibilidade de usar a bomba atômica na Coreia.

Em abril de 1954, por iniciativa de John Kotelawala, primeiro-ministro do Ceilão, foi realizada em Colombo a Conferência dos Poderes Asiáticos. Os primeiros-ministros da Índia, Birmânia, Paquistão e Ceilão (atual Sri Lanka), discutiram então assuntos de interesse comum, tais

como o colonialismo, o racismo, as experiências nucleares, o comunismo e a cooperação econômica. No discurso inaugural, Nehru afirmou: "O maior problema de nosso tempo é a 'guerra fria' travada entre dois blocos de países poderosos. A maioria dos Estados representados nesta conferência tem procurado manter uma política de não-alinhamento com esses dois grandes blocos de poder e seguir os seus próprios destinos nacionais, livres de ditames e pressões externas". Provavelmente esta foi a primeira vez que se usou em público a expressão *não-alinhamento*.

A conferência ocorreu nos mesmos dias da batalha de Dien Bien Phu. Poucos dias depois de seu encerramento, os vietnamitas

derrotavam os franceses para se verem envolvidos, naquele mesmo ano, em outra guerra colonial. Começava também a guerra de libertação nacional da Argélia. Na Conferência dos Poderes Asiáticos, a Indonésia formulou uma recomendação histórica: um encontro conjunto de Estados independentes da Ásia e da África. A proposta foi aceita e, depois de uma reunião preparatória em dezembro, o encontro se realizou em Bandung, Indonésia, em abril de 1955.

Um preâmbulo

Realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, a Conferência de Bandung foi um marco na história contemporânea. Reuniu líderes de 29 Estados, antigas colô-

nias em sua maioria, de ambos os continentes, incluindo alguns Estados árabes, para discutir problemas comuns e desenvolver uma política internacional conjunta. Presidida por Nehru, o grande estadista, junto com Sukarno e Nasser, a conferência emitiu um comunicado final sobre cooperação econômica e cultural, direitos humanos e autodeterminação, problemas da dependência e do colonialismo e sobre os meios para promover a paz mundial e a cooperação. Propôs-se uma nova ordem mundial baseada nos seguintes princípios:

1. Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

2. Respeito à soberania e à in-

As reuniões de cúpula

□ Depois de Bandung, que foi o ponto de partida do não-alinhamento, os chefes de Estado do Movimento dos Países Não-Alinhados se reuniram em sete conferências de cúpula:

Belgrado, 1961

A 1ª Conferência de Cúpula dos Não-Alinhados se realizou de 1º a 6 de setembro, em Belgrado, Iugoslávia, com a participação de 25 países-membros, observadores da Bolívia, Brasil e Equador, assim como representantes de 25 movimentos de libertação nacional.

Cabe destacar nesta conferência seu apoio à declaração da Assembléia Geral da ONU sobre descolonização; ao direito dos povos à autodeterminação e à livre utilização de seus recursos naturais; e à necessidade de um desarmamento geral, total e rigoroso.

Cairo, 1964

Na 2ª Conferência de Cúpula, realizada de 5 a 10 de outubro de 1964, participaram 47 países na qualidade de membros plenos e 10 como observadores. Foram feitas recomendações expressas de caráter econômico, sobretudo no sentido de que o mundo devia evoluir para "uma

nova e justa ordem econômica".

Lusaka, 1970

A terceira reunião de chefes de Estado aconteceu em Lusaka, Zâmbia, de 8 a 10 de setembro de 1970, com a participação de 54 membros plenos. As considerações econômicas transcenderam o plano das simples declarações e foram adotadas medidas vinculadas a uma estratégia de desenvolvimento internacional.

Argel, 1973

A 4ª Conferência foi a mais importante das realizadas até então, pelo grande número de participantes (75 membros plenos, 8 em caráter de observadores, três como convidados — Áustria, Finlândia e Suécia — e 12 movimentos de libertação).

Em Argel, pela primeira vez, os não-alinhados decidem o desenvolvimento de uma cooperação científica e técnica com os países socialistas. Os "diversos métodos de dominação econômica e exploração neocolonial" foram duramente criticados na Conferência.

No ano seguinte, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou uma declaração sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, que se define como "baseada na equidade, na igualdade soberana, na interdependência, no interesse comum e na cooperação en-

tegridade territorial de todas as nações.

3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas.

4. Não-intervenção nos assuntos internos de outros países.

5. Respeito ao direito de cada nação a defender-se sozinha ou coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

6. Não-utilização de instrumentos coletivos de defesa em favor dos interesses de qualquer das grandes potências, nem de pressões de um país sobre outro.

7. Condenação dos atos ou ameaças de agressão e do uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.

8. Resolução pacífica de to-



Gamal Abdel Nasser



Sukarno, da Indonésia

das as disputas internacionais, através de meios escolhidos por acordo mútuo entre as partes, em conformidade com a Carta

das Nações Unidas.
9. Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.

10. Respeito pela justiça e pelos

tre os Estados, independentemente de seus sistemas econômicos e sociais, que permita corrigir as desigualdades".

Sri Lanka, 1976

Realizada entre 16 e 20 de agosto de 1976, a quinta reunião de cúpula do movimento contou com a presença de 86 países-membros, aprovou 16 resoluções sobre assuntos políticos e 12 relativas a temas econômicos. O documento econômico ratificou os princípios da Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) e declarou que "o crescimento do fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é uma das mais ameaçadoras fontes de tensões e conflitos".

Havana, 1979

Na 6ª Conferência de Cúpula, realizada na capital de Cuba, participaram 97 membros plenos e 20 observadores. Predominaram os temas políticos e se reafirmaram os princípios tradicionais do anticolonialismo. Não foi possível chegar a um consenso sobre as situações do Saara Ocidental, Timor Leste, Campuchea e Afeganistão, mas se manteve a unidade do Movimento em torno dos pontos comuns de seu programa.

Manágua-Nova Déli, 1983

A 7ª Conferência se realizou em Nova Déli, em maio de 1983, precedida de uma reunião ministerial e do Comitê de Coordenação em Maná-

B. BISSIO



A mesa que presidiu os trabalhos em Havana

gua, realizada de 10 a 14 de janeiro.

Com a presença de 116 delegações, o encontro de Manágua se transformou em um ato mundial de solidariedade à Nicarágua, submetida a crescentes pressões dos Estados Unidos. A declaração de Manágua denunciou como uma ameaça à paz do hemisfério a existência na península da Flórida de 27 mil efetivos da Força de Ação Rápida, a presença de 9 mil soldados norte-americanos no Panamá e os milhões de dólares destinados às operações clandestinas da CIA na América Central.

compromissos internacionais.

O encontro seguinte aconteceu só em 1961, em Belgrado. Seria a primeira reunião de chefes de Estado e de governo dos países não-alinhados. A participação na conferência de Belgrado foi baseada em certos princípios universais, particularmente uma política externa não-alinhada. Os países que participaram de Bandung estavam especialmente interessados em pôr fim ao colonialismo. Tinham sido escolhidos dentro de uma ampla gama de posições políticas, desde países pró-ocidentais até Estados de economia socialista.

Devido a essa diversidade, havia divergências até quanto à origem do movimento, dependendo da orientação ideológica do participante. Os iugoslavos tenderam a pôr ênfase na tese anti-blocos, especialmente quando dentro do movimento se desenvolviam esforços para colocar a União Soviética como um aliado natural. Por isso, principalmente no final da década de 70, alguns países procuraram situar a reunião de Belgrado como a origem do movimento, sem negar que o impulso anticolonial e antiimperialista do movimento tenha se manifestado originariamente em Bandung. Mas os países não-alinhados consideraram a Conferência de Bandung parte integral da história do Movimento. De fato, Bandung foi o prólogo da primeira reunião de cúpula dos não-alinhados.

As diferenças entre Bandung e Belgrado, mais do que de conteúdo, são diferenças de ênfase, devido ao momento histórico e à situação internacional. Bandung disse ao mundo que os novos países da Ásia e da África, independentemente de seu tamanho, estavam resolvidos a não

permitir que os mais poderosos decidissem o futuro da Humanidade. Além disso, esses países queriam participar coletivamente na política internacional e nos assuntos econômicos para construir um mundo mais pacífico e mais justo. Foi assim que o conceito de Movimento Não-Alinhado foi concebido em Bandung.

Nasser, Nehru, N'Krumah, Sukarno e Tito se reuniram em 1960, na sede da missão iugoslava em Nova Iorque e prepararam uma declaração conjunta convocando para um encontro o presidente Dwight Eisenhower e o primeiro-ministro Nikita Khrushchev, para aliviar as tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética. Sukarno apresentou a declaração na Assembléia Geral das Nações Unidas, a 1^o de outubro, em um discurso em que exigiu o respeito ao nacionalismo das ex-colônias e seu direito a não serem envolvidas nos conflitos entre o Leste e o Oeste.

Um esforço mais bem-sucedido foi a resolução em apoio à descolonização apresentada pelo Ceilão, em nome de 26 países africanos e asiáticos, onde se afirmava que o colonialismo constituía um obstáculo para a paz. A resolução criticava a utilização de medidas políticas, sociais ou educacionais, como pretexto para protelar a independência. Esta condenação ao colonialismo foi aprovada por 89 votos a favor e nenhum contra, com nove abstenções, oito delas de governos ocidentais. Os países do Terceiro Mundo tinham provocado impacto nas Nações Unidas, mas ainda não tinham força para influir sobre as grandes potências na redução da tensão mundial.

A 16 de abril de 1961, Nasser e Tito se encontraram no Cairo, onde elaboraram uma carta diri-

gida aos chefes de Estado de 21 países que compartilhavam os seus pontos de vista. A mensagem sugeria que, na reunião seguinte da Assembléia Geral, se permitisse a participação efetiva dos novos países como forma de garantir a paz e a estabilidade. Em maio, a Iugoslávia e o Egito, juntamente com a Indonésia e com o apoio da Índia, convocaram para um encontro preparatório da Conferência dos Não-Alinhados.

O encontro preparatório

Entre 5 e 12 de junho de 1961, foi realizado no Cairo o encontro preparatório, com a participação de representantes de 20 países. Ao contrário de Bandung, a participação nesta reunião não se baseou em considerações de ordem regional, mas no compromisso dos países com princípios comuns e com a política de não-alinhamento. A participação majoritária coube aos países afroasiáticos, a Europa foi representada pela Iugoslávia e a América Latina por Cuba.

Os países presentes na reunião descartaram a designação "descomprometidos" e adotaram o termo "não-alinhados". Estabeleceram-se certos critérios de representação para reuniões futuras e definiram-se normas para pertencer ao Movimento.

Foi no Cairo que os não-alinhados discutiram pela primeira vez as aspirações e objetivos do não-alinhamento. Os critérios de participação, vigentes até hoje, são os seguintes:

1) O país deve ter uma política independente, baseada na coexistência com Estados com diferentes sistemas sociais e políticos e no não-alinhamento, ou ao menos demonstrar uma tendência



O Não-Alinhamento se baseia na coexistência pacífica entre os Estados, independentemente de seus sistemas políticos para tal política.

2) O país deve apoiar de forma clara os movimentos nacionais de independência.

3) O país não pode ser membro de alianças multilaterais inseridas no contexto dos conflitos das grandes potências.

4) Se o país faz parte de uma aliança militar bilateral com uma grande potência, ou é membro de um pacto regional de defesa, tal acordo ou pacto não pode ser deliberadamente utilizado no contexto dos conflitos das grandes potências.

5) Se o país autorizou a instalação de bases militares a uma potência estrangeira, esta concessão não pode ter sido feita no âmbito dos conflitos das grandes potências.

A condição de não-participação em alianças militares chamou a atenção dos críticos do Movimento, que pretendiam desacreditar os não-alinhados assinalando que alguns de seus membros tinham violado esse critério. Embora a não-participação em alianças militares seja fundamen-

tal para pertencer ao Movimento, isso é apenas uma parte do conceito de não-alinhamento.

A reunião do Cairo definiu o não-alinhamento como "expressão positiva" e "força moral", atribuindo-lhe um "papel construtivo". Não-alinhamento significa aceitar o princípio de coexistência de Estados com sistemas sociais e políticos diferentes, admitindo que possa haver "diferenças na consideração de casos particulares", mas com relação aos objetivos e princípios que movem o Movimento haja uma "atitude unânime". Não-alinhamento significa flexibilidade na interpretação e liberdade de ação para os países no que se refere à promoção de cooperação e ação coletiva, especialmente nas Nações Unidas e em outros foros mundiais.

A discussão de critérios e o esforço para definir o não-alinhamento demonstraram a coesão que havia entre os participantes. Estes visaram também à formação de uma coalizão para promover a unidade de ação, com base em

princípios comuns.

A partir da reunião de cúpula de Belgrado, desenvolveu-se no Movimento o "espírito de Bandung", comprometendo-se com uma série de princípios fundamentais nos quais os Estados membros devem basear as suas decisões e suas atividades. Estes incluem a paz e o desarmamento, especialmente a redução das tensões entre as grandes potências; a independência, incluindo o direito de autodeterminação de todos os povos e o direito à igualdade racial; a igualdade econômica, sublinhando a necessidade de reestruturar a ordem econômica internacional, particularmente com respeito ao crescimento e à constante desigualdade entre nações pobres e ricas; a igualdade cultural, assinalando a necessidade de reestruturar a ordem informativa mundial e o monopólio ocidental dos sistemas de informação; e o universalismo e multilateralismo, através de um firme apoio ao sistema das Nações Unidas, como o foro mais apropriado para tratar os assuntos mundiais.

A CIA quer sabotar a Assembléia

O diplomata angolano Júlio Guerra denunciou, na Nicarágua, a existência de planos da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), para sabotar a 8ª Conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados, no Zimbábue.

Em seus 25 anos de história, o Movimento dos Países Não-Alinhados alcançou muitas metas, especialmente no que se refere ao apoio à independência política, à libertação nacional e à autodeterminação.

A. W. Singham*
e Shirley Hune**

*Professor de Ciências Políticas do Brooklyn College da Universidade

de Nova Iorque.

**Professora de Ciências Sociais do Colégio Marger Evers da Universidade de Nova Iorque.

*Este artigo foi extraído e condensado da conferência do prof. A. W. Singham no Curso Comemorativo dos 30 anos de Bandung: "O reordenamento da economia mundial e suas consequências para o Terceiro Mundo". Patrocinado pela Universidade das Nações Unidas, o curso foi realizado de 17 de fevereiro a 5 de junho na sede da Fundação Estadual do Ser-

Júlio Guerra disse que a CIA destinou 15 milhões de dólares para boicotar o encontro e que os objetivos norte-americanos incluem também a mobilização de 30 mil soldados sul-africanos, 300 tanques e aviões modernos para invadir Angola.

O diplomata afirmou, ainda, que recentemente, a CIA ordenou ataques às capitais do Zimbábue, Zâmbia e Botsuana (Harare, Lusaka e Gaborone, respectivamente) e à Namibe, em Angola, para dificultar a organização do encontro.

viço Público no Rio de Janeiro (Brasil), com a coordenação dos professores Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Flavio Wanderlei Lara. O objetivo fundamental dessa iniciativa foi reunir um grupo de jovens de diferentes regiões do Terceiro Mundo para analisar a problemática dos países subdesenvolvidos no contexto da atual crise mundial.

Esse texto também faz parte de um livro escrito pelo prof. Singham em conjunto com Shirley Hune, "Não-Alinhamento na era dos alinhamentos" (Third World Books).

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
- FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12n^{os}) - Cz\$ 12,00
Semestral (24n^{os}) - Cz\$ 24,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

O fim de uma injustiça

A reaproximação entre os dois países marca um novo passo à frente da democratização brasileira e o colapso da política norte-americana de isolamento da Revolução Cubana, num momento de graves ameaças à região por parte da administração Reagan

O reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba, em 25 de junho passado, após 22 anos, um mês e onze dias de interrupção, não é um simples retorno ao ponto inicial, mas o encerramento de um período no qual os dois países passaram por importantes transformações internas. Ao mesmo tempo, é o marco de uma nova etapa das relações internacionais, no contexto latino-americano e mundial, onde este fato terá um importante significado político.

Em muitos sentidos, o 15 de maio de 1964 e o 25 de junho de 1986 marcam dois momentos políticos opostos. Em 1964, o Brasil inaugurava uma ditadura militar disposta a exercer a liderança regional na ofensiva contra-revolucionária lançada pelos Estados Unidos, dirigida especialmente contra a jovem revolução cubana e o crescimento das lutas populares no continente. A estratégia da "contra-insurreição" e a doutrina de Segurança Nacional entravam em cena.

Ao final de duas décadas de regimes de força, onde a repressão alcançou níveis de sofisticação e brutalidade sem precedentes, a crise econômica e social da América Latina não só não foi resolvida como se agra-

vou ainda mais com o flagelo do endividamento externo. Os Estados Unidos e seus aliados conseguiram frear momentaneamente os movimentos populares e revolucionários, mas não puderam impedir a consolidação do primeiro Estado socialista no hemisfério ocidental.

Nesse processo, cada vez mais desprestigiadas por seus desmandos e fracassos, as ditaduras tiveram que ceder finalmente diante da renovada pressão popular. No Brasil, os próprios militares começaram a rever seus conceitos



1965: o Brasil junto aos EUA na invasão à República Dominicana

e doutrinas, abandonaram o alinhamento automático com os Estados Unidos e iniciaram a transição democrática. Se para o novo Brasil o reatamento com Cuba é "um ato de coerência", para Cuba é uma reparação histórica e o "tiro de misericórdia" contra a política de isolamento e agressão dirigida pelos Estados Unidos.

O rompimento

Desde 1961, se registravam no Brasil pressões internas e externas para adotar medidas contra a revolução cubana, acusada de ser um posto avançado da União Soviética na região. No entanto, o governo de Jânio Quadros resistiu e inclusive condecorou o comandante "Che" Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O sucessor de Quadros, João Goulart, não concordou com a aplicação de sanções militares e tampouco rompeu relações diplomáticas quando o conselho permanente da Organização de Estados Americanos (OEA), reunido no Uruguai, em 14 de fevereiro de 1962, decidiu, sob pressão dos Estados Unidos, excluir Cuba do sistema interamericano.

O rompimento de relações terceiro mundo - 59

com Cuba por parte do Brasil ocorreria precisamente após a derrubada do presidente Goulart, em 31 de março de 1964, quando as forças armadas brasileiras decidiram tomar a dianteira interna e externa da ofensiva anticomunista promovida pelos Estados Unidos sob a administração Kennedy.

O rompimento ocorreu em 15 de maio daquele mesmo ano e seria classificado como "uma aspiração do povo brasileiro" pelo general Costa e Silva, comandante do exército e chefe da "revolução de março". O governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos líderes civis do golpe, teve papel decisivo no fato.

"Forcei o rompimento com Cuba", disse Lacerda no livro *Depoimento*, editado anos depois. "Insisti com o Vasco (Leitão da Cunha, então chanceler) no rompimento com Cuba e Vasco, instruído ou não por Castello Branco (o general designado presidente), resistia à idéia".

"Eu entendia — acrescenta Lacerda — que um dos compromissos da Revolução era romper com Cuba... depois daquele romance que havia se dado no governo de Jânio e de Jango com

Fidel". Embora sendo somente parte da verdade, o testemunho de Lacerda ilustra bem qual era o pensamento da direita civil que apoiou a ditadura militar.

Através da condenação de Cuba, da posterior participação na intervenção militar da OEA na República Dominicana e da adoção da doutrina das "fronteiras ideológicas", as forças armadas brasileiras apareceram como a verdadeira face agressiva da estratégia norte-americana dirigida a impedir novas Cubas na região.

A desilusão do gendarme

A concepção dos militares brasileiros se enquadrava perfeitamente dentro da chamada "doutrina Nixon", lançada pelo ex-presidente norte-americano em 1970, que propôs se apoiar em determinados países-chave (*key countries*) para exercer uma função de gendarme regional, quando a capacidade intervencionista dos Estados Unidos foi questionada, interna e externamente, pela derrota sofrida no Vietnã.

"Para onde for o Brasil, irá a América Latina", disse Nixon ao general Garrastazú Médici, du-

rante sua visita a Brasília em 1972, em pleno auge do chamado "milagre econômico" brasileiro, enquanto a repressão interna atingia o seu ponto mais alto e o Brasil "exportava" seus métodos de desaparecimento e tortura de opositores aos países vizinhos.

No entanto, os efeitos da "crise do petróleo", em 1973, jogaram por terra o clima de euforia. O "milagre econômico" acabou abruptamente e mostrou o alto grau de vulnerabilidade a que havia sido levado o país, com sua crescente dependência econômica do exterior e com sua população atingindo um nível sem precedentes de pobreza.

Ao mesmo tempo, os militares sentiram na própria pele os limites de sua "aliança privilegiada" com os Estados Unidos. As restrições aplicadas pela superpotência, em sua política de transferência de armamento e de tecnologia avançada, reavivaram o sentimento nacionalista subjacente nas forças armadas brasileiras.

Como resultado de tudo isso, sob o governo do general Geisel (1973-1979), o regime militar redirecionou seus objetivos em procura da auto-suficiência energética e tecnológica em setores-chave, rompeu o acordo militar com os Estados Unidos vigente desde 1952, pôs em marcha um processo de abertura política e, com o lema do "pragmatismo responsável", retomou os princípios da política exterior brasileira anteriores a 1964, indetificando-se cada vez mais com o Terceiro Mundo.

Desde meados de 70, o Brasil passou a dar prioridade à aproximação com a África negra, particularmente com as ex-colônias portuguesas, e com os países árabes. A abertura para a América



O presidente João Goulart
60 - terceiro mundo



O conspirador Carlos Lacerda

Latina foi mais lenta, embora o Itamarati tenha reconhecido imediatamente o governo sandinista da Nicarágua, justificando o fato com os princípios de convivência entre regimes sociais diferentes.

Vencendo resistências

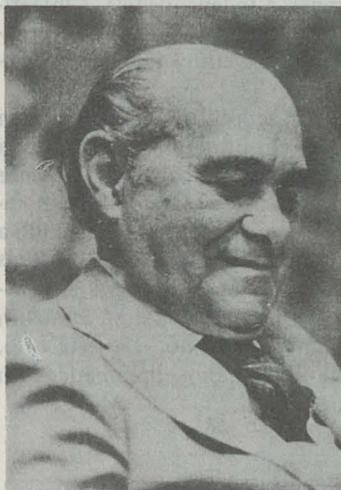
O reatamento das relações com Cuba, porém, requereu um longo processo para superar as reminiscências ideológicas do passado, sobretudo nas áreas militares do regime, ajustando-se em grande medida ao gradualismo e aos altos e baixos que caracterizaram a transição entre a ditadura e o atual governo civil.

Desde 1977, o Brasil e Cuba iniciaram uma aproximação a nível técnico-econômico, em função de seus interesses comuns no mercado internacional do açúcar. Em 1978, o presidente Figueiredo declarou que não hesitaria em restabelecer relações com Cuba, na medida em que este país deixasse de "exportar a revolução".

Há uns anos atrás, foi crescendo um movimento de aproximação com Cuba por meio de parlamentares brasileiros, artistas, jor-

nalistas e inclusive empresários, que visitaram a ilha caribenha. Em 1982, o chanceler Saraiva Guerreiro atribuiu a Fidel Castro "uma atitude mais moderada", mas deixou claro imediatamente que não estava em consideração a reaproximação política ou diplomática com o governo cubano.

Em fins de 1984, o clima político interno do Brasil sofreu mudanças significativas, depois da campanha nacional por eleições diretas para presidente da República. A formação da Alian-



O falecido Tancredo Neves

ça Democrática, reunindo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e setores dissidentes do regime, possibilitaria a derrota do candidato situacionista à sucessão presidencial na eleição disputada no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985.

Perguntado sobre o tema Brasil-Cuba, já na qualidade de virtual presidente eleito, Tancredo Neves manteve sua conhecida prudência e declarou que se tratava de "uma questão de segurança nacional, que transcende os interesses estritamente políticos", deixando evidente onde se localizavam as resistências à normalização das relações.

Com a instalação do governo da Aliança Democrática, em 15 de março seguinte, quando José Sarney teve que assumir a presidência devido ao agravamento do estado de saúde e posterior falecimento de Tancredo Neves, já existia o consenso nos meios políticos de que a normalização das relações diplomáticas com Cuba era só um problema de tempo, o necessário para vencer as últimas resistências.

Poucas semanas depois de assumir o cargo, Sarney encomendou ao Itamarati um estudo so-



Antônio C. Plainão/Ag. O Globo

A campanha nacional por eleições para presidente acelerou o processo de abertura democrática no Brasil



EBN

Sarney: "um ato de coerência"

bre a viabilidade das relações com Havana, concluído em meados do ano passado. O estudo não mereceu posteriormente nenhum voto contrário no Conselho de Segurança Nacional, mas a consulta "às bases militares" se estendeu de setembro até abril deste ano.

A negociação final

Superados os obstáculos internos, o presidente Sarney deu o sinal verde ao Itamarati para acertar, em absoluto sigilo, os procedimentos formais e práticos do restabelecimento de relações. As negociações se desenvolveram rapidamente, entre maio e junho, a primeira parte delas no Panamá, a segunda e última em Paris.

A negociação oficial foi acompanhada por outros contatos informais e paralelos — especialmente com membros do governo, da Aliança Democrática e setores representativos brasileiros —, mantidos pelo sociólogo cubano Sergio Cervantes, membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e assessor pessoal de Fidel Castro, que desde o final de 1985 se instalou em São Paulo com um visto de permanência provisória.

Depois das formalidades de praxe, onde cada parte expôs sua posição e suas condições, o acordo final foi celebrado em Paris, em 14 de junho, 11 dias antes do anúncio oficial do reatamento das relações, feito simultaneamente em Brasília e Havana.

A parte política da declaração conjunta Brasil-Cuba estabelece: "Os dois governos concordam em desenvolver relações amistosas e de cooperação, inspiradas nos princípios da Carta das Nações Unidas, em especial os referentes ao respeito à soberania, à independência, à integridade territorial e à não-intervenção nos assuntos internos dos Estados".

O acordo prático determina que, em princípio, Brasil e Cuba manterão embaixadas somente nas respectivas capitais, sem representação consular. Seguindo a prática do Itamarati em suas relações com os países socialistas, Brasil e Cuba destacarão um número máximo, 25 neste caso, de funcionários diplomáticos em cada país.

Repercussões no Brasil

O reatamento de relações diplomáticas repercutiu imediatamente em todos os setores sociais e políticos do Brasil. O fato adquiriu inclusive uma conotação política especial, por ter ocorrido num momento em que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos atravessam sérias dificuldades, tanto no plano político como no econômico.

O presidente Sarney definiu a reaproximação com Cuba como "nada mais do que um ato de coerência". "Com a Nova República, o Brasil se tornou um país sem medo, seguro de seu papel e confiante em si mesmo",

enfatizou Sarney. No mesmo sentido se pronunciou o ministro do Exército, general Leonidas Pires, que ao ser indagado sobre a possibilidade de exportação da revolução cubana disse: "Isso é passado, passado. Os tempos mudaram, o Brasil mudou".

"O governo decidiu esta questão de acordo com a vontade do povo brasileiro", declarou o governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. "Realmente — acrescentou — não havia mais justificativas para que não reatássemos relações comerciais e diplomáticas com Cuba. Restauramos assim a linha tradicional de nosso país de manter relações com todos os povos, inde-



Fidel: fim do isolamento

pendentemente de seus regimes políticos".

"Cuba não exportará a revolução para o Brasil, assim como o Brasil não exportará a miséria para Cuba. Já era tempo de que se restabelessem as relações. Manter relações diplomáticas com Cuba é uma obrigação de qualquer governo democrático. Estou particularmente feliz porque os governantes que, durante 21 anos, justificaram o rompimento entre os dois países, serão agora julgados pelo povo",

afirmou o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Ignacio ("Lula") da Silva.

"O fato de que o Brasil tenha restabelecido relações com Cuba significa que, finalmente, o país está se reintegrando ao mundo civilizado porque, no final das contas, agora só não mantêm relações com Cuba o Chile de Pinochet e o Paraguai de Stroessner, que não são companhias recomendáveis para o Brasil", afirmou o escritor Fernando Morais, deputado do PMDB de São Paulo e autor do primeiro livro sobre Cuba editado no Brasil depois do rompimento, entitulado "A ilha".

O Brasil reatou relações com Cuba no mesmo dia em que o Congresso norte-americano autorizou a ajuda aos "contras", solicitada por Reagan para agredir a Nicarágua, e em meio a fortes pressões da Casa Branca contra a lei que defende a autonomia brasileira na política de informática. As associações entre um e outro fato foram inevitáveis.

A opinião de Cuba

"Para Cuba este é um fato muito importante por diversas razões", disse por sua vez o vice-chanceler cubano Ricardo Alarcón. Entre essas razões, Alarcón assinalou a circunstância do Brasil e de Cuba serem "dois dos países latino-americanos com mais afinidades", assim como a importância do diálogo e do intercâmbio entre ambos para a América Latina, tanto do ponto de vista dos esforços de integração econômica, como da solução dos principais problemas políticos que afetam a região.

"Na realidade — disse o vice-chanceler —, antes mesmo do reatamento, Cuba e Brasil tinham muitos pontos em comum, 1986 — Agosto — nº 92

especialmente nos temas vinculados à necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional e na defesa dos interesses do Terceiro Mundo. A atuação dos dois era, em geral, parecida nos organismos multilaterais. Acontecia, porém, que por não ter relações diplomáticas oficiais, estávamos limitados para coordenar um esforço comum a nível internacional".

posições nos organismos internacionais".

As autoridades cubanas não deixam de destacar, por último, as possibilidades de intercâmbio comercial que se abrem com o Brasil. Estima-se nos meios comerciais de ambos os países que, no prazo de um ano, as transações comerciais entre o Brasil e Cuba chegarão facilmente aos 200 milhões de dólares.



Apesar do longo bloqueio, Cuba consolidou sua revolução

Segundo Alarcón, Cuba e Brasil são "dois países muito ativos, com uma política externa muito dinâmica, apesar de suas diferenças filosóficas e de pontos de vista". "Sem dúvida — enfatiza — não será fácil encontrar na América Latina outros países com uma diplomacia tão criativa como as de Cuba e do Brasil. A partir de agora, estou certo de que estaremos em condições de coordenar, harmonizar pontos de vista e articular melhor nossas

Empresas brasileiras têm fornecido a Cuba equipamentos industriais, destilarias de álcool, veículos e serviços de engenharia, em operações de venda triangular, através do Panamá e Espanha, desde 1980. "Como enfoque político — explica o vice-chanceler Alarcón —, tratamos de adquirir no mercado latino-americano os produtos que podemos encontrar em condições aceitáveis". ●

Víctor Bacchetta
terceiro mundo — 63

Os problemas do nosso país "estão aí". Você sabe os principais.
 Agora, pra mudar mesmo, é preciso mais
 É preciso ir "fundo" na discussão, sem complicar o discurso.
 É pra isso que estamos aqui.

TERRA FIRME trimestral

Faça 3 assinaturas entre os amigos e ganhe a sua de brinde
 ou, então, um LP de "Radamés Gnattali".

Junte ao (s) cupom (s) de
 pedido cheque nominal ou
 vale postal (ag. central) no
 valor correspondente.

- o exemplar avulso ou atrasado custa Cz\$ 20,00
- a assinatura anual (4 exemplares) para o Brasil custa Cz\$ 70,00
- a assinatura para o exterior custa US\$ 25

Desejo: () uma assinatura anual de Terra Firme pela qual estou enviando
 juntamente com este cupom Cz\$ 70,00 por cheque nominal ou vale
 postal - ag. central; () um exemplar do último nº de Terra Firme pelo qual
 estou enviando Cz\$ 20,00 por cheque nominal vale postal | ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: Cep:

Desejo: () uma assinatura anual de Terra Firme pela qual estou enviando
 juntamente com este cupom Cz\$ 70,00 por cheque nominal ou vale
 postal - ag. central; () um exemplar do último nº de Terra Firme pelo qual
 estou enviando Cz\$ 20,00 por cheque nominal vale postal | ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: Cep:

Desejo: () uma assinatura anual de Terra Firme pela qual estou enviando
 juntamente com este cupom Cz\$ 70,00 por cheque nominal ou vale
 postal - ag. central; () um exemplar do último nº de Terra Firme pelo qual
 estou enviando Cz\$ 20,00 por cheque nominal vale postal | ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: Cep:

CUPOM DE BRINDE

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$
 em cheque nominal ou vale postal - ag. central - em nome da Editora
 Terceiro Mundo Ltda.
 No caso de estar remetendo 3 assinaturas novas tenho direito ao brinde: () 1
 assinatura ou () 1 LP de "Radamés Gnattali"

Nome: Estado:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: Cep:

Equador I

A democracia comprometida

Depois de uma ascensão vertiginosa como carismático líder da direita, o presidente Febres Cordero enfrenta um rápido desgaste político com ameaças e práticas repressivas

O Equador, país de rumores conspirativos e de tensas tramas políticas, compareceu novamente às urnas em 1986 para renovar 59 das 71 cadeiras do Congresso Nacional e eleger representantes para os conselhos municipais e governos provinciais.

Alguns meses antes, parlamentares da maioria pró-governo do Congresso tentaram cancelar as eleições e prorrogar o mandato dos legisladores até 1988, protagonizando assim um insólito caso de auto-reeleição que violaria todos os princípios legais. O governo de León Febres Cordero assistiu, com indisfarçável satis-

fação, surgir a possibilidade de garantir uma maioria favorável no Congresso, que duraria até o final de sua gestão.

Apesar disso, pouco depois de uma viagem oficial aos Estados Unidos, o próprio presidente empenhou sua palavra no cumprimento do cronograma eleitoral estabelecido pela lei. Alguns observadores indicaram, na ocasião, que Febres Cordero levou ao pé da letra a expressão do presidente Reagan, que o cumprimentou chamando-o de "líder da livre empresa à testa de uma nação autenticamente democrática".

Essa imagem teria sido grave-

mente afetada se Febres Cordero, valendo-se dos deputados controlados pelo Executivo, tivesse suspenso as eleições. O Equador, candidato aos recursos do Plano Baker, estaria quebrando o esquema de "democracias controladas" que Washington está tentando implantar. Permanecer fiel às regras do jogo, portanto, pareceu mais conveniente para o regime conservador do país, e isso se traduzia na exuberante manifestação de autoconfiança dos funcionários do governo.

Na esteira dessa convicção, o presidente Febres Cordero trouxe à baila um dos temas preferidos de sua campanha eleitoral, relativo à participação de cidadãos independentes (não-filiados a partidos políticos), os quais, segundo a legislação em vigor, não podem postular-se a cargos eletivos. Em primeiro lugar, Febres Cordero enviou ao Congresso um projeto de reforma constitucional, o qual deveria ser objeto de consulta popular só se tivesse sido rejeitado pelo Parla-



A maioria situacionista no Congresso tentou alterar o cronograma eleitoral e prorrogar seu mandato por dois anos

mento. Passando ao largo dessa disposição, o presidente apressou-se em convocar um plebiscito sobre a questão, redigido em termos que pareciam garantir uma aprovação em massa do projeto do governo: "Você quer que os cidadãos independentes tenham pleno direito a ser eleitos, sem necessidade de filiar-se a partido algum, confirmando assim a igualdade de todos os equatorianos perante a lei?"

Na verdade, a grande maioria dos cidadãos não milita nos 16 grupos políticos legalmente registrados. Muitos destes não passam de um jogo de siglas herdadas do último período da ditadura militar, quando se multiplicaram os novos partidos e liberou-se a atividade política. No decorrer dos sete anos de restauração democrática, foram ficando definidas as tendências majoritárias e, por trás delas, os diversos interesses que incidem efetivamente sobre a cena política do país.

Independência x liberdade

León Febres Cordero, 56 anos, engenheiro-mecânico diplomado por uma universidade norte-americana, fez carreira como empresário do grupo Noboa (um dos mais poderosos e diversificados setores oligárquicos do Equador) e chegou à presidência como apoloquista da iniciativa privada, da economia de livre mercado e do investimento estrangeiro. O rápido crescimento de sua imagem política foi conquistado durante a militância no Partido Social-Cristão, fundado pelo desaparecido ex-presidente conservador Camilo Ponce.

Em torno de sua personalidade irascível e polêmica se agruparam várias organizações de direita (conservadores, liberais, nacionalistas revolucionários e outros),

66 - terceiro mundo



León Febres Cordero

constituindo uma coalizão chamada Frente de Reconstrução Nacional (FRN). Utilizando recursos ideológicos e materiais jamais vistos em uma campanha eleitoral, a FRN conseguiu capitalizar o descontentamento popular surgido durante o governo democrata-cristão de Osvaldo Hurtado.

A direita equatoriana, que através da história governou por meio de regimes militares ou de alianças transitórias com correntes populistas, sobre as quais exercia seu poder de pressão econômica, dessa vez apresentou uma face própria. Surge, assim, uma nova liderança oligárquica, baseada no reconhecimento aberto de seus objetivos econômicos: o estímulo à atividade privada e a redução do poder de arbitragem do Estado, denunciando-o como administrador ineficiente e responsável pelos reduzidos índices de crescimento.

Uma opção para a oligarquia

A imagem de Febres Cordero devolveu à oligarquia uma opção de poder político direto, exercido por meio de figuras carentes de qualquer notoriedade política embora conhecidas nos limitados círculos empresariais. Febres Cor-

dero, caracterizado pelo estilo loquaz, interiorano e agressivo de um líder mais próximo do poder rural do que das lideranças políticas, apareceu talvez como a última oportunidade dos setores econômicos tradicionais para conservar o poder que exerceram nestes 150 anos de vida republicana.

A atual etapa democrática se caracteriza pela consolidação de correntes modernizantes na política equatoriana. Uma tendência social-democrata, representada pelo partido Esquerda Democrática, outra democrata-cristã, a Democracia Popular, além dos novos partidos marxistas, atuam na cena política do país.

Paralelamente, as organizações tradicionais da direita (liberais, conservadores, populistas e uma grande variedade de grupos de pouca ou nenhuma importância), estagnaram no velho estilo político eleitoralista, conservador, abertamente oportunista e sempre temeroso da ação e da organização populares. Setores desgastados, incapazes de elaborar um programa que atenda às reivindicações de um eleitorado cada vez mais politizado, viram no candidato social-cristão a possibilidade de recompor uma alternativa direitista com real apoio popular. Febres Cordero funcionaria como regulador do poder oligárquico, acima das diferenças regionais e setoriais. Industriais, comerciantes, financistas e banqueiros cerraram fileiras em torno de uma espécie de populismo oligárquico, que acreditaram ter próspero futuro.

O desgaste de Febres Cordero

Depois de dois anos de exercício, porém, o regime está enfrentando um desprestígio e uma impopularidade superiores ao

desgaste normal de qualquer governo. A insubordinação do general Frank Vargas, ex-comandante da força aérea, em março último, revelou que a corrupção e o tráfico de influências tinha chegado aos mais altos funcionários do governo. Ficou claro, também, que o regime mantinha um entendimento precário com as forças armadas, que estão divididas, e para as quais pesou negativamente a arbitrária designação dos chefes militares por parte de Febres Cordero.

Além disso, começaram a aparecer denúncias de enriquecimento ilícito — através da contratação de milionárias obras públicas e de uma manipulação personalista dos recursos e entidades estatais — que obrigaram os porta-vozes governamentais a responder não só a acusações, mas a simples rumores e suspeitas.

Dois anos de absoluto controle sobre as outras funções do Estado deram lugar, assim, a uma oposição cada vez mais vigorosa. Se aprofundaram as divergências entre os setores industriais e comerciais da Serra, principalmente, com os grupos agroexportadores e de bancos da Costa, estes mais bem representados no governo de Febres Cordero. O regime, valendo-se de sentimentos regionalistas fomentados pelo centralismo administrativo, dirigiu sua ação política e econômica para a enorme clientela eleitoral do porto de Guayaquil, cujo controle é decisivo para ganhar eleições no país.

Apesar disso, o desgaste da influência do governo tornou-se incontrolável. A descomunal campanha propagandística a favor do "sim" no plebiscito teve efeito contrário e o resultado foi um voto majoritariamente negativo, com perda substancial no número de cadeiras nas câmaras muni-

cipais controladas pelo Executivo.

A modificação do atual regime de partidos, que impede a participação dos cidadãos independentes como candidatos à eleição popular, era imprescindível para resolver o principal pro-



Plebiscito: "não" ao governo



A rebelião do general Frank Vargas (foto) revelou a corrupção oficial

blema dos grupos oligárquicos: a sucessão do governo de Febres Cordero. É provável que, depois da derrota no plebiscito, esses grupos procurem alternativas de poder tentando desde a penetração nos partidos de apoio popular e até a provocação de um levante militar nos setores das forças armadas que estão temerosos do avanço da esquerda no país.

Esses setores são sensíveis ao jargão radical de ultra-direita, constantemente utilizado pelo atual governo, para o qual todos os partidos opositores são "comunistas" e favorecem o "terrorismo".

Na verdade, a criação de um clima artificial de violência política foi um dos métodos utilizados pelo regime para conquistar apoio institucional entre os chefes militares. Tal comportamento já provocou acontecimentos sangrentos, nos quais a atitude oficial foi de indisfarçável simpatia pelas práticas repressivas e pela aplicação da força policial.

Esta política repressiva deve se estender em função dos protestos e mal-estar gerados pela política econômica, comprometida com um "plano de estabili-

zação" negociado com o Fundo Monetário Internacional. A drástica restrição dos programas sociais do Estado, aliada à queda da receita nacional decorrente dos baixos preços do petróleo, aprofundará a crise econômica e, sem dúvida, estabelecerá novos desafios para a frágil e jovem democracia equatoriana. ●

Eduardo Khalifé

Equador II

Sikhs: a batalha diplomática

Atraídos pela oferta de elevados investimentos e pela ideologia comum do anticomunismo, as autoridades equatorianas recebem os representantes do autoproclamado governo sikh no exílio



A presença dos sikhs é cada vez mais numerosa no Equador

No aeroporto de Quito, capital do Equador, tornou-se um fato corriqueiro a imagem insólita e sugestiva de certos viajantes que desembarcam das várias rotas procedentes da Europa. Apesar de seu aspecto pouco comum — rostos franzidos completamente barbados, túnicas e turbantes — a chegada dos sikhs neste país andino pretende ser discreta. E, certamente, provocou maiores reações em Londres, Cairo ou Nova Déli do que na opinião pública equatoriana. Para o homem da rua a presença cada vez mais numerosa de sikhs continua sendo um mistério, embora algumas reportagens na imprensa e um programa

de televisão já tenham tratado dela.

Em julho de 1985 o assunto ganhou proporções de escândalo nos círculos diplomáticos do país. O chanceler equatoriano, Edgar Terán, recebeu uma mensagem do governo da Índia em que se pedia esclarecimentos sobre o possível reconhecimento de um governo sikh no exílio, com sede em Londres, por parte do governo de León Febres Cordero. A chancelaria de Quito se apressou em negar qualquer intenção nesse sentido: "O Equador mantém as melhores relações com a Índia. Portanto, não reconhece, nem reconhecerá, nenhum grupo dissidente" Essa

resposta pretendeu pôr fim a uma cadeia de rumores justificados que se originaram em Londres e vazaram para a imprensa internacional.

Um mês antes, em junho, uma delegação sikh visitou o Equador e manteve reuniões com funcionários de alto nível. Foi, inclusive, recebida por dois ministros de Estado — Governo (Interior) e Agricultura e Criação de Gado — para expor uma série de planos de imigração e investimentos na área agroindustrial. Desses contatos parece ter surgido um entendimento inicial que daria margem a novas aproximações a um nível mais alto.

De fato, isso ficou claro com o telegrama dirigido pelo presidente Febres Cordero a Jagjit Singh Chohan, presidente do governo da República do Calistão no exílio: "Comunico recebimento e agradeço mensagem sua datada abril 10 presente ano. Te-rei prazer em conversar com seus representantes. Para marcar dia e hora audiência, digne-se falar com doutor Carlos Julio Arosemena, ex-presidente do Equador. Muito atentiosamente. León Febres Cordero. Presidente do Equador".

De forma inexplicável o conteúdo desse telegrama foi conhecido pela Agência Indiana de Notícias e publicado pelo jornal londrino *The Observer*. As reações diplomáticas se sucederam em várias capitais do mundo. Os embaixadores equatorianos solicitaram instruções urgentes para responder às reclamações manifestadas pelos representantes de Nova Déli.

A publicação equatoriana *Nueva* revelou, inclusive, que o primeiro-ministro Rajiv Gandhi

teria se comunicado por telefone com o presidente Febres Cordero para manifestar sua preocupação e desagrado pela disposição de acolher os imigrantes sikhs no Equador. É de se supor que o presidente equatoriano tenha fornecido todo tipo de explicações — tardias e incômodas — que conseguiram salvar o deteriorado estado das relações entre ambos os países.

Um projeto promissor

Carlos Julio Arosemena, ex-presidente equatoriano, devia ser o intermediário encarregado de fixar a hora e a data para a audiência que o presidente Febres Cordero concederia aos enviados de Singh Chohan. O nome de Arosemena está fortemente ligado à Frente de Reconstrução Nacional, coalizão de partidos que promoveu a candidatura de Febres Cordero. Esta aliança de organizações direitistas unidas em torno de um projeto político, mas sobretudo, ligadas por interesses de expansão comercial, representa selecionados e minoritários grupos empresariais do porto de Guayaquil.

Um objetivo expresso desses setores foi o de atrair recursos econômicos para financiar as áreas de seu interesse: financiamento externo sob a forma de investimento privado ou endividamento é uma das prioridades que orientam o governo.

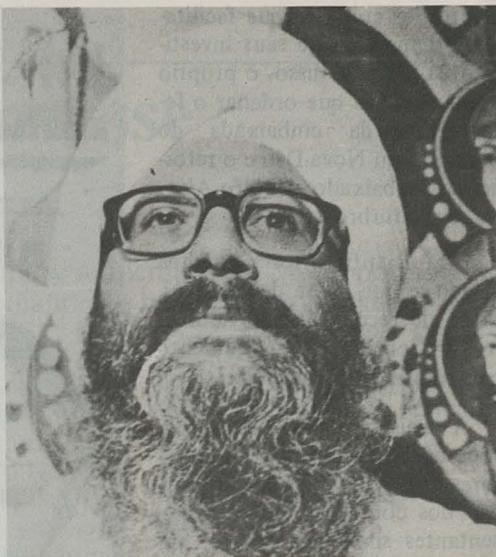
Dentro dessa ótica não é gratuita a série de expectativas extra-oficiais em torno do assunto dos sikhs. A trama se iniciou no capital inglesa onde o embaixador equatoriano, Mauricio Gándara, começou os contatos com o governo sikh no exílio. Gándara, nomeado por Febres Cordero, integra o Partido Nacionalista Revolucionário (PNR), do

qual o ex-presidente Arosemena é fundador e dirigente máximo.

Supõe-se que, depois das primeiras reuniões mantidas na Inglaterra, Gándara e Arosemena tenham atentado para a fabulosa quantidade de recursos com que contam os representantes da auto-proclamada República do Calistão. Recursos esses fornecidos pelos líderes separatistas do Punjab para consolidar as suas relações internacionais em busca de reconhecimento para a sua causa.

Sat Atma Singh Khalsa, missionário sikh que vive no Equador, foi quem entregou ao presidente Febres Cordero o pedido para que se estude o reconhecimento do governo sikh no exílio e para que se permita à República do Calistão abrir a sua embaixada em Quito. Em uma entrevista recente, Singh Khalsa declarou: "Nós, sikhs, queremos comprar terras neste país para cultivos que o Equador não produz e que podem perfeitamente ser exportados (...). Dispomos de um bilhão de dólares para estes investimentos".

Essa oferta suscitou o interesse do embaixador equatoriano, de Julio Arosemena e do próprio presidente da República. O processo de contatos e novas relações teria seguido seu curso não fosse o fato de ter vasado na imprensa o conteúdo do telegrama enviado por Febres Cordero aos representantes sikhs na Inglaterra. "Eu estive em Londres



Singh Khalsa: "somos anticomunistas como o governo equatoriano"

convidado pelo presidente do Calistão", declarou Arosemena. "Ali fui entrevistado por um correspondente da Agência Indiana de Notícias que sabia que Febres Cordero havia enviado um telegrama ao presidente do Calistão, dizendo-lhe que aproveitasse a minha visita a Londres para fixar o dia e a hora em que receberia uma delegação sikh. (...) Como a Agência Indiana de Notícias pôde tomar conhecimento de um telex enviado pelo presidente Febres Cordero? Somente por vazamento de informação, pois esses comunicados são mandados diretamente através do telex da presidência ou através da chancelaria. Isso quer dizer que o informante existe, mas esse é um problema de Febres Cordero".

Fechamento da embaixada

As palavras de Arosemena soaram como uma acusação velada dirigida contra o chanceler Edgar Terán, que havia se oposto ao reconhecimento do governo sikh no exílio e ao prosseguir

mento dos contatos que facilitariam o ingresso de seus investimentos. Apesar disso, o próprio chanceler teve que ordenar o fechamento da embaixada do Equador em Nova Déli e o retorno do embaixador Adolfo Alvarez, em outubro de 1985.

Para justificar essa medida alegou-se que ela se devia à limitação de recursos no serviço exterior. Contudo, esse argumento não convenceu a ninguém.

A decisão pode se ligar a pressões obscuras com um duplo interesse. Por um lado, a continuação dos contatos com os representantes sikhs que gozam, por suas promessas de investimento, de uma privilegiada aceitação por parte do governo de Quito. Para isso contribuiu muito a linguagem usada por Singh Khalsa, virtual embaixador do Calistão: "... entendíamos que o governo do Equador é anticomunista e nós somos também anticomunistas. Por isso nos surpreendeu a posterior oposição à nossa vinda, mas apesar disso respeitamos a decisão do chanceler Edgar Terán".



O reconhecimento do governo sikh no exílio não contava com o apoio do chanceler Terán (ao lado)

Para alguns analistas a determinação de fechar a embaixada equatoriana em Nova Déli se deveu à política de bilateralismo pela qual optou o atual governo, plenamente identificado com a linha do Departamento de Esta-

do norte-americano e, portanto, contrário a qualquer relação com o Movimento dos Países Não-Alinhados presidido atualmente pelo primeiro-ministro Rajiv Gandhi.

E. K.

A derrota eleitoral de Febres Cordero

O governo conservador do presidente León Febres Cordero recebeu um nítido voto de desconfiança no plebiscito e na eleição para renovação parcial do Congresso, realizados a 10 de junho passado no Equador, quando a oposição de centro-esquerda recuperou a maioria parlamentar que havia perdido em julho de 1985.

A proposta do presidente de autorizar a participação em eleições de candidatos não-inscritos nos partidos, interpretada como uma tentativa de Febres Cordero de criar uma nova base de apoio

com políticos independentes, obteve apenas 26% de votos a favor e foi rejeitada por 61% dos eleitores que participaram do plebiscito.

Na eleição simultânea ao plebiscito para a renovação parcial da Assembléa Nacional, a Frente Progressista, que reúne partidos de esquerda e centro-esquerda, conquistou 57% dos votos, enquanto que o situacionista Partido Social Cristão e seus aliados conservadores obtiveram apenas 37% da votação.

Eleito há dois anos e meio com a promessa de dar "pão, casa e emprego", Febres Cordero enfrenta atualmente a oposição de 13 dos 17 partidos existentes no país, assim como das principais centrais sindicais e associações estudantis, que votaram pelo "não" no plebiscito.

A abertura para a classe empresarial

O governo encabeçado por Abdou Diouf promove a liberalização da economia, de acordo com as recomendações do FMI, apoiando-se na iniciativa privada

Invariavelmente apontado nos círculos ocidentais como “modelo” de sociedade democrática na África — baseado na democracia pluripartidária e na “livre iniciativa” —, o Senegal vive uma profunda crise estrutural, econômica e política.

O modelo econômico escolhido após a independência (1960) com base numa agricultura pouco diversificada, em que o amendoim (ou mancarra) se tornara o principal produto de exportação, e numa industrialização fortemente protegida do exterior por barreiras alfandegárias, em 20 anos mostrou os seus poucos aspectos positivos. O setor industrial, que se pretendia motor da economia, apresenta-se em grande medida obsoleto e não-competitivo. A maior parte das empresas se dedica à transformação do amendoim em óleo; e as que se formaram para substituir importações apresentam produtos de fraca qualidade e alto preço. Ao longo destes anos, a iniciativa privada senegalesa também se mostrou pouco dinâmica. Atualmente, cerca de 70% do capital do setor privado senegalês é francês.

A crescente dependência alimentar do exterior, sobretudo de arroz (são importadas anualmente cerca de 400 mil toneladas), os sucessivos aumentos do preço do petróleo na década de

70 e as constantes quedas nas cotações do principal produto de exportação — o amendoim — levam o Senegal a progressivos déficits no comércio com o exterior e conduzem, inexoravelmente, ao esgotamento do modelo.

O país vai, progressivamente, se endividando perante o exterior. Calcula-se que atualmente a dívida externa do Senegal já tenha ultrapassado os dois bilhões de dólares, ou seja: o equivalente às receitas geradas por mais de três anos e meio de exportações.

O fracasso do modelo está na

origem do súbito desaparecimento da cena política do velho presidente Leopold Senghor, em 1980, que renunciou em favor do então primeiro-ministro, Abdou Diouf.

A herança de Senghor

Diouf herdou uma situação econômica e social difícil, mas que conhece bem. Há muito tempo ele é um homem influente e bem colocado no aparelho de Estado.

Diouf promoveu uma “abertura” democrática provocando

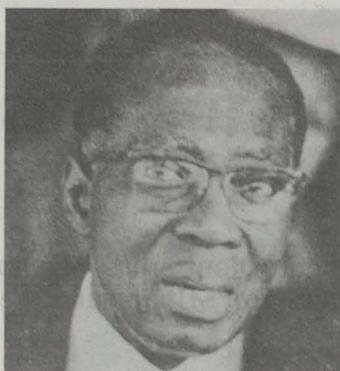


A agricultura pouco diversificada do Senegal tem provocado uma crescente dependência alimentar do exterior



Abdou Diouf: difícil herança

uma certa distensão social, que incluiu a garantia de algumas liberdades formais e a eliminação das restrições à formação de par-



Senghor: modelo econômico fracassado

tidos políticos. (Até então apenas três tinham existência legal: o Partido Socialista (situacionista); o Partido Democrático Senegaleses (PDS), o principal partido de oposição liderado por Abdoulaye Wade; e o Agrupamento Nacional Democrático (RND - marxista.) Diouf decide também suspender o visto de saída do país e incentiva a institucionalização de um certo diálogo com os sindicatos.

O discurso contra a corrupção, porém, não se traduziu em resultados práticos, muito embora o jornal diário ligado ao poder, *Le Soleil*, denuncie regularmente tais práticas, sobretudo a nível da administração e dos bancos. Diouf promove o afastamento de alguns poderosos "barões" do seu próprio partido, o

lacionam o crescimento da luta independentista em Casamansa com o desencadeamento da luta armada na Guiné-Bissau, que levou muitos guineenses pertencentes a essas etnias a procurarem refúgio no Senegal.

Casamansa: Colonialismo senegalês?

□ A mais meridional das províncias do Senegal, Casamansa, cujo território faz limite com o da República da Guiné-Bissau, constitui há alguns anos um permanente foco de tensão.

De fato, a reivindicação independentista, que há muito tempo se julgava extinta, irrompeu com violência no início da década de 80. As raízes do conflito estão na história da região de Casamansa, na diversidade das suas populações e na influência que o colonialismo português exerceu durante muitos anos ali.

A maioria da sua população é da etnia *diola*, que professa uma religião animista, e sempre se mostrou muito independente na sua forma de organização, suportando mal a interferência do aparelho estatal e a submissão às sociedades hierarquizadas islâmicas do norte. O fato de também existirem *diolas* do outro lado da fronteira, pertencendo eles à grande família dos *felupes*, tem levado as autoridades senegalesas a acusar a Guiné-Bissau de simpatias pelos independentistas de Casamansa.

Os governantes de Bissau desmentem com veemência qualquer encorajamento aos independentistas mas não é possível negar as afinidades e o secular relacionamento das populações de ambos os lados da fronteira. Há observadores que re-

De qualquer forma, é no início da década de 80 que a questão ganha novo impulso após a criação do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) sob a égide do abade Austin Diamacoune Senghor.

De lá para cá, por quatro vezes os independentistas já se manifestaram na capital da província - Ziguinchor - demonstrando sua forte base popular. As mais graves manifestações ocorreram em dezembro de 1983 quando manifestantes e forças policiais senegalesas se envolveram em violentos conflitos. O líder do PDS - Abdoulaye Wade - em recente entrevista, falava em até 400 mortos. Em consequência dos confrontos, muitos dirigentes independentistas foram presos, entre os quais o próprio abade Diamacoune Senghor.

Em abril deste ano, o presidente decidiu anistiar um grande número de detidos envolvidos nos acontecimentos de dezembro de 1983. No entanto, os principais líderes do MFDC - o abade Diamacoune Senghor e Chérif Bassène - continuam presos. Anteriormente, o governo do Senegal já havia decretado a divisão de Casamansa em duas regiões administrativas.

(B.S.)

PS (todos eles estreitos colaboradores de Senghor), o que se mostrou imprescindível para o controle do aparelho partidário, mas em troca de altos cargos na administração ou nas empresas públicas.

Abdou Diouf sabe bem até que ponto o exercício do poder no Senegal passa pelo mercantilismo de favores ou de influências dos poderosos altos dignatários islâmicos, principalmente em tempo de eleições (ver Quadro).

Seca, dívidas e fraudes . . .

A grande seca registrada em 1983 vem jogar por terra a esperança de melhores dias. As faturas de alimentos que o país importa tornam-se tão elevadas quanto as do petróleo: 1,4 bilhão de francos franceses (FF) em 1983, 1,6 bilhão de FF em 1984.

Os reescalamentos do serviço da dívida externa (amortizações + juros) sucedem-se desde então, conseguidos através de negociações cada vez mais difíceis com os credores internacionais, Banco Mundial, FMI e o Clube de Paris. Apesar desses reescalamentos — sem os quais o Senegal não poderia cumprir os seus compromissos financeiros — o serviço da dívida externa teria chegado, durante 1985, a 1,4 bilhão de FF, o equivalente a 32% das suas exportações.

As fraudes generalizadas que ocorreram nas eleições gerais de 1983¹ geram também, na esfera política, um grande desapontamento.

Os partidos da oposição, que

como no tempo de Senghor estão proibidos de se apresentar coligados, foram impedidos de fiscalizar a contagem dos votos. O PS ganhou esmagadoramente o pleito eleitoral de 83, mas o mal-estar político se generalizou, o que levou a maioria dos partidos legalizados a promover o boicote às eleições locais realizadas no ano seguinte.



Abdoulaye Wade, líder do PDS

Um ano fatídico

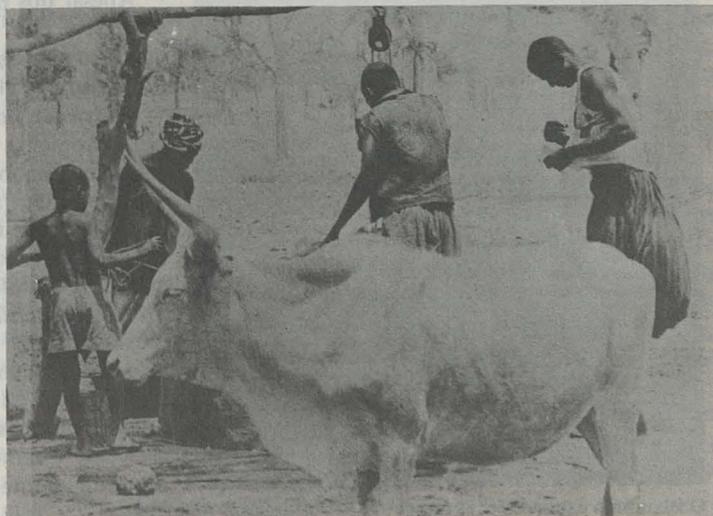
Num país onde, desde 1970, um em cada dois anos é de seca, e onde a utilização anual de madeira e de carvão, como prin-

cipais fontes de energia, custa o equivalente a uma floresta de 75 mil hectares, as adversas condições climáticas do ano de 1983 significaram para o Senegal uma verdadeira calamidade.

O deserto avança, o êxodo dos camponeses e suas famílias para as cidades — em particular para a capital Dakar — intensifica-se. Os arredores de Dakar enchem-se de favelas. A cidade cresce ao ritmo alucinante de 5,4% ao ano. Os vendedores ambulantes se multiplicam, enquanto a prostituição, a marginalidade e violência se alastram.

É este quadro social que as medidas de “austeridade e reabilitação econômica” ditadas pelo Banco Mundial e o FMI e decretadas pelo governo de Diouf vão encontrar. A receita é a tradicional: redução substancial do déficit das contas do Estado, supressão dos subsídios aos produtos de primeira necessidade com a consequente subida dos seus preços, aumento dos impostos sobre o consumo e a concessão de todos os incentivos ao desenvolvimento da iniciativa privada.

O desemprego aumentou acen-



O deserto avança dramaticamente no Senegal, tal como em todo Sahel

¹ O Partido Socialista do presidente Diouf obteve com 80% dos votos 111 dos 120 lugares da Assembléia nacional, cabendo os restantes 9 lugares à oposição (8 ao PDS e 1 ao RND).

tuadamente, sobretudo entre a juventude, onde atinge proporções alarmantes, o mercado negro cresceu muito e a maior parte da produção nacional de amendoim é contrabandeada para o exterior através da Gâmbia para fugir ao fisco e à comercialização pelas agências do Estado (ver Quadro).

A contestação e a agitação social passam um pouco à mar-

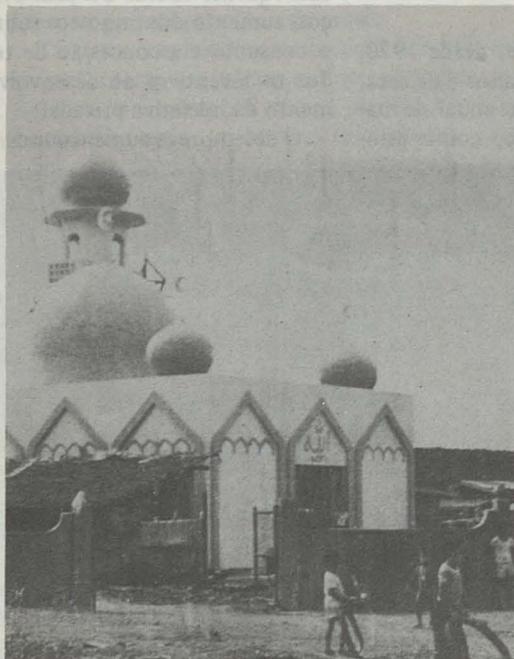
gem dos tradicionais partidos de oposição, muitas vezes atravessados por discussões e divergências internas. Por outro lado, o peso do islamismo na sociedade vai se tornando cada vez maior: as mesquitas se multiplicam e se enchem de fiéis fervorosos. A juventude está na primeira linha e tem sido particularmente influenciada pelo discurso fundamentalista propagado através de inú-

meras publicações e associações islâmicas.

No sul do país, na província de Casamansa, o separatismo que se julgava erradicado surge com enorme base popular de apoio. As frequentes manifestações são violentamente reprimidas pelo Estado, que prende a maioria dos líderes do movimento (ver Quadro).

Um Estado dentro do Estado

□ Para governar o Senegal talvez não seja necessário pertencer a alguma das poderosas irmandades islâmicas (Leopold Senghor é prova disso, pois ficou 20 anos à frente do Estado, sendo católico), mas seguramente não é possível governar o país com a sua hostilidade. A história do Senegal pós-independência demonstra que o exercício do poder tem passado pela gestão quotidiana de favores, concessões e cumplicidades entre governantes e altos chefes da comunidade islâmica.



O islamismo expande-se: as mesquitas se multiplicam

Difícilmente seria possível fugir a essa situação num país onde 85% da população seguem a religião islâmica e pertencem invariavelmente a uma das duas grandes irmandades existentes no país: os *tidjanes* ou os *mourides*. Embora os primeiros sejam muito mais numerosos (o próprio presidente Diouf é *tidjane*), os *mourides* têm maior poder económico e político. Os seus grandes chefes detêm o controle sobre a maioria da produção de amendoim — principal produto de exportação nacional —, tendo inclusive sido acusados recentemente de promover o escoamento ilegal do produto para fora do país, através da Gâmbia.

Os reflexos sociais da crise têm levado o islamismo e os seus chefes religiosos a aumentarem a sua influência junto à população pobre do país. A cidade de Touba, a 190km a leste de Dakar, é a capital do *mouridismo* e da produção de amendoim.

Apesar dos ritos professados no Senegal serem sunitas, o país que mais tem financiado os muçulmanos senegaleses tem sido o Irã de Komeini (cujo rito é chiíta).

Outro fenómeno recente, à cuja propagação a crise propiciou terreno fértil, tem sido o do integrismo. Embora os primeiros sinais de integrismo remontem à década de 50, difundido então sobretudo por intelectuais que haviam se formado nas universidades árabes, é a partir de 1979 — ano da revolução iraniana — com a criação da revista *Études Islamiques* que a onda se propaga. Defendendo com fanatismo as vantagens do Islã contra todo o tipo de “ideologias importadas” os integristas encontram na juventude a sua base mais militante. É também crescente o número de chefes religiosos que vêm aderindo ao integrismo.

(B.S.)

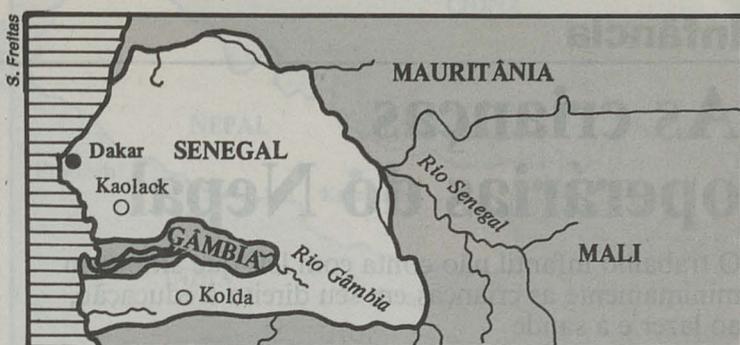
Diouf: no centro da tormenta

Provavelmente, outro líder já teria naufragado em meio a todas estas dificuldades por que passa a sociedade senegalesa. Diouf não. Desde que substituiu Senghor ele se mostrou um político experiente e com estatura de verdadeiro chefe de Estado.

Com a chegada do novo presidente ao poder a política externa do Senegal sofre uma ligeira mudança: a firme atitude anti-progressista de Senghor dá lugar ao diálogo e à busca de consenso a nível continental. Essa nova orientação leva o Senegal a regularizar relações com alguns Estados progressistas africanos (como Angola) e valem a Abdou Diouf o lugar de presidente em exercício da OUA, cargo para o qual foi eleito em julho de 1985, por unanimidade. Mencione-se ainda que a forma como Diouf vem exercendo essas funções tem prestigiado a OUA e tornado respeitada a voz da organização continental na cena internacional.

O fato de ter sido o primeiro senegalês eleito para o mais alto cargo na OUA e a forma como está se saindo lhe deram um prestígio que, dentro do Senegal, Abdou Diouf tem sabido capitalizar. Diouf sabe que esse prestígio lhe é indispensável. Sem ele, dificilmente encontrará força política para impor "os sacrifícios (que) terão de ser exigidos para amortizar a dívida antiga..." (como afirmava um recente relatório do Banco Mundial), nem para aplicar o novo modelo econômico baseado na redução drástica da intervenção do Estado na economia, na diversificação da produção agrícola, e numa Nova Política Econômica cuja execução está anunciada já para outubro.

1986 - Agosto - nº 92



A República do Senegal ocupa uma superfície de 196.192km², com uma população de 6.300 habitantes (1983). Dos diversos grupos étnicos que formam o povo senegalês, os principais são os *uolof*, além de outras subdivisões do tronco *fulani*, concentrados principalmente na costa. No interior, mais seco, vivem pastores nômades. O amendoim é o principal produto de exportação. A maioria da população é muçulmana, havendo ainda cerca de 10% de cristãos e alguns grupos que mantêm os cultos tradicionais africanos

Exemplo acabado do liberalismo tão do agrado do FMI, a Nova Política Industrial, cuja primeira fase de execução abrangerá os anos 1987-1990 é a pedra angular do novo modelo econômico. Seu objetivo: limitar ao mínimo a intervenção estatal (o Estado só está presente para facilitar a acumulação privada), criar indústrias de alta produtividade, dotadas de operários altamente qualificados e essencialmente voltadas para a exportação.

Para que se possa implantar a Nova Política Industrial o governo do Senegal necessita de "capitães de indústria", empresários dispostos a correr riscos. Deles se exige competitividade e inovação e, de preferência, que sejam de nacionalidade senegalesa. A "senegalização" também é palavra-de-ordem desde o programa de "reajuste". Para contornar esse problema, o Estado promete desde já liberalizar ainda mais o Código de Investimentos Estrangeiros.

O novo modelo liberalizador vai se chocar inevitavelmente com importantes interesses estabelecidos, especificamente com os dos altos dignatários islâmicos *mourides*, detentores da maior parte da produção de amendoim. O aproveitamento agrícola da bacia do rio Senegal, ao norte, e da rica província de Casamansa, ao sul, fará a zona do amendoim a leste de Dakar, perder importância. Por outro lado, a execução do programa se refletirá em mais inflação e mais desemprego.

De que modo irão explodir as contradições e os conflitos sociais? Não se sabe. Mas o que ninguém duvida é que a antiga metrópole colonial não pretende perder o controle da situação. Em última análise, os 1.300 militares franceses estacionados no Senegal — com base nos acordos de defesa — estão lá para isso mesmo... ●

Baptista da Silva

terceiro mundo - 75

Infância

As crianças operárias do Nepal

O trabalho infantil não conta com leis que amparem minimamente as crianças em seu direito à educação, ao lazer e à saúde



O trabalho das crianças é explorado no Nepal e a inexistência de um código que as proteja permite que elas sejam maltratadas

Gopal é um menino de 14 anos que abandonou a escola e trabalha numa fábrica têxtil. Gunward, de 13 anos, é outro "desertor" dos estudos que trabalha para sobreviver.

Estes são dois dos 30 mil menores de 16 anos que constam das estatísticas de trabalhadores infantis do vale de Katmandu, no Nepal. Muitos deles são filhos de camponeses e cerca de metade são analfabetos que nunca tiveram oportunidade de ir à escola.

O trabalho infantil faz parte da vida desta pequena nação do Himalaia, a qual tem um dos níveis de vida mais baixos do mundo. Em uma população calcula-

da em 16,5 milhões de pessoas, 45% são crianças com menos de 16 anos. Isto significa que para cada 100 adultos com idades compreendidas entre 16 e 64 anos há 78 crianças para alimentar, vestir e educar.

Como a vida é uma luta permanente contra a fome e a miséria, para a maior parte dos nepaleses o trabalho infantil é um fato normal. A sobrevivência da família depende muitas vezes do dinheiro que as crianças conseguem obter. Esta situação constitui uma flagrante violação da Carta das Liberdades Cívicas, que proíbe o trabalho a menores de 14 anos.

A falta de uma lei protegendo

os direitos das crianças que trabalham permite que elas sejam frequentemente exploradas e maltratadas. São conhecidos casos de empregadas domésticas vítimas de abusos sexuais por parte dos patrões e de crianças com menos de cinco anos que trabalham como escravos.

O trabalho infantil é explorado principalmente em hotéis e restaurantes de Katmandu, a capital, onde entre cinco e oito mil crianças são auxiliares de cozinha, lavadores de pratos e moços de recado.

Estes pequenos trabalhadores ganham entre 11 e 16 dólares por mês, variando os salários de acordo com a idade e o tipo de trabalho. Um ajudante de cozinha, por exemplo, ganha mais do que um moço de recados, mas outros trabalhos pagam apenas a casa e a comida.

As condições de trabalho são extremamente severas: algumas crianças, independentemente do seu tipo de trabalho, têm horários extenuantes, desde às cinco da manhã até meia-noite. Nos dias em que as vendas são escassas, recebem apenas duas refeições em vez de três.

Alguns patrões lhes dão um lugar para dormir em casa, mas outros obrigam-nos a dormir, no chão, nos locais de trabalho.

Segundo informam os sindicatos, o trabalho infantil aumentou muito nos últimos anos. O trabalho nas fábricas estende-se das nove da manhã às cinco da tarde e é pago por dia, numa base de 33 a 44 centavos de dólar, sem folga remunerada. Na fábrica de alimentos Balaju Industrial Estate, onde está empregado Gunward, as crianças trabalham oito a nove horas por dia e quan-

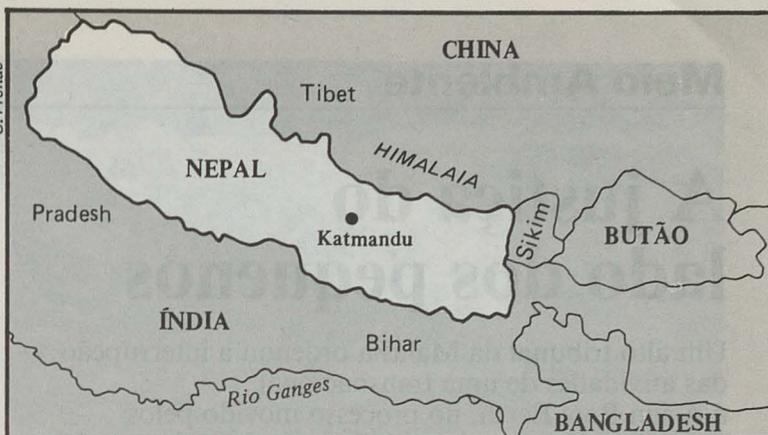
do é necessário são obrigadas a fazer horas extras sem remuneração.

Muitos camponeses, e não apenas crianças, deixam o trabalho agrícola por outras tarefas. Em Piskar, por exemplo, localidade a cerca de 200 quilômetros de Katmandu, um grande número de pessoas abandonou as suas atividades tradicionais no campo para trabalhar como assalariados na maior mina de magnésio do mundo, pertencente a uma transnacional com sede na Índia.

Dos 400 a 500 trabalhadores da mina, cerca de 100 são crianças. No entanto, e independentemente da idade, todos desempenham as mesmas funções: escavar e carregar a ganga em cestos de 20 a 25 quilos ou construir galpões e edificações. Este trabalho é remunerado com uma diária de 28 a 39 centavos de dólar.

Há também crianças que trabalham na construção civil, nas plantações de chá, vendendo cigarros e fruta nas ruas, engraxando sapatos e como criados.

Ainda que a maioria dos nepaleses não se dê conta, o trabalho infantil constitui um sério



Com 140.797km², o Nepal possui três regiões bem diferenciadas: a planície tropical de Terai, as mesetas centrais e a cordilheira do Himalaia. A diversidade de climas permite o desenvolvimento de diferentes cultivos, como o arroz, a cana-de-açúcar, tabaco, juta, cereais, etc., além da criação de gado. A população de 15 milhões 740 mil nepaleses está constituída pela soma de sucessivas migrações de grupos hindus, tibetanos e mongóis.

problema social. No entanto, ilegalizá-lo estimularia o uso clandestino da força de trabalho infantil, e as crianças perderiam assim, os seus poucos benefícios.

Como o trabalho infantil já faz parte da sociedade nepalesa, devido à situação econômica do país, seria preferível assegurar um estatuto legal para as crianças trabalhadoras e reconhecê-las de fato como membros da

população economicamente ativa.

A legislação trabalhista deveria proteger os direitos destes jovens, não permitindo que eles realizassem trabalhos pesados e assegurando-lhes o salário mínimo, um horário máximo, além de benefícios sociais elementares e uma indenização justa por acidentes de trabalho. Além disso, essas crianças deveriam receber uma educação básica, formação profissional, estatuto profissional, cuidados médicos e acesso ao lazer.

Seja o que for, algo deve ser feito para tirar estas crianças da atual situação. ●

Panudda Boonpala*
Third World Network Features

* O autor formou-se em 1983 na Universidade Thammasat, de Bangcoc, tendo sido secretário-geral da Associação de Estudantes Residentes em Hong-Kong, de 1983 a 1985. Atualmente, é coordenador do Grupo de Apoio às Crianças Trabalhadoras da Ásia, um pequeno programa regional que se ocupa do trabalho infantil.



"Algo deve ser feito para tirar as crianças de sua situação atual"

A justiça do lado dos pequenos

Um alto tribunal da Malásia ordenou a interrupção das atividades de uma transnacional, a Asian Rare Earth, no processo movido pelos moradores da pequena cidade onde a fábrica produz resíduos radioativos

A pequena cidade de Bukit Merah, no norte da Malásia, acaba de impedir que uma transnacional continue a produzir uma substância radioativa que, segundo as denúncias da população, está pondo em risco a saúde de seus 15 mil habitantes. A população conseguiu um mandado judicial ordenando a suspensão das operações da Asian Rare Earth Company, até que a mes-

ma tome as necessárias medidas de segurança para evitar a contaminação radioativa do ambiente a partir de seus resíduos.

A decisão da justiça foi tomada após três anos de uma controvérsia, que atingiu nível nacional, sobre os perigos dos resíduos radioativos. Afirmando que a radiação proveniente de resíduos amontoados sem um mínimo de cuidado na fábrica



Manifestação contra o perigo provocado pelos resíduos radioativos

estava pondo em risco sua saúde, oito moradores de Bukit Merah iniciaram um processo contra a fábrica, cujo capital pertence, em parte, ao conglomerado japonês Mitsubishi Chemical Industries.

“Não queremos que aconteça aqui um acidente como o de Bhopal”, disse na justiça o advogado dos moradores, G. S. Nijhar. “A fábrica deve observar aqui os mesmos padrões de segurança que adota em países desenvolvidos”. Segundo os habitantes da cidade, a fábrica não obedece às normas internacionais aprovadas para o armazenamento e eliminação de resíduos radioativos.

Além de conceder um mandado temporário contra a fábrica, o juiz do Tribunal Superior, Anuar bin Datuk Zainal Abidin, ordenou que a transnacional tome providências imediatas para remover e eliminar adequadamente todos os resíduos radioativos. Salientando que o que estava em jogo não eram “dólares nem centavos, mas a vida da população”, o juiz Anuar disse que, embora ainda não houvesse sinais evidentes de radiação, o perigo já existia, uma vez que um dos oito queixosos morrera recentemente de câncer.

Estivesse essa morte relacionada ou não com o caso, o juiz disse no tribunal que “seríamos cegos se ignorássemos os efeitos da radiação, que se manifestariam durante muitos anos no futuro”.

Ao deixar o tribunal após anunciar sua decisão, o juiz foi entusiasticamente aplaudido por uma multidão de três mil pessoas, que tinham aguardado o resultado do julgamento durante

cinco horas em frente ao edifício. Mulheres com crianças de colo e senhoras idosas compunham grande parte dessa multidão.

A multidão incluía não só moradores de Bukit Merah, mas também de duas cidades das vizinhanças — Lahat e Papan — que também tinham motivo para alegrar-se. A fábrica tinha proposto anteriormente lançar seus resíduos radioativos próximo a estas duas cidades.

A fábrica da Asian Rare Earth produz ítrio — elemento usado em vários ramos industriais — a partir de monazita, substância encontrada em escória de estanho. No processo, o hidróxido de tório radioativo é liberado como resíduo. Esta última substância pode apresentar perigo de radioatividade durante 10 bilhões de anos. Apesar disso, o governo da Malásia decidiu armazená-la como possível combustível nuclear para uso futuro do órgão de pesquisas nucleares do país, o Centro de Pesquisas Atômicas de Tun Ismail (Puspati).

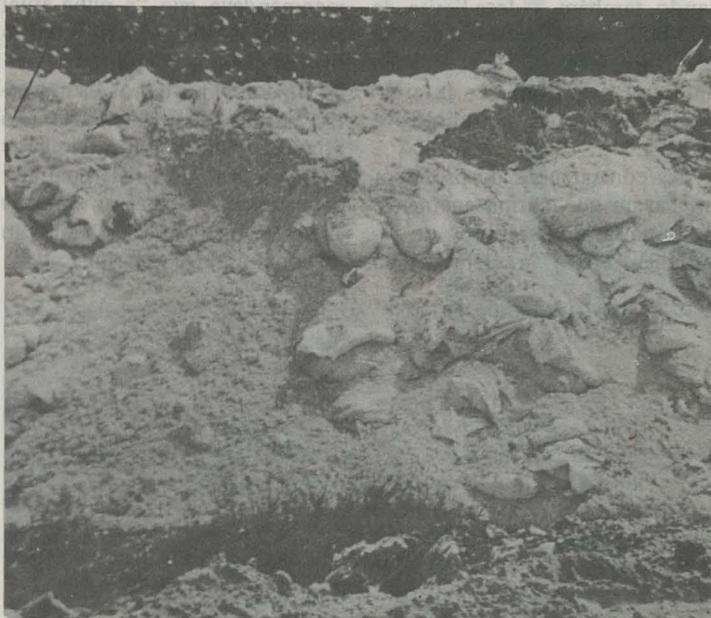
Esconder os resíduos

Em 1982, as autoridades tinham inicialmente proposto armazenar os resíduos em Parit, pequena cidade do estado de Perak, no norte da Malásia. Contudo, em virtude de protestos dos moradores de Parit, o plano foi abandonado.

Em abril de 1984, outro local foi escolhido — um terreno baldio localizado a cerca de um quilômetro de Papan, outra cidade próxima. Mais uma vez, os fortes protestos e manifestações dos residentes forçaram as autoridades a abandonar o plano.

Era necessário encontrar outro local onde despejar os resíduos que, até então, ficariam no

Third World Network



Sacos de plástico com material radioativo eram simplesmente abandonados

terreno da fábrica, em Bukit Merah. A preocupação dos moradores decorria do fato de que a fábrica não estava armazenando os resíduos como mandam os padrões internacionais de segurança. Ao invés disso, diziam eles, os resíduos eram acondicionados sem nenhum cuidado em tonéis e sacos de plástico e jogados no terreno da fábrica e em áreas adjacentes. Fotografias tiradas pelos moradores mostravam que os tonéis não eram devidamente cobertos e os sacos de plástico pareciam ter sido simplesmente amontoados uns sobre os outros. Segundo os vizinhos, a fábrica tentara esconder os resíduos, cobrindo-os parcialmente com areia.

Além disso, segundo eles, a fábrica tinha lançado enormes quantidades de resíduos num lago próximo de onde sai um dos rios das vizinhanças; a relva em torno do lago tinha secado, enquanto que a água assumira uma coloração avermelhada.

A fábrica alegou que sempre havia obedecido aos padrões internacionais de segurança e que os seus operários não tinham sido afetados pela radiação, que se situava abaixo dos níveis perigosos.

Níveis elevados de radiação

A fim de provar que tinham motivos para preocupação, os moradores citaram as observações do professor Sadao Ichikawa, especialista de renome mundial sobre os efeitos da radiação de baixo nível. O professor Ichikawa tinha visitado Bukit Merah em dezembro de 1984, ocasião em que fizera medições dos níveis de radiação nas proximidades do local de armazenamento da fábrica da Asian Rare Earth. Em seu relatório, Ichikawa revelou que os níveis de radiação no local e em suas vizinhanças eram muito mais elevados que a média natural de radiação no mundo, que é de 100.000 rem/ano, ultrapassando

sando também a dose-limite de 500.000 rem/ano estabelecida como tolerável para a população em geral pela Comissão Internacional de Proteção Radiológica (ICRP).

As constatações do professor indicavam que o armazenamento temporário dos resíduos de tório, bem como as operações da

recomendava que “a pilha atual de resíduos de hidróxido de tório fosse eliminada *imediatamente*, uma vez que os tonéis não estão devidamente fechados, não estão protegidos contra chuvas e enchentes, e não existe qualquer cobertura protetora ou zona de exclusão que impeça a radiação de contaminar o exterior”.



Depósitos da Asian Rare Earth Company: segurança precária

fábrica, apresentavam perigo para as pessoas que morassem ou trabalhassem no local de despejo ou na própria fábrica. A situação poderia também ser perigosa a longo prazo para residentes em conjuntos habitacionais próximos.

Os moradores afirmaram ainda perante o tribunal terem conhecimento de um relatório de três especialistas da Agência Internacional de Energia Atômica (Iaea), que visitaram e inspecionaram a fábrica e o local de despejo de resíduos proposto na ocasião, em Papan. O relatório

Medidas de segurança

Ao mesmo tempo em que o tribunal ordenou que a transnacional parasse de produzir e eliminasse seus resíduos radioativos, exigiu que a mesma obedecesse às doze medidas de segurança estipuladas pela Iaea. Entre estas, incluem-se:

– construir um edifício temporário, fechado, acima do solo, para armazenamento dos resíduos de hidróxido de tório;

– estabelecer e manter uma zona de exclusão de 10 metros, de acesso controlado, em torno

desse edifício temporário de armazenamento;

– equipar o edifício temporário de armazenamento com um sistema de ventilação a fim de remover o hidróxido de tório do edifício antes da entrada dos operários;

– cobrir e proteger contra a possível ação de águas de chuva ou de enchentes os recipientes já cheios que estejam aguardando transporte para a instalação de armazenamento;

– estabelecer procedimentos severos de limpeza a fim de manter ao nível mais baixo possível a exposição de operários e do público à radiação.

O tribunal exigiu também que a fábrica empregue um especialista em radiação para colocar em vigor melhores métodos de proteção contra a radiação e fiscalizar as operações da mesma.

Ao dar o seu parecer, o juiz Anuar observou: “O dinheiro que (a companhia) venha a perder pode ser recuperado, mas não a vida de seres humanos. Não existe cura para os efeitos da radiação. Não há dinheiro que compre remédios para curá-la”.

Os que se dedicam, na Malásia, à proteção do ambiente aclamaram com entusiasmo a decisão judicial. A organização “Amigos da Terra”, que vem há anos ajudando os moradores a debater a questão, recebeu satisfeita a constatação de que a justiça reconhece os perigos que representa a armazenagem de resíduos radioativos. “Quando um tribunal reconhece que a saúde das pessoas é mais importante que os interesses menores da indústria, isto representa uma grande vitória”, afirmou o presidente da organização, Mohamed Idris. ●

Yap Bing Nyi/

Third World Network Features

Venezuela: "Nueva Sociedad" promove certame sobre ecologia

A revista *Nueva Sociedad*, de Caracas, promove, até 30 de setembro próximo, o "Segundo Certame Latino-Americano de Ensaio Político", cujo tema versa sobre "Lo Político y lo Social de lo Ecológico", dele podendo participar latino-americanos e caribenhos, bem como representantes de outras nacionalidades que tenham vivido na América Latina ou que tenham trabalhado sobre a problemática da região. Os trabalhos serão julgados no dia 30 de novembro e devem ser remetidos ao seguinte endereço postal: Nueva Sociedad, Apartado Postal 61.712 - Chacao, Caracas 1060-A, Venezuela.

Os trabalhos devem ser inéditos e apresentados em espanhol, com uma extensão mínima de 12 laudas (datilografadas em espaço duplo em papel carta) e máxima de 20 laudas. Serão assinados com pseudônimos e enviados com três cópias num envelope em cuja parte externa estará indicado o pseudônimo do autor. Dentro do envelope, devem estar o título do trabalho, os dados pessoais do autor e seu endereço.

Nenhum participante poderá enviar mais de um trabalho, nem poderá concorrer com trabalho já premiado nacional ou internacionalmente. A "Nueva Sociedad" se compromete a publicar e divulgar os oito melhores trabalhos e premiar cada um com 150

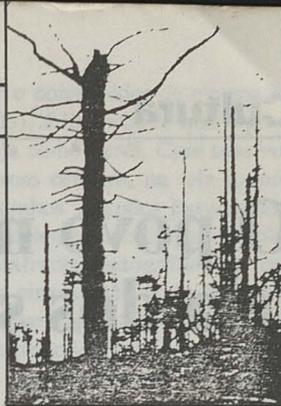
dólares. A revista tem o direito de publicar os trabalhos enviados e eles não serão devolvidos aos seus autores. O júri será integrado por personalidades da política, letras, ciências e do jornalismo latino-americano.

Dentro da temática global, "Lo Político y lo Social de lo Ecológico", os participantes poderão abordar aspectos específicos por países ou regiões, experiências de casos particulares, como também tópicos gerais sobre ecologia, ecodesenvolvimento e tudo que se refere à "relação do homem e da sociedade com o meio ambiente" no sentido mais amplo, em forma de estudos ou de análise teórica.

Os trabalhos podem abordar, por exemplo, aspectos como: ecodesenvolvimento, a ecologia como ideologia, efeitos da industrialização e das políticas sobre o equilíbrio ecológico, os efeitos ecológicos da transferência de tecnologia; responsabilidade dos partidos políticos, organizações sindicais, movimentos de base ou associações similares frente ao desafio ecológico; participação dos cidadãos na questão do ambiente; modelo de desenvolvimento, saúde, educação e saneamento ambiental; conservação do meio ambiente; recursos naturais não-renováveis; problemas das grandes cidades (água, atmosfera, coleta de lixo, contaminação ambiental, poluição, etc.).

América Latina: encontro para a preservação das reservas naturais

Especialistas de 17 países latino-americanos elaboraram na



Venezuela um plano para acelerar o trabalho de criação de sistemas nacionais capazes de conservar as reservas naturais, em um encontro considerado de grande importância para o futuro do meio ambiente no continente.

A reunião foi patrocinada pela FAO e o Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma) e, segundo o representante do primeiro organismo para a região, Kyran Thelen, "a preocupação foi ajudar cada país a escolher seu sistema de áreas naturais".

"Numa época — disse ele — em que o desenvolvimento ameaça o meio ambiente, a política dos países destinada a preservar ecossistemas naturais é vital".

Para a presidente do Instituto Nacional de Parques da Venezuela, Delfina Vásquez, é preciso que todo o trabalho seja acompanhado por um esquema de educação do povo, "porque sem a participação do homem, o principal beneficiário de toda essa ação, a execução de qualquer plano não será possível".

Os especialistas estiveram reunidos no sopé da montanha El Avila, que domina a capital venezuelana e representa uma das áreas naturais do país, considerada como "o pulmão de Caracas".

O povo na tela dos sonhos

No país que mais produz e consome cinema, um realizador independente enfoca sua câmara para as feridas sociais e organiza um festival do Terceiro Mundo

A ordem policial era clara. Se pretendiam voltar a ocupar os terrenos onde a prefeitura acabava de demolir suas casas, os ocupantes ilegais deviam ser presos.

Mas, o que os policiais não esperavam quando detiveram uma centena de manifestantes em 11 de abril passado, no que havia sido o bairro de Sanjay Gandhi de Bombaim, era encontrar a famosa atriz de cinema Shabana Azmi na

manifestação. “Nos trataram muito bem e nos deram chá”, comentou à imprensa local ao sair em liberdade Phooljahn Begum, proprietário de um dos 300 casebres demolidos em Sanjay Gandhi Nagar, pouco acostumado a tais cortesias pelos encarregados da lei e da ordem.

Por seu lado, Shabana Azmi se mostrou entusiasmada por sua primeira participação em um protesto público: “No início,

pensei que estavam me transformando em heróina sem haver feito nada. Mas o fervor e o calor das pessoas, especialmente as mulheres, me dão um grande sentido de responsabilidade”.

O que a levou a se solidarizar com os habitantes das favelas? “Fui porque o filme *Bombay, our city* de Anand Patwardhan me comoveu”, respondeu.

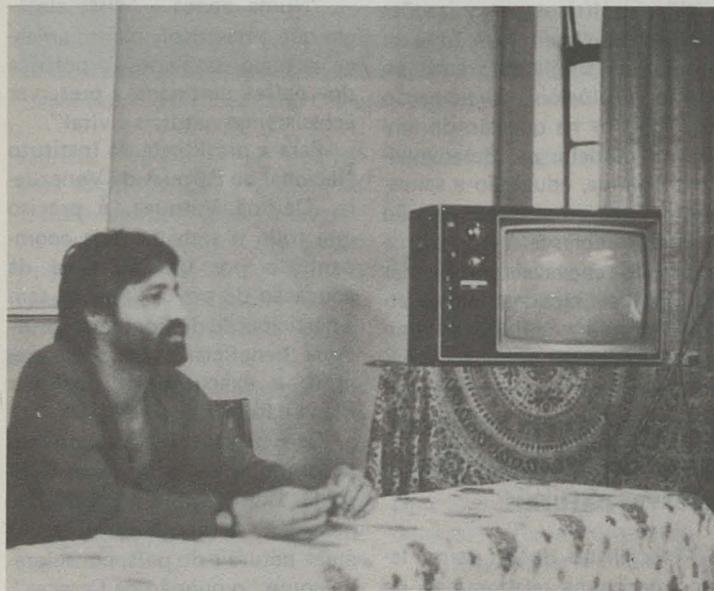
A realidade vista através do cinema

Patwardhan não acredita que seu cinema produza mudanças sociais: “Um filme não vai mudar a sociedade”, nos comenta em Bombaim. “Mas o importante é sensibilizar o espectador. A audiência de classe média se pergunta: o que é que podemos fazer? É o primeiro passo”.

Bombaim, cidade cosmopolita, industrial, portuária e intelectual, qualificada por seus habitantes como “a única cidade de verdade da Índia”, tem uma população de oito milhões de habitantes. A metade deles vive em *slums* (favelas) e quase meio milhão está ocupando áreas com a possibilidade de serem demolidas.

As demolições com *bulldozers* começaram em 1981. Os grupos de direitos civis, *People's Union for Civil Liberties* e *Lawyers Collective*, levaram o caso à Suprema Corte. Conseguiu-se uma vitória provisória, mas as demolições prosseguiram sob o argumento de que as invasões eram posteriores ao veredito, o qual só protege as existentes até então. O dia da invasão é difícil de provar, já que não se aceitam como documento as cartas de familiares, etc.

O filme *Bombay, our city* começa justamente mostrando uma



Roberto Remo

Anand Patwardhan: “O importante é sensibilizar o espectador”



A atriz Shabana Azmi (à direita) em uma manifestação contra a demolição de favelas em Bombaim



cerca de arame que separa os "invasores" do terreno onde estavam as suas casas. Hindus e muçulmanos estão juntos do outro

lado e com suas próprias palavras contam os seus problemas e suas lutas. A vida é dura: as escolas não aceitam as crianças porque estas não têm casa. Um operário ganha sete rúpias diárias no setor de construção. Um balde de água custa uma rúpia...

O documentário entrevista os operários encarregados de demolir os barracos. Eles também mo-

ram em bairros como aqueles que estão pondo abaixo. Mas de alguma coisa eles têm que viver...

No entanto, nem tudo é negro. Um artesão explica o seu trabalho e as vantagens de viver entre gente humilde: "Confio em meus vizinhos. Ninguém toca nas minhas ferramentas".

"Em uma sociedade cinematográfica (a Índia é o principal pro-

dutor e consumidor de cinema no mundo), é importante que o povo se veja como herói. Com suas vozes, sem censura, na tela grande dos sonhos", explica Patwardhan. E complementa com sua militância extracinematógráica o que o seu cinema não pode fazer por si só: participa ativamente no trabalho de solidariedade e organização dos intelectuais e artistas, para contribuírem com a resistência espontânea, pouco organizada, dos "demolidos".

A decisão final da justiça acabava de sair quando nos encontramos, no início de maio, durante uma exibição de *Bombay, our city* para jornalistas estrangeiros: agora as demolições são legais.

Intelectuais e artistas continuam se incorporando à luta pela reocupação das áreas demolidas. "Quando há resistência, o governo cede", comentam.

O filme custou 300 mil rúpias. Foi financiado por amigos, com a apresentação de *premières* de outros filmes, etc. A distribuição ocorre nos circuitos alternativos. Não tem exibição comercial nem na televisão.

Na Índia o sistema é suficientemente aberto no sentido de não censurar filmes deste tipo, mas não tanto para abrir-lhe as portas ao grande público.

Planos futuros? Superar esta situação, criando um sistema de distribuição e exibição móvel, que permita levar os filmes a todo o país.

Novos projetos? "Temas não faltam: os direitos da terra, o problema da mulher... No momento, estamos empenhados em organizar *Third Eye* (O Terceiro Olho), um festival de cinema do Terceiro Mundo, na cidade de Bangalore, no próximo ano".

Roberto Remo Bissio

terceiro mundo - 83

Notas de Cultura

Campuchea: restauração do templo de Angkor Vat

Construído em meados do século 12, o templo hinduista de Angkor Vat, no Campuchea, será restaurado, estando o início dos trabalhos previsto para ainda este ano, segundo revelou o primeiro-ministro Hun Sen. A recuperação do que é considerado uma das maravilhas arquitetônicas do mundo levará cerca de sete anos e poderá abranger todo o sítio histórico do templo, que se estende por uma área de 100 quilômetros quadrados.

O projeto nesse sentido está garantido por um acordo de cooperação com a Índia, cujo governo assegurou às autoridades de Phnom Penh a sua disponibilidade em cobrir todos os encargos necessários da obra.

Situado perto da cidade de Siem Reap, ao nordeste do Campuchea, Angkor Vat foi construído pelo rei Sūryavarman 2º e dedicado a Vishnu, divindade da trindade hindu (Vishnu, Brahma e Siva). Representou, durante séculos, o centro político e religioso da dinastia Khmer, fundada em 889 pelo rei Yaçovarman.

Destruído e saqueado em 1177, o templo foi reconstruído e conheceu uma época de grande esplendor, até o seu abandono completo por volta do ano de 1430, quando as invasões siamesas levaram o rei Chan Ponhéa-Yat a retirar-se para a planície do Mekong e estabelecer a capital em Phnom Penh.

Angkor Vat foi descoberto no século 16 por missionários portugueses estabelecidos no sub-

continente indiano, que divulgaram para o Ocidente as inscrições em sânscrito e khmer gravadas nas suas paredes. Voltou a ser visitado durante as expedições coloniais francesas no fim do século passado. Em 1907, foi criada a Sociedade de Angkor, formada por arqueólogos e orientistas de várias nacionalidades, com a finalidade de preservar o monumento.

A declaração de "patrimônio da humanidade" pela Unesco na década de 60 não preservou totalmente Angkor Vat dos chamados "bombardeios secretos" do Cambodja pelos Estados Unidos durante a guerra do Vietnã. Na época do regime "Khmer vermelho" de Pol Pot, o santuário sofreu novas depredações, a que se juntaram séculos de ação destruidora da natureza. Símbolo da nação khmer, as suas famosas cinco torres são o emblema da bandeira da República Popular do Campuchea.

Unesco: quinze anos para eliminar o analfabetismo

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) colocou como meta a eliminação do analfabetismo antes do ano 2000. O orçamento ordinário para o biênio 1986-87, reservado para o ambicioso programa "Educação para todos", é calculado em 33 milhões e 817 mil dólares, uma cifra não muito alta levando em conta todos os aspectos que o projeto engloba.

"Educação para todos" tem



como eixo principal a difusão e intercâmbio de informações sobre o ensino primário e a alfabetização dos jovens e dos adultos. Dá ênfase à educação na América Latina e no Caribe e ao programa regional de eliminação do analfabetismo na África.

África do Sul: vida de Steve Biko é tema de filme

A vida de Steve Biko, militante anti-racista da África do Sul, que morreu em agosto de 1977, aos 31 anos de idade, vítima das torturas inflingidas pela polícia de Pretória, será filmada, no Zimbábue, pelo cineasta inglês Richard Attenborough.

Biko integrou-se muito cedo à luta contra o *apartheid* e foi um dos fundadores da "Consciência Negra", influente movimento anti-racista na década de 70. É considerado um dos mentores da revolta de Soweto, cujo décimo aniversário foi comemorado este ano e que marcou uma mudança decisiva na luta contra o racismo do regime sul-africano.

Attenborough, que realizou o filme "Gandhi", escolherá um desconhecido para representar o papel principal.

Honduras: grupos étnicos lutam por seus direitos

Pela primeira vez desde o tempo da colonização espanhola, os diferentes grupos étnicos de Honduras se organizaram para reivindicar seus direitos. Em uma série de atos públicos esses grupos decidiram unificar os seus esforços no sentido de procurar soluções aos problemas que enfrentam desde o tempo de seus ancestrais. Entre as principais propostas encaminhadas ao governo, figuram a legalização das terras e uma maior atenção às necessidades básicas nos campos da saúde, educação, habitação, assistência técnica e apoio creditício.

O processo de mobilização dos grupos étnicos teve um ponto alto em dezembro passado com a realização na capital, Tegucigalpa, do Primeiro Encontro Nacional de Grupos Étnicos de Honduras, convocado pelo Comitê pelo Desenvolvimento Integral de Mosquitia (Coprodeim), a Organização Fraternal Negra Hondurenha (Ofraneh), e a Mosquitia Asla Takanka (Masta), com o objetivo principal de contribuir para o conhecimento da problemática étnica hondurenha e "reafirmar a própria identidade e propiciar um permanente diálogo entre as duas etnias".

Antes desse encontro nacional, já havia sido realizado, em outubro, o Primeiro Congresso Masta, a mais antiga organização indígena do país e que reúne misquitos, garffonas, payas e sumos. Depois, foi organizado o

Primeiro Congresso Indígena Paya, em Pueblo Nuevo Subirana, para unificar o povo paya disperso em nove tribos e criar a Federação das Tribos Payas.

No entanto, além dos problemas seculares, outros agora se somam em Mosquitia, na região fronteiriça com a Nicarágua, por causa da chegada, a partir de 1981, de refugiados misquitos e sumos daquele país. A presença na área de mercenários anti-sandinistas e das forças regulares do exército hondurenho gerou um conflito em potencial com características de problema político-militar. Segundo denúncias locais mercenários nicaraguenses armados cometem uma série de desmandos com abso-



luta impunidade no Departamento de Gracias a Dios, no qual está localizada a Mosquitia. Os aparelhos de segurança hondurenhos impõem um regime de terror e correm informações sobre a existência de cemitérios clandestinos na região.

A população de misquitos hondurenhos é de 33 mil pessoas aproximadamente, espalhadas numa extensa região de selvas, savanas, pântanos e rios caudalo-

sos. Sem comunicação com o resto do país, sofrem inundações anuais e carecem de serviços de saúde e de educação, além de contarem com poucas oportunidades de trabalho. A presença dos misquitos nicaraguenses refugiados levou à região muitos organismos internacionais, para assisti-los. Mas essa assistência tem privilegiado os refugiados em relação aos misquitos hondurenhos.

Moçambique: línguas nacionais na universidade

A Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, iniciou, este ano, um curso experimental da língua *tsonga*, promovido pela Faculdade de Letras Modernas. O *tsonga* é, depois do *macua* (falado por mais de 40% da população), a língua nacional mais falada (12%).

Segundo o professor Mateus Katupha, responsável pelo Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas e chefe do Departamento de Línguas Modernas, a licenciatura em Linguística passará a abranger obrigatoriamente as línguas bantu de Moçambique, com especial atenção às quatro principais: *macua*, *tsonga*, *shona* e *nyanja-sena*, faladas no norte, sul e centro do país, respectivamente.

O professor Mateus Katupha revelou, ainda, que uma das principais metas do curso é o estabelecimento de um alfabeto das línguas moçambicanas, para evitar que a mesma língua seja escrita de duas ou três maneiras, como ocorre atualmente.

Os outros militares

Ex-governantes e dirigentes militares, que sofreram a perseguição das ditaduras latino-americanas tanto quanto os civis, formulam uma proposta alternativa para as forças armadas do continente





A chamada “questão militar” é, atualmente, tema de debate em todos os foros políticos da América Latina. Há uma unanimidade de que ela representa um dos problemas mais urgentes a serem resolvidos pelas democracias emergentes que acabam de sair de experiências trágicas.

O divórcio entre o povo e as forças armadas cria um estado de tensão permanente, diante da simples possibilidade de um retorno ao passado, além de retardar o trabalho de reconstrução dos países após longos períodos de ditadura. A saída passa pela reinserção das forças armadas na sociedade e por sua integração aos esforços de reconstrução efetuados pelos demais setores da população.

Com base nesses princípios, oficiais reformados que participaram de governos em seus respectivos países — muitos dos quais compulsoriamente afastados por seus ex-companheiros de armas — fundaram, recentemente, em Buenos Aires, a Organização de Militares pela Democracia, Integração e Libertação da América Latina e Caribe (Omidelac).

A iniciativa constitui um fato novo no panorama político latino-americano. Pela primeira vez, “aqueles que optaram pela carreira militar”, segundo definição de um dos membros da Omidelac, se organizam organicamente para levar adiante suas propostas sobre o papel que as forças armadas devem desempenhar na atual conjuntura histórica.

A capital argentina foi sede do Foro Latino-Americano de Defesa, promovido pela Unidade Argentina e Latino-Americana (Uala), entidade que congrega os militares afastados durante o período ditatorial, iniciado em 1976, com a adesão do Centro Argentino de Militares pela Democracia (Cemide). Durante o conclave, em Buenos Aires, ficou decidida a criação da Omidelac, com a aprovação de seus estatutos e declaração de princípios. Foram eleitos seu presidente, o general Edgardo Mercado Jarrín, ex-primeiro-ministro do governo de Velasco Alvarado, e o secretário executivo, cargo que coube ao capitão reformado da aeronáutica uruguaia, Gerónimo Cardoso. Os mandatos são de dois anos.

Participaram do encontro outros membros do gabinete do ex-presidente peruano, os generais Jorge Fernández Maldonado e Miguel Angel de la Flor Valle; o ex-comandante do exército boliviano, general Humberto Cayoja; o capitão dos carabineiros do Chile, José Muñoz Salas (que viajou especialmente de Santiago); o ex-ministro de governo e atual deputado equatoriano, general Richelieu Levoyer; o general uruguaio Víctor Licandro (dirigente da coalizão de esquerda, Frente Ampla); o general colombiano José Matallana (que participou das negociações de trégua com as guerrilhas em seu país), e o general da Venezuela, Elio García Barrios. O coronel de El Salvador, Adolfo Majano, ex-integrante da junta de governo (1979/80), e que atualmente mora no Canadá, participou na condição de observador. O coronel brasileiro Alfredo Ribeiro Daudt representou a Associação dos Militares Cassados do Rio

Uma visão geral da assembleia da Omidelac: um fato novo no panorama político latino-americano



Grande do Sul.

O processo de criação da Omidelac havia sido iniciado, em Buenos Aires, há um ano e meio, por ocasião do Primeiro Foro Latino-Americano de Defesa. Os primeiros passos começaram a ser dados no final de setembro de 1984, quando o governo do presidente Raúl Alfonsín não completara ainda seu pri-

meiro ano e o Uruguai vivia um clima de campanha eleitoral, depois de 12 anos de silêncio e repressão. Daquele foro, participaram vários militares que agora figuram na lista de fundadores da Omidelac, entidade que defende a democracia como "o caminho para assegurar a liberdade, a justiça e o progresso social" em seus países. ●

“Obediência à Constituição”

A Assembléia dos delegados da Omidelac emitiu uma declaração que aborda vários problemas atuais:

“Consideramos um dever conclamar nossos companheiros de armas, para que se reafirme em cada país o princípio de obediência à vontade democrática de nossos povos, expressa em suas constituições; o respeito aos direitos humanos e que as forças armadas se mantenham dentro de suas atribuições, alheias às funções próprias de outros organismos, as quais, quando executadas por elas, desvirtuam a missão principal que inspirou sua criação. Além disso, envolvem as forças armadas em ações repressivas contra manifestações de insatisfação ou reprovação populares que as distanciam cada vez mais de seus povos”.

A dívida, o Tiar, Contadora

A dívida externa e os problemas financeiros e comerciais externos “colocam em perigo a estabele-

Manifestação pelas Malvinas: a guerra mostrou que o Tiar “não tem vigência moral e prática”



dade democrática dos países, afetam a cooperação e a integração latino-americana e se converteram num novo tipo de ameaça a seus interesses quanto à segurança e defesa nacional”, assinala o documento, na parte referente ao aspecto econômico. Para os membros da Omidelac, “é impossível pagar a dívida e, ao mesmo tempo, aspirar ao desenvolvimento dos países latino-americanos e do Caribe”.

Por essas razões, consideram indispensável o apoio aos países que “são alvo de represálias por causa do tratamento soberano que dão às negociações de suas dívidas”, numa clara alusão ao caso peruano e à pressão exercida por Reagan – a qual classificam de “poder imperial” – sobre o presidente Alan García no sentido de obrigá-lo a modificar sua política frente aos bancos credores. O documento ressalta a importância do desenvolvimento de esforços redobrados para agir de maneira conjunta quanto ao problema da dívida, fortalecendo, assim, a capacidade de negociação dos países latino-americanos.

Em relação à questão da segurança regional, a Omidelac recomenda aos governos denunciar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), que “não tem vigência moral e prática para os países americanos”. Cita os casos em que os Estados Unidos não acataram as decisões da maioria dos países latino-americanos (as invasões da Guatemala, República Dominicana e Granada e o “ataque inglês contra a Argentina pelas ilhas Malvinas”).

O apoio às gestões de paz do Grupo de Contadora é outro ponto levantado. Os militares declaram a necessidade urgente de se promover uma negociação que conduza ao fim dos conflitos na América Central, “isolando o problema da confrontação Leste-Oeste, que representa o interesse das grandes potências”. Para a Omidelac, a ajuda do governo norte-americano aos “contras” nicaraguenses apenas servirá para “aumentar a militarização do conflito”. A entidade exortou as partes envolvidas a reconhecerem “os passos dados pela Nicarágua para alcançar a paz negociada”, e a dar sua aprovação final à Ata de Paz de Contadora. ●

Quem são os fundadores?

Durante a reunião de Buenos Aires, cadernos do terceiro mundo teve oportunidade de dialogar com os fundadores da Omidelac e conhecer mais a fundo o papel que desempenharam em seus respectivos países em experiências diversas, mas com a característica comum de ter compreendido — às vezes depois de participar da repressão e fazer parte de governos de fato — que o primeiro dever de um militar é a lealdade à Constituição e a defesa da democracia como expressão máxima da vontade popular.



“Servir ao interesse nacional”

O presidente da Omidelac defende uma concepção de segurança nacional que favoreça o desenvolvimento

A Omidelac resolveu, por unanimidade, escolher como presidente o general Edgardo Mercado Jarrín, que durante o governo de Velasco Alvarado, no Peru, foi secretário da Guerra, ministro das Relações Exteriores e primeiro-ministro. O amplo apoio à sua candidatura e a satisfação com que o resultado da votação foi recebido confirmaram o respeito de que gozam aqueles que conduziram a experiência revolucionária das forças armadas peruanas.

Eis as declarações exclusivas do general Mercado Jarrín:

Por que esse apelo da Omidelac a um trabalho conjunto a nível das forças armadas do continente?

— O governo norte-americano considera que as relações bilaterais lhe permitem uma maior flexibilidade para tratar seus problemas. Isso contribui para manter a divisão entre os países latino-americanos. Para romper essa barreira, a nível popular, sindical, parlamentar e também entre os militares, devemos coordenar nossas ações. As forças armadas do continente jamais tiveram a oportunidade de se unir, de

trabalhar em conjunto.

Devemos rever a “famosa” Doutrina de Segurança Nacional, que se baseou, fundamentalmente, num determinado conceito geopolítico: o confronto Leste-Oeste, deixando de lado os interesses reais de nossos povos. É preciso que as forças armadas estejam a serviço das necessidades básicas de nossa gente. Ou seja, estabelecer um conceito de que a segurança nacional favoreça o desenvolvimento, a partir da justiça social e da independência.



General Mercado Jarrín: respeito à vontade popular

Seria apenas um setor minoritário das forças armadas que defende, no momento, essa posição alternativa? Em que medida esse setor poderia influir para que a instituição adotasse um novo caminho?

— Dentro das forças armadas existem aqueles que querem dizer muitas coisas que nós falamos. Porém,

por fazerem parte de uma instituição que não tem poder deliberativo e é hierarquizada, não podem fazê-lo. De certa forma, somos os porta-vozes de todos que não podem e, em todo caso, não devem opinar sobre muitos problemas que os preocupam. O nosso trabalho é pedagógico. Não temos a pretensão que ele avance tão rapidamente quanto seria de nosso gosto. O importante é que o tempo histórico vivido agora pela América Latina exige que o façamos o mais rápido possível.

Quais são, na sua opinião, os deveres fundamentais das forças armadas?

— Não serem apenas um elemento importante para a defesa da integridade nacional, mas também colaborar no cumprimento dos objetivos nacionais, que condensam as aspirações populares. O poder político é responsabilidade dos governos emanados da vontade dos povos e as forças armadas são subordinadas ao Executivo.

Omidelac: uma resposta à doutrina dominante

A declaração de princípios aprovada em Buenos Aires estabelece que os membros da Omidelac (“latino-americanos que optaram pela profissão militar como forma de servir a nossos povos, inspirados nos próceres da Primeira Independência”) têm, como meta principal, “prosseguir na luta, não concluída, de libertação de todas as formas de dependência externa e de dominação interna”.

O documento classifica de “injusta a divisão internacional do trabalho”, que condenou a América Latina ao papel de simples produtora de matérias-primas, o que aprofundou “a dependência aos imperialismos, dos quais o que mais a atinge, atualmente, é o dos Estados Unidos”. Denuncia, também, que essa dependência chega ao campo militar e que “o sistema interamericano e as relações militares criadas por ele foram elaborados para servir aos interesses hegemônicos dos centros de poder mun-

dial e seus aliados”.

A Omidelac afirma que, por esse caminho, foram deformados “o significado das palavras pátria, soberania, desenvolvimento e segurança”, desvirtuando, além disso, “a missão autêntica das forças armadas latino-americanas, cujo papel principal é o de subordinar sua ação à vontade soberana de seus povos”.

O texto condena “certas cúpulas do passado, que associadas com oligarquias nativas”, se transformaram em “braços armados dos setores dominantes e, em alguns casos, em verdadeiros exércitos de ocupação de seus próprios países”. Convoca, “com urgência” todos os militares do continente a “cerrarem fileiras, como um só exército”, na defesa “da independência, desenvolvimento com paz e justiça social”.

Em seu parágrafo final, o documento da Omidelac dá seu apoio à criação de uma nova “Doutrina de Segurança e Defesa Integral” (em oposição à atual de Segurança Nacional), que esteja de acordo “com os interesses dos nossos povos”, e ao estabelecimento de um “Sistema Latino-Americano de Defesa”.

A reunião da Omidelac em Buenos Aires terminou com a aprovação de uma declaração de princípios



Uma testemunha incômoda

Um dos 33 oficiais reformados durante a ditadura argentina analisa a visão do mundo e o isolamento dos membros das forças armadas

O capitão do exército argentino Ernesto Fa-cundo Urien foi um dos mais de 330 oficiais punidos pelos altos comandos militares que tomaram o poder, em 1976, por sua negativa em participar de suas práticas repressivas.

Uma vez reinstalado o regime democrático, o Congresso argentino decidiu – com o voto contrário do Partido Justicialista (peronista) – que esses oficiais teriam todos os direitos, menos o da reincorporação ao serviço ativo. O presidente Raúl Alfonsín ratificou essa resolução, possivelmente para evitar atritos com os comandos militares.

Urien protagonizou outro episódio importante, após o retorno à democracia na Argentina: foi o único oficial que atuou na repressão à guerrilha, nos anos 70, chamado a prestar declarações no julgamento dos chefes das juntas militares que, como é de conhecimento, terminou com a condenação dos acusados.

Em 1977, Urien, então primeiro-tenente, servia num regimento de tanques do exército em Villaguay (província de Entre Ríos), defronte ao litoral uruguaio. “Aconteceu um confronto na localidade de Guñazú, quando foram mortos dois supostos subversivos. Seus filhos ficaram sob a guarda do pessoal do Liceu Militar General Paz. Dois ou três dias depois, quando eu era o oficial de serviço, apareceram os avós das crianças que reclamaram sua guarda. Após comprovar, com toda a certeza, a identidade das crianças, entreguei-as a quem acreditava ser seus parentes mais próximos e diretos,” assinala o oficial.

“Como a justiça ordinária não funcionava, de fato, na Argentina naquele momento, não teria sentido recorrer a ela para solucionar a devolução das crianças. Por isso decidi lavrar uma ata, detalhando o procedimento que havia adotado, para que constasse oficialmente.”

No seu depoimento perante a Justiça, Urien afirmou que ao término dos estudos todo jovem oriundo do Colégio Militar, vive, se solteiro, num cassino de oficiais dentro do quartel, e, já casado, num bairro habitado unicamente por militares. “Dessa maneira – assinala – tentei demonstrar como, tanto durante o período de formação como na vida profissional, os oficiais vivem afastados da sociedade. Não podem conhecer a realidade de seus povos”.

Para o capitão Urien, uma reflexão se impõe sobre essa realidade que tirou dos militares a capacidade de discernimento. “Se nossa formação e nossa vida pessoal tivessem sido estruturadas sobre bases diferentes, quando começou a repressão, tal como ocorreu na Argentina na década de 70, quando recebíamos ordens de prender uma pessoa (que depois aparecia assassinada, atirada numa vala), acusada de ser comunista ou subversiva, teríamos podido entender que se tratava de um cidadão que estava defendendo os direitos dos trabalhadores. Não nos prestaríamos ao papel de meros instrumentos de instrutores norte-americanos”.



Ernesto Urien é, atualmente, membro da Uala e integrante da Omidelac. “Nosso objetivo principal, como militares reformados, é chegar aos oficiais da ativa. Não queremos que eles pensem como nós, mas que pelo menos conheçam a realidade. Não podem viver encerrados em uma espécie de torre de marfim”.

“Uma doutrina militar humanista”

Ex-chefe da guarda pessoal de Salvador Allende lidera um movimento para resgatar a velha tradição civilista dos Carabineiros

O depoimento do capitão José Muñoz Salas no Foro Latino-Americano de Defesa teve o valor de ter sido prestado por alguém que reside no Chile. O interesse despertado normalmente pela presença de opositores ao regime do general Pinochet fora do seu país, multiplicou-se por tratar-se, no caso, de um oficial da Guarda dos Carabineiros reformado imediatamente após o golpe militar de 1973.



O palácio de La Moneda em chamas, no dia do golpe

O capitão Muñoz Salas ainda não completara 30 anos de idade, quando foi designado para a segurança pessoal do presidente socialista Salvador Allende.

Uma vez vencidos os últimos focos de resistência no Palácio de La Moneda, no dia do golpe, o capitão Muñoz foi reformado e, por essa razão, resolveu se exilar. Regressou a seu país em 1978.

Em Santiago, fundou, com outros companheiros

de armas, a “Oficina de Estudos Policiais Democráticos”, subordinado ao “Centro de Estudos Sócio-Econômicos”, organismo patrocinado pela igreja católica. Ele ocupa, atualmente, sua secretaria executiva.

As transformações que se produziram no corpo dos carabineiros (atualmente com 25 mil homens bem treinados e armados) foram explicadas por ele em entrevista a *cadernos do terceiro mundo*, durante o encontro de Buenos Aires.

Qual a posição adotada pelos carabineiros, que tinham a missão da segurança de Allende, quando do levante militar?

— Com o golpe, aconteceu com os carabineiros um fato histórico. O general diretor do Corpo, José Sepúlveda Galindo, estava no Palácio de La Moneda, enquanto o general César Mendonza Durán se auto-proclamava novo chefe e fazia um apelo aos quadros da instituição para juntar-se ao movimento.

Ao contrário do que ocorreu nas demais forças, nas quais os próprios comandantes-em-chefe estavam comprometidos em levar adiante o golpe militar, nos carabineiros aconteceu uma sublevação, uma insurreição. Alguém se autoproclamou chefe do grupo, deslocando dos comandos aqueles que tinham sido designados de acordo com a Constituição chilena.

Quais eram e quais são agora as funções do corpo de carabineiros, dentro da estrutura militar chilena?

— Pela lei, o Corpo é responsável pela segurança interna do país. Cumpre várias funções que vão desde a prevenção de atos delituosos a dar informações à população e reprimir.

Essa última missão foi sempre, é lógico, mal vista, por mais que ela tenha sido, antes do golpe, dirigida apenas à delinquência. Apesar de tudo, os carabineiros foram uma instituição prestigiada e muito querida pelo povo chileno. Nós sempre marcamos a diferença que existia entre polícia e militares. Enquanto nós nos limitávamos a reduzir a delinquência, o exército tinha como objetivo eliminar o inimigo. É bem diferente o enfoque que se dava a uma e a outra tarefa.

A adoção da Doutrina de Segurança Nacional fez com que, hoje em dia, os carabineiros sejam uma polícia militarizada e ligada também à guerra contra o “inimigo interno”. Os militares, no momento, voltaram aos quartéis e deles não mais saem a não ser para determinadas operações, enquanto a polícia está, o tempo todo, patrulhando as ruas, dedicada quase que exclusivamente à repressão.

O que propõe a "Oficina de Estudos", na qual o senhor ocupa a secretaria executiva?

— Queremos estruturar uma política policial que realize modificações substanciais em sua organização atual. Essas transformações terão que passar por uma desmilitarização dos carabineiros, retirando da corporação a tarefa de repressão que cumpre desde 1973. O policial deve ser um "civil uniformizado" e,

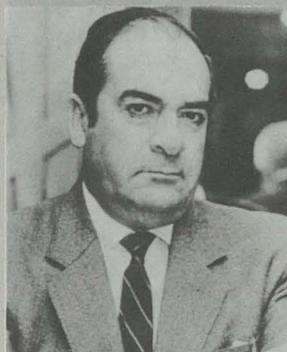
para cumprir sua missão, precisa integrar-se e participar da vida social e política do país. A melhor maneira de quebrar essa separação entre civis e militares é que ambos sejam gestores e participantes do desenvolvimento social e político do Chile. Nesse sentido, defendemos o direito ao voto, atualmente vedado ao pessoal da tropa. Apenas os oficiais podem votar. ●

Gral. Matallana: defesa do diálogo com a guerrilha

□ "Durante toda a minha carreira militar até o posto de general, combati os grupos que recorreram às armas. Faz oito anos que me retirei do exército e, desde então, venho apresentando minha posição a respeito desse conflito armado".

A afirmação é do general reformado do exército colombiano, José Joaquín Matallana, a quem a União Patriótica — organização política legal criada pelas Farc um ano depois da trégua — ofereceu a candidatura à presidência do país.

"A Colômbia é um país com uma longa experiência de guerrilha e de luta interna. A importância alcançada por esse fenômeno, somado ao mal-estar crescente que se nota em setores populares importantes — por não ocorrer as modificações há anos aguardadas por eles — tem



General Matallana: o caminho do diálogo

favorecido os grupos armados, que encontram terreno propício para prosseguir em sua ação subversiva. No momento, as Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia (Farc) mantêm uma trégua com o governo e não têm atuado. Mas outros grupos têm intensificado sua luta.

"Minha experiência indica que esse tipo de conflito, com as particularidades que apresenta e a gravidade que encerra, apenas pode ser resolvido pelo caminho do diálogo e não através de uma solução militar".

"Troca de idéias entre oficiais reformados e da ativa"

O coronel brasileiro Alfredo Daudt considera positivos os resultados da reunião da Omidelac e diz que o presidente da entidade, Edgardo Mercado Jarrín, pode visitar o Brasil

O coronel reformado da força aérea brasileira, Alfredo Ribeiro Daudt, cassado após a vitória do golpe militar de 1964, esteve presente à reunião da Omidelac, em Buenos Aires, na condição de representante da Associação dos Militares Cassados do Rio Grande do Sul.

Para ele, os oficiais mais antigos, aqueles que foram punidos por diversos governos ditatoriais na América Latina têm condições de servir de intermediários de idéias e princípios defendidos por setores militares de vários países, mas que, por razão da disciplina e regulamentos militares, não têm como expor seus pensamentos ou posições em relação às políticas de suas respectivas nações.

Alfredo Daudt cita, como exemplo, uma posição mais aberta dos militares de hoje no que se relaciona com o "fantasma do comunismo". Ele considera que os oficiais mais jovens já não têm, como acontecia antigamente, uma posição preconcebida quanto ao que é classificado como "idéia comunista".



Daudt: "novos ares estão soprando na América Latina"

"Há pouco tempo, tudo que significava mudança, transformação, era carimbado pelas forças conservadoras como 'comunismo' e, muitos dos nossos, acreditavam ou aceitavam o que ouviam. Hoje, as coisas são diferentes. Novos ares estão soprando na América Latina."

Lembra, a propósito, que quando de seu regresso ao Brasil, ao término da reunião da Omidelac, esteve reunido com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, a quem fez um relato do encontro. Ficou, então, praticamente acertada uma vinda ao Brasil do presidente eleito da organização, o general Edgardo Mercado Jarrín, ex-primeiro-ministro do governo Velasco Alvarado, do Peru.

O coronel Alfredo Daudt acredita na jovem oficialidade latino-americana, particularmente a brasileira, que considera menos elitista do que a chilena e a argentina, por exemplo. No Brasil, segundo ele, as forças armadas têm grande parte de seus quadros formados por setores das classes menos favorecidas, principalmente da baixa classe média.

Por isso mesmo, o coronel Daudt entende que os

militares reformados podem servir de "canal" para troca de idéias com os da ativa, no que diz respeito ao debate dos grandes problemas nacionais em pauta. Segundo ele, os primeiros possuem uma maior experiência, pois já participaram de administrações anteriores e conhecem mais a fundo o que significa ser governo na América Latina.

Alfredo Ribeiro Daudt considera positivos os resultados do encontro de Buenos Aires, que decidiu pela criação da Omidelac. Uma entidade tem mais condições para a realização de encontros frequentes entre militares dos países latino-americanos, facilitando, assim, a tarefa de intercâmbio de idéias e trocas de informações sobre a realidade do nosso continente.

Completar a anistia

Em relação ao Brasil, ele acha que a anistia conquistada não foi total, cabendo ao atual governo a adoção de diversas medidas para completá-la. Entre elas, cita a revogação da atual Lei de Segurança Nacional e de todos os instrumentos de exceção ainda em vigor legados pelos governos ditatoriais.

Quando foi cassado em 1964 e considerado "morto", Alfredo Ribeiro Daudt era capitão da força aérea brasileira. Hoje, os seus companheiros não atingidos têm o posto de major-brigadeiro, enquanto ele é coronel. Assim como seu caso, existem diversos outros colegas que passam pela mesma situação. Em 1964, Alfredo Daudt servia no Rio de Janeiro, no Grupo de Transportes da FAB, sob o comando do brigadeiro Francisco Teixeira, recentemente falecido, e que também teve sua carreira interrompida pelos atos dos militares que então tomaram o poder, derrubando o governo constitucional do presidente João Goulart.

Em relação ao governo Goulart, o coronel Daudt é de opinião de que o plano de reforma agrária a ser executado era mais adiantado do que o atualmente proposto pelo governo Sarney. E, de um modo geral, as medidas na época defendidas eram "mais adiantadas do que as de agora". Ele considera que "houve interferência externa na execução do golpe de 64, bastante conhecida por todos nós".

A exemplo do que ocorreu na Argentina, o coronel Alfredo Daudt defende a punição de todos aqueles que praticaram torturas contra presos políticos, "mesmo porque a prática de tortura é um crime comum". Para ele, é dever do atual governo examinar o problema e punir os torturadores de acordo com as leis em vigor. ●

“As forças armadas se mantiveram coesas”

O depoimento do general Richelieu Levoyer, personagem decisivo da transição democrática no Equador

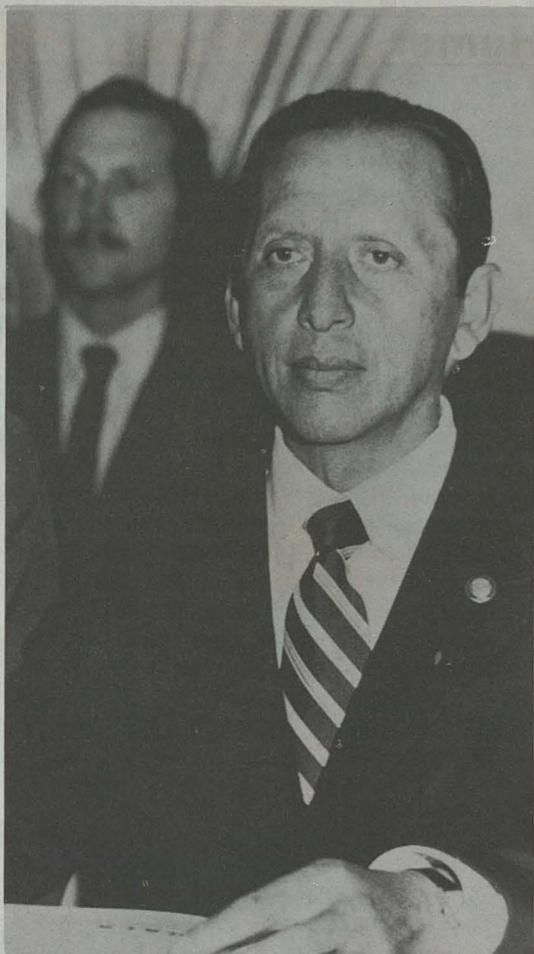
Quando era ministro de governo, o general Richelieu Levoyer dirigiu o processo de transição da ditadura militar para a democracia no Equador, há sete anos. Com essa experiência, acompanhou atentamente e com preocupação o desenvolvimento da crise institucional recente, depois da tentativa golpista do general Frank Vargas Pazo.

Ele afirma que “a crise consolidou o sistema democrático e constitucional”, mas reconhece que o episódio contribuiu para reavivar o desprestígio das forças armadas: “Esperemos que elas nunca mais tentem, de novo, ocupar o poder político do Estado”.

Pode parecer estranho que essas palavras sejam ditas por quem participou diretamente de um dos vários governos militares sob os quais o Equador viveu nas últimas décadas. Mas o general Levoyer explica que esse sentimento é justamente o resultado de uma das lições que o exercício do poder na condição de militar lhe deixou.

— O mais importante dessa experiência é o fato de que a transição à democracia se deveu à posição democrática de alguns generais, entre os quais me incluo. Essa posição nos levou à entrega voluntária do poder ao povo, através de eleições livres. Desde então, as forças armadas têm acompanhado a administração de três governos civis e contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

Para o general Levoyer, a experiência do último governo militar equatoriano “foi muito interessante” e permitiu aos generais jovens adquirir a consciência



General Richelieu Levoyer: “preservar a democracia”

da necessidade do retorno aos quartéis para cumprir o papel estabelecido pela Constituição.

Nesse contexto, como explicar o incidente protagonizado pelo general da aeronáutica Frank Vargas Pazo, comandante da força aérea, que, recentemente, se insubordinou contra o governo constitucional? Na perspectiva do general Levoyer, “apesar de terem-se dado todas as condições para um golpe de Estado¹, isto não aconteceu. As forças armadas decidiram manter-se coesas, respeitar a Constituição e o sistema democrático”.

O general Levoyer é atualmente deputado, eleito em 1984 pelo Partido Concentração de Forças Populares. ●

¹ A tentativa de golpe terminou com o julgamento legal do general Frank Vargas.

Humor



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

CHEQUE
PARA QUEM PAGA.
DINHEIRO
PARA QUEM RECEBE.



BANERJ

O BANCO QUE
O POVO ELEGEU

CHEQUE VERDE